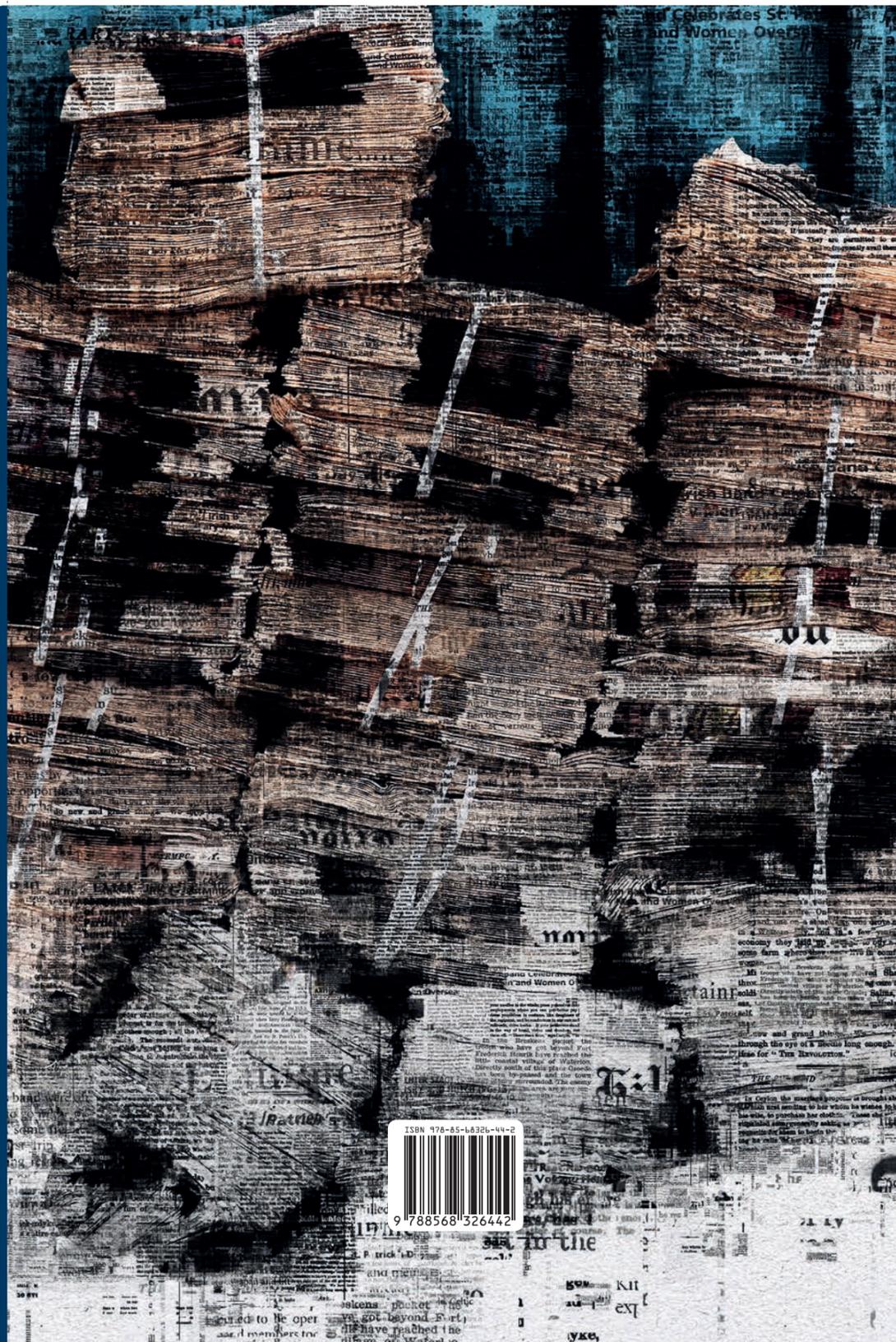




VALFRIDO DA SILVA NUNES

Realizou estágio pós-doutoral em Linguística (2020) na Universidade Federal de Alagoas (UFAL); cursou doutorado (2017) e mestrado (2012) em Letras/Linguística também na UFAL; concluiu, em 2008, a especialização em Programação do Ensino de Língua Portuguesa na Universidade de Pernambuco (UPE), onde também se graduou em Licenciatura em Letras – habilitação Português/Inglês e suas respectivas Literaturas (2005); atualmente, é professor e pesquisador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *Campus Garanhuns* –, atuando no ensino médio integrado ao técnico, na graduação e na pós-graduação; líder do GEL – Grupo de Estudos em Linguagens (IFPE/CNPq). É autor de “Ortografia da Língua Portuguesa” (Editora Livro Rápido, 2017) e um dos organizadores da coletânea “Gêneros textuais no mundo do trabalho” (Academia Piauiense de Letras, 2019).



Valfrido da Silva Nunes

GÊNERO TEXTUAL na ESFERA JORNALÍSTICA

ISBN 978-85-6326-44-2

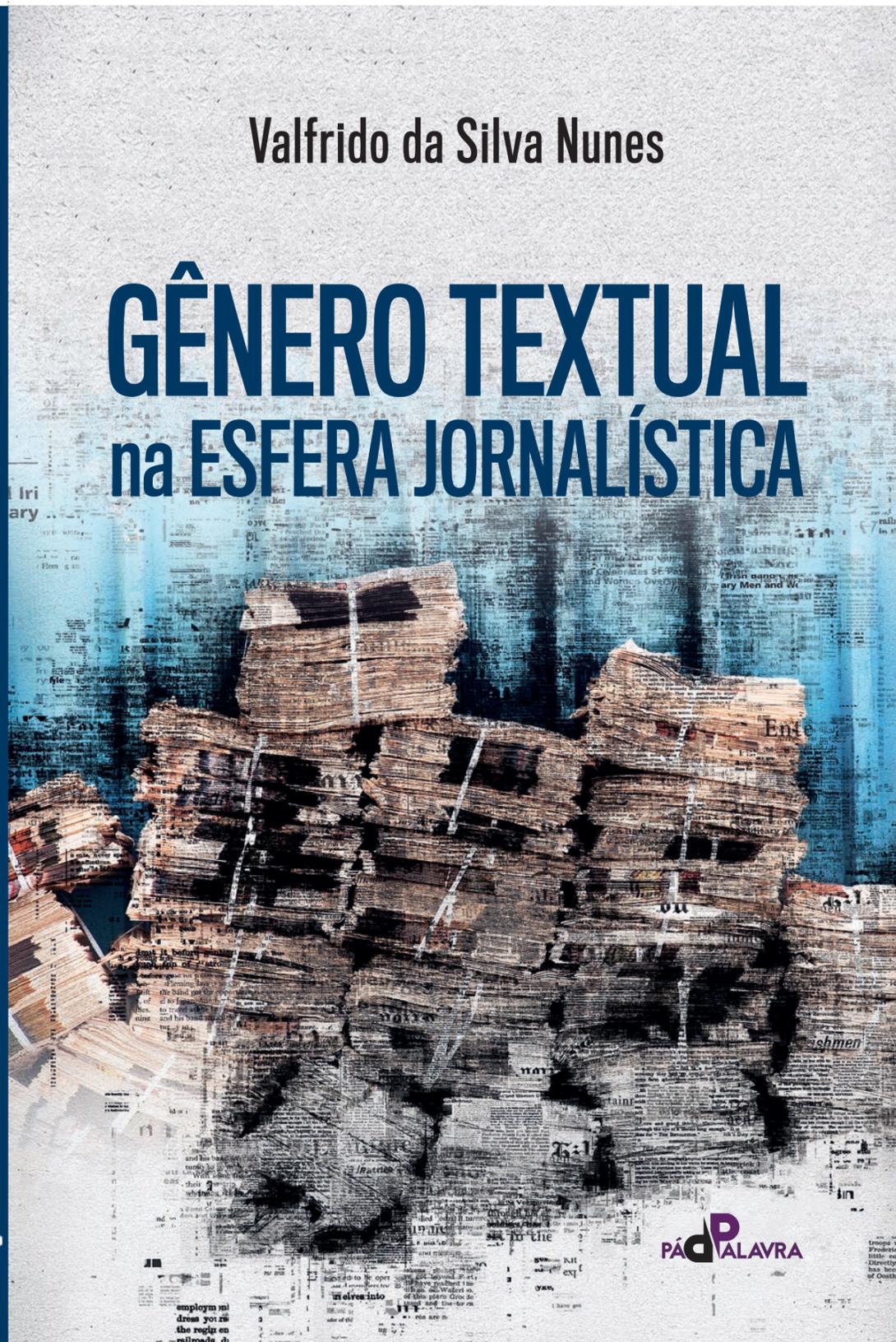


9 788568 326442



Valfrido da Silva Nunes

GÊNERO TEXTUAL na ESFERA JORNALÍSTICA



PÁD PALAVRA

Este livro traz uma boa contribuição em relação a esse destrinchamento, já que apresenta não só sínteses teóricas, mas também a aplicação delas na análise de exemplares autênticos de um gênero textual que circula diariamente na mídia impressa – a carta do leitor. Tendo sido, originalmente, uma dissertação de mestrado, na verdade, o texto atual suplantou em muito o gênero original. E libertou-se do chamado ranço acadêmico que geralmente acompanha a maioria dos livros originados de dissertações e teses. Efetivamente, o que o leitor tem em mãos é uma espécie de compêndio, pois o autor não só sintetizou e organizou, de forma muito didática, as teorias de gênero, como também as utilizou para analisar o gênero em tela, obviamente dentro da concepção e do modelo de análise que considerou mais adequados – a abordagem sociorretórica. Vale destacar, portanto, todo o conteúdo do primeiro capítulo, que traz um apanhado bem fundamentado das várias abordagens sobre gêneros.

GÊNERO TEXTUAL **na ESFERA JORNALÍSTICA**

CONSELHO EDITORIAL:

Alexandre Cadilhe [UFJF]
Ana Cristina Ostermann [Unisinos/CNPq]
Ana Elisa Ribeiro [CEFET-MG]
Carlos Alberto Faraco [UFPR]
Cleber Ataíde [UFRPE]
Clécio Bunzen [UFPE]
Francisco Eduardo Vieira [UFPB]
Irandé Antunes [UFPE]
José Ribamar Lopes Batista Júnior [LPT-CTF/UFPI]
Luiz Gonzaga Godoi Trigo [EACH-USP]
Márcia Mendonça [IEL-UNICAMP]
Marcos Marcionilo [editor]
Vera Menezes [UFMG]

Valfrido da Silva Nunes

GÊNERO TEXTUAL na ESFERA JORNALÍSTICA

Iri
ary



PÁD PALAVRA

CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Telma Custódio
REVISÃO TEXTUAL: Valfrido da Silva Nunes

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N929g

Nunes, Valfrido da Silva
Gênero textual na esfera jornalística / Valfrido da Silva Nunes. -
1. ed. - São Paulo : Pá da Palavra, 2020.
136 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-68326-44-2

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Jornalismo - Linguagem.
I. Título.

19-61822

CDD: 401.41
CDU: 81'42

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

Direitos reservados à

PÁ DE PALAVRA

[O selo de autopublicação da **Parábola Editorial**]

Rua Dr. Mário Vicente, 394 - Ipiranga

04270-000 São Paulo, SP

pabx: [11] 5061-9262

home page: www.padepalavra.com.br

e-mail: producao@padepalavra.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da editora.

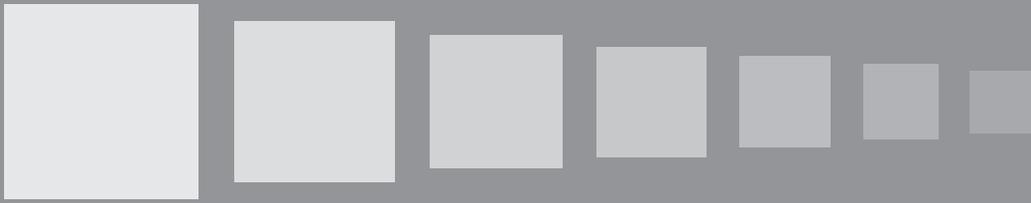
ISBN: 978-85-68326-44-2

© da edição: Pá de Palavra, São Paulo, maio de 2020.



SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
INTRODUÇÃO	11
1. TEORIA DE GÊNEROS TEXTUAIS/DISCURSIVOS.....	15
1.1 O Círculo de Bakhtin e os gêneros do discurso	17
1.2 Perspectiva sociorretórica da análise de gêneros	23
2. CARTAS E A CARTA DO LEITOR.....	51
2.1 A carta e seus usos sociais ao longo do tempo.....	52
2.2 A esfera jornalística e o jornalismo opinativo	56
2.3 A carta do leitor na contemporaneidade	62
3. ANÁLISE CONTEXTUAL E ENUNCIATIVA DA CARTA DO LEITOR.....	71
3.1 Considerações sobre os sujeitos que escrevem cartas ao <i>Jornal do Commercio</i>	72
3.2 O envio de cartas à redação e seus processos de edição	80
3.3 As funções sociais e os propósitos comunicativos da carta do leitor	86
3.4 Conteúdos temáticos abordados nas cartas e seus destinatários	90
4. ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DA CARTA DO LEITOR.....	99
4.1 Delimitando algumas variedades da carta do leitor	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS.....	135





PREFÁCIO

Os estudos sobre gêneros textuais/discursivos no Brasil eclodiram em meados dos anos noventa do século passado, a partir da disseminação do famoso ensaio de Bakhtin - *Os Gêneros do Discurso*. Depois apareceram as primeiras pesquisas inspiradas na abordagem sistêmico-funcional de Michael Halliday e outras baseadas no trabalho de John Swales, voltados para o ensino instrumental de línguas. O modelo de análise proposto por esses linguistas realmente propiciou várias propostas de análise de gêneros textuais, principalmente de gêneros acadêmicos e institucionais. Obviamente, essas teses estão disponíveis nos repositórios acadêmicos das universidades do Sul e do Sudeste.

Mas o grande incentivador dos estudos genéricos foi Luiz Antonio Marcuschi, com quem aprendi, na UFPE, a “domesticar” o conceito, a noção de gêneros textuais. Estávamos, na época, empolgados pela renovação do ensino da língua portuguesa, para torná-lo menos gramatiquero e mais voltado para o texto. Estávamos entrando na era do interacionismo sociodiscursivo, que muito influenciou os Parâmetros Curriculares Nacionais. Obviamente, as contribuições da Linguística Textual e da Análise do Discurso também foram fundamentais para a disseminação da noção de gênero textual e não demorou muito para os livros didáticos se adaptarem à nova “moda” e, ao invés dos textos literários antológicos, passamos a ver propagandas, anúncios, bulas de remédio, charges e tirinhas nas páginas dos nossos livros didáticos de Português.

Convém assinalar, entretanto, que o construto, a noção de gênero textual/discursivo não é de fácil compreensão. Acredito mesmo que ainda hoje exista muita nebulosidade em torno do assunto. Marcuschi dizia que texto é um construto fácil de definir (*texto é tudo aquilo a que atribuímos sentido ao ouvir, falar, ler e escrever*), mas é difícil de exemplificar ou, pelo menos, torna-se meio vago para exemplificar, pela amplitude e pelas imbricações do conceito. Já com o gênero textual dá-se o contrário: é difícil de definir, mas é fácil de exemplificar: uma conversa, um depoimento, um bilhete, uma piada, um aviso, um recibo, um poema, uma monografia, um conto são gêneros textuais. De fato, para conceituar o que é um gênero textual, temos mais dificuldade, pois os gêneros estão tão inseridos na nossa vida, na nossa prática social, nas nossas atividades socioculturais que temos dificuldade em abstraí-los. Precisamos, portanto, fazer um esforço de reflexão para entender a ideia de gêneros textuais/discursivos. E certamente precisamos também de boas explicitações teóricas e práticas para destrinçar este, aparentemente simples, mas, na realidade, extremamente complexo conceito de gênero textual/discursivo.

Este livro traz uma boa contribuição em relação a esse destrinçamento, já que apresenta não só sínteses teóricas, mas também a aplicação delas na análise de exemplares autênticos de um gênero textual que circula diariamente na mídia impressa – a carta do leitor. Tendo sido, originalmente, uma dissertação de mestrado, na verdade, o texto atual suplantou em muito o gênero original. E libertou-se do chamado ranço acadêmico que geralmente acompanha a maioria dos livros originados de dissertações e teses. Efetivamente, o que o leitor tem em mãos é uma espécie de compêndio, pois o autor não só sintetizou e organizou, de forma muito didática, as teorias de gênero, como também as utilizou para analisar o gênero em tela, obviamente dentro da concepção e do modelo de análise que considerou mais adequados – a abordagem sociorretórica. Vale destacar, portanto, todo o conteúdo do primeiro capítulo, que traz um apanhado bem fundamentado das várias abordagens sobre gêneros.

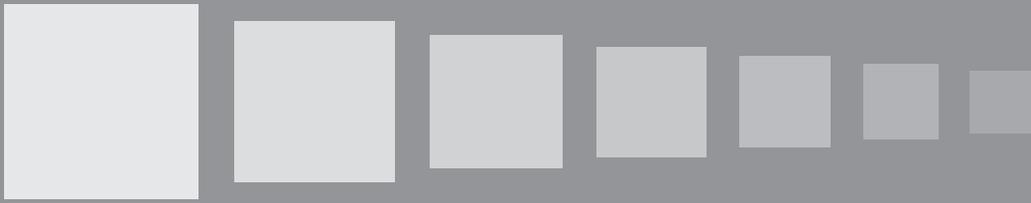
Antes de fazer a referida análise, Valfrido nos traz, no segundo capítulo, uma valiosa abordagem sobre a carta, uma das formas de

comunicação mais antigas, já que acompanha o ser humano desde os primórdios da civilização, estando presente em muitas culturas ocidentais. Trata-se de um gênero-arquétipo que está na base de vários outros gêneros que historicamente vêm acompanhando o desenvolvimento da cultura letrada ao longo dos séculos. Mas a carta do leitor está relacionada à modernidade, mais diretamente à imprensa, ao jornalismo. No Brasil, o autor informa que esse gênero está presente já no primeiro jornal publicado no Brasil, em 1808.

Não obstante todo o nosso atraso sociocultural e todos os mecanismos de censura do Estado e da Igreja, convém reconhecer que o jornalismo sempre foi uma trincheira muito eficaz na luta em defesa da cidadania e das práticas democráticas. Ao longo da história, desde o império e os primórdios da era republicana até os dias atuais, o jornalismo tem sido a arena onde se debatem as grandes causas nacionais, estaduais e mesmo as locais, principalmente por conta da prática do chamado *jornalismo opinativo*, que é onde se situa, mais especificamente o gênero carta do leitor. Neste livro, o autor leitor analisa esse gênero do ponto de vista contextual e enunciativo, como também na sua organização retórica e textual, o que muito contribuirá para o ensino de atividades de leitura e produção textual no campo das Letras e das Comunicações.

Finalmente, na qualidade de orientadora que fui de Valfrido Nunes no mestrado e no doutorado (PPGLL-UFAL), atesto sua grande capacidade de pesquisador e de comunicador, e principalmente sua dedicação ao estudo dos gêneros textuais/discursivos. Suas produções são contribuições valiosas aos professores de línguas, a todos os profissionais das áreas de Letras, de Comunicações e de Jornalismo.

Maria Inez Matoso Silveira
Outono de 2020





INTRODUÇÃO

Este livro resulta de uma pesquisa realizada a partir da análise de um *corpus* constituído de *cartas do leitor* (gênero textual também designado pela comunidade que o usa como *carta à redação, carta ao editor, carta ao diretor, carta ao redator*), coletado na mídia impressa, a saber, o *Jornal do Commercio* (JC) de Pernambuco, durante o primeiro semestre do ano de 2010. Aliás, trata-se de uma reflexão sobre a prosa do dia a dia — no sentido bakhtiniano —, ou seja, uma observação sobre o funcionamento real da linguagem humana, sob as lentes da ciência, a partir de um recorte autêntico de um gênero textual presente nas práticas linguageiras da contemporaneidade.

Nesse sentido, a pesquisa foi norteada pela seguinte questão: *partindo do princípio de que a carta do leitor é um gênero textual pertencente ao jornalismo opinativo, de que maneira esse construto genérico funciona na comunidade usuária, considerando seu projeto enunciativo e sua organização retórica — mesmo sabendo da sua heterogeneidade em relação a esse aspecto?*

A escolha da temática justifica-se em razão de a *carta do leitor*, enquanto gênero textual opinativo, figurar como um artefato cultural eficaz para manifestar pontos de vista, propiciando aos seus usuários o direito de ouvir e fazer-se ouvir, além de instigar-lhes a participar do debate público como forma de exercício da cidadania nas sociedades ditas democráticas. Ademais, o estudo desse gênero subsidia seu ensino na escola, pelo fato de oportunizar discussões acerca da linguagem humana, na modalidade escrita, em práticas sociais de in-

teração verbal numa sociedade grafocêntrica como a nossa. Assim, entendemos que tal gênero é funcional e didatizável, tanto para atividades de leitura e compreensão, quanto para atividades de produção textual. Quando da sua efetiva aplicação, poderá tornar o ensino de línguas mais proficiente e autêntico, ao favorecer a inserção do sujeito aprendiz em práticas de letramento.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo descrever e analisar *cartas do leitor*, focalizando alguns de seus componentes enunciativos e retórico-discursivos. No que diz respeito ao projeto enunciativo, abordamos os processos de produção, edição e recepção do gênero, que consolidam as relações de poder entre mídia e leitor, bem como suas implicações ideológicas e manipuladoras. No que concerne ao componente retórico, entram em cena os efeitos que se pretende causar no interlocutor; por isso, analisamos o gênero quanto à sua arquitetura genérica — organizada em *movimentos* e *estratégias retóricas* —, considerando traços recorrentes a partir do seu propósito comunicativo predominante.

Na verdade, a descrição e a análise de gêneros hoje têm se tornado uma atividade cada vez mais interdisciplinar, em função da sua elasticidade. Não é sem propósito que Marcuschi (2008) já dizia ser a análise de gêneros uma atividade que encapsula uma descrição da língua em uso, uma análise do texto e do discurso, inclusive respondendo a questões de natureza sociocultural, e uma visão de sociedade. Noutras palavras, o trato dos gêneros textuais diz respeito ao trato da língua no cotidiano em suas múltiplas formas.

O suporte científico deste trabalho parte da abordagem de gêneros textuais, em sua concepção sociorretórica¹ — defendida por Swales (1990; 2009a; 2009b), Bhatia (1993; 1997; 2009), Miller (1984; 2009) e Bazerman (2006; 2007; 2009) —, a qual considera o gênero como uma ação social tipificada, motivado por uma situação retórica recorrente. Tal concepção não se contrapõe, do ponto de vista filosófico, à visão de língua(gem) do Círculo de Bakhtin (1976; 1993; 1997a; 1997b;

¹ Neste livro, entende-se “sociorretórica” como uma perspectiva teórico-metodológica que mescla conceitos de autores filiados aos Estudos Retóricos de Gêneros com categorias cunhadas por autores filiados à abordagem de gêneros do Inglês para Fins Específicos.

1998; 2003; 2009), tampouco à sua contribuição para o entendimento dos gêneros como *tipos relativamente estáveis de enunciados* ou *formas de discurso*, para além da Literatura e da Retórica. Ademais, a pesquisa aporta na concepção de gênero adotada pela Linguística Textual brasileira, principalmente por meio dos estudos de Marcuschi (2008; 2010a; 2010b). Julgamos pertinente ainda estabelecer uma interface com a área de Comunicação, uma vez que mergulhamos no universo do jornalismo e da imprensa, a partir dos estudos de Melo (2003a; 2003b), Mesquita (1998), Sodré (1966), entre outros.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa, respaldada por dados quantitativos relativos às recorrências, porque o foco é a apreciação e a interpretação dos dados coletados de 237 exemplares autênticos do gênero *carta do leitor*, publicados no *Jornal do Commercio* de Pernambuco, no período ininterrupto de 20/03/10 a 20/04/10.

Este livro está sistematizado em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “Teoria de gêneros textuais/discursivos”, aborda o conceito de gênero, considerando como ponto de partida a contribuição do Círculo de Bakhtin e dos estudos de gêneros em sua concepção sociorrética. Para tanto, expomos a perspectiva teórica de quatro estudiosos já mencionados (Swales, Bathia, Miller e Bazerman), apresentando semelhanças e diferenças — como veremos, os dois primeiros pesquisadores trilham por caminhos mais etnográficos.

No segundo capítulo, “Cartas e a carta do leitor”, buscamos compreender um pouco as cartas em seus usos sociais ao longo do tempo, bem como a sua importância para a instrumentalização de gêneros mais complexos. Convergindo para o mundo do jornalismo e da imprensa, abordamos a *carta do leitor* no jornalismo impresso do século XXI como gênero que mantém traços genéticos com o gênero cartas em sentido amplo. Neste capítulo, procuramos ainda caracterizar a *carta do leitor*, a partir de alguns estudos já realizados sobre o gênero em tela.

O terceiro capítulo, “Análise contextual e enunciativa da carta do leitor”, inicia o processo de análise dos dados, focalizando os processos de produção, edição e circulação do gênero, tais como: o mapeamento

dos sujeitos que enviam as cartas ao jornal, o lugar social de seu posicionamento, os conteúdos temáticos, os propósitos comunicativos, as funções sociais do gênero, o processo de edição, os seus destinatários, além de outros aspectos envolvidos nos processos focalizados.

A bem dizer, o gênero *carta do leitor*, na mídia em tela, revelou grande complexidade, servindo a vários propósitos comunicativos, entre eles o de criticar, reclamar, elogiar, esclarecer, sugerir, consultar, solicitar, alertar, agradecer etc. Portanto, no quarto capítulo, “Análise da organização retórica da carta do leitor”, fazemos a análise dos *movimentos retóricos*, com suas respectivas *estratégias*, que organizam em quatro tipos as *cartas do leitor*: a *carta de elogio*, a *carta de esclarecimento*, a *carta de sugestão* e a *carta de consulta*.



TEORIA DE GÊNEROS TEXTUAIS/DISCURSIVOS

Para zombar de seus interlocutores, Sócrates propôs uma definição do homem como “bípede sem penas”. Incontestavelmente, o homem caminha sobre dois pés e não possui penas; mas o mesmo pode se dizer de um frango despenado! A definição do homem que se tornará canônica no Ocidente será “animal racional” ou, como dizia sobretudo Aristóteles, “animal possuidor de logos”. A razão e a linguagem são, indissociavelmente, os atributos próprios da humanidade.

Sylvain Auroux

Com a publicação e a divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – (BRASIL, 1998; 2002), as nossas escolas se depararam com um novo conceito que prontamente revolucionaria o ensino de línguas (quer materna, quer estrangeira) no nosso país e que, ao mesmo tempo, era apontado como a forma mais eficaz de desestabilizar as conhecidas práticas pedagógicas tradicionais, prioritariamente centradas numa gramática normativa pouco funcional e numa prática de redação limitada à trilogia narração – descrição – dissertação.

Assim, aos poucos, chega às escolas e torna-se comum entre nós o conceito de *gênero*¹. Entretanto, repensar o ensino de línguas a partir

¹ Neste livro, não se veem como dicotômicos os conceitos de *gênero textual* x *gênero discursivo*, embora se tenha consciência de isso não ser um consenso entre estudiosos da linguagem.

dos gêneros textuais requer uma reflexão teórica sólida para não se tornar somente mais um modismo e os primeiros questionamentos a surgir são: o que se entende efetivamente por gênero de texto; gêneros por que, para que e a serviço de quem; gênero sob qual perspectiva teórica etc. Descortinamos, então, um terreno fértil e multidisciplinar com questões nem sempre tão bem resolvidas.

Hoje, com o avanço das pesquisas linguísticas, verificamos existirem diversas abordagens teórico-metodológicas no tratamento com os gêneros, que tanto se aproximam quanto se distanciam em seus recortes epistemológicos. Curiosamente, elas não se excluem, muito menos podem ser vistas de uma maneira taxonomicamente fechada. Contrariamente, elas dialogam entre si, embora muitas vezes apresentem terminologias flutuantes. A conhecida distinção entre “gênero textual” e “gênero discursivo” é um exemplo clássico disso (ROJO, 2005). Como disse Bunzen (2004, p. 233), “ao procurar perceber o que é comum e diferente nessas tradições, estamos justamente enfatizando que não há apenas um único caminho”.

Dessa forma, torna-se pertinente citar, com base na literatura pesquisada, as correntes teóricas que mais se destacam no estudo de gêneros na contemporaneidade, apesar de estarmos conscientes de elas não serem suficientes para abarcar toda a produção científica concernente ao tema. Marcuschi (2008), por exemplo, traça um panorama mínimo sobre perspectivas teóricas para o estudo dos gêneros, tanto no Brasil quanto internacionalmente, embora deixe claro não se tratar de uma classificação rígida, mas aberta e sujeita à discussão.

Algumas delas são mundialmente conhecidas e aplicadas em várias universidades brasileiras e do exterior, tais como: 1) a concepção sociosemiótica; 2) a concepção sociodiscursiva; 3) a concepção sociorretórica, entre outras. Contudo, convém ressaltar que não discutiremos neste livro as duas primeiras, uma vez que para a ancoragem teórico-epistemológica da nossa pesquisa, a teoria sociorretórica dos gêneros textuais nos interessa mais de perto.

Ainda do ponto de vista teórico-filosófico, abordaremos a seguir a contribuição de Mikhail Bakhtin e seu Círculo, dado que a sua concepção de linguagem e de gênero alargam o entendimento dos gêne-

ros textuais, para além do campo da Arte e da Retórica Clássica. Na verdade, concordamos com Marcuschi (2008, p. 152), quando afirma: “Como Bakhtin é um autor que apenas fornece subsídios teóricos de ordem macroanalítica e categorias mais amplas, pode ser assimilado por todos nós de forma bastante proveitosa”.

1.1 O Círculo de Bakhtin e os gêneros do discurso

Bakhtin é considerado o divisor de águas no estudo dos gêneros discursivos. Iniciamos a nossa descrição do filósofo russo que, longe de ser linguista ou teórico da literatura, é autor de uma teoria em cujo âmago estão a visão dialógica e a visão discursiva da linguagem acima de qualquer terminologia. Antes de adentrarmos a discussão de gêneros propriamente dita, teceremos algumas observações acerca da concepção bakhtiniana de língua(gem), visto que o olhar do Círculo sobre os gêneros é caudatário dela.

Primeiramente, convém salientar que Bakhtin e seu Círculo não estão preocupados em estabelecer relações dicotômicas entre os fenômenos da língua. Explica-se, por exemplo, o fato de eles não diferenciarem sequer os conceitos de língua e linguagem e de darem atenção à fala como, por outros motivos, não o fizera Saussure (2006). Seguramente, podemos dizer que Bakhtin não é o teórico dos conceitos e das definições etiquetadas; sua discussão é de natureza filosófica, configurando-se como o teórico das questões textuais/discursivas.

Enquanto Saussure era linguista, sob a influência do positivismo, Bakhtin era filósofo, cuja preocupação está muito além de criar uma teoria linguística ou literária. Sob a influência do marxismo, o mestre russo trata os fenômenos linguísticos do ponto de vista sociológico, considerando, sobretudo, os valores ideológicos que perpassam a língua(gem), a qual constrói a realidade e é constituída por ela. Portanto, como disse Marcuschi (2008, p. 19, *itálicos do autor*), essa visão “toma a língua como um conjunto de práticas enunciativas e não como forma descarnada”.

Filosofando acerca dessas questões, Bakhtin e seus seguidores partem de uma abordagem crítica dos estudos linguísticos produzi-

dos até então. Nesse sentido, atacam muito da literatura linguística, desde os estudos filológicos à abordagem dos neogramáticos e assim por diante, perpassando duas grandes correntes que eles denominaram de “subjetivismo idealista” ou “subjetivismo individualista” e “objetivismo abstrato”. Esta última denominação, uma crítica explícita ao formalismo saussuriano.

Como dissemos, o Círculo de Bakhtin nega as duas tendências do pensamento filosófico-linguístico acima referidas, que dominaram todo o movimento formalista, pois, para Bakhtin e Volochínov (2009, p. 128, *itálicos dos autores*), “a língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*”.

Com efeito, a noção de língua na perspectiva do Círculo refere-se à língua viva, que acontece na interação verbal entre os sujeitos do discurso. É, portanto, dialógica e atravessada pela ideologia. Não é neutra, virtual, abstrata; ao contrário, é dinâmica, plástica e flexível. Como *reflete e refrata* a realidade, a língua é tão heterogênea e complexa quanto as relações humanas.

É elucidativa a exposição em que o filósofo soviético justapõe as duas visões de língua, ou melhor, contrapõe o objetivismo abstrato à perspectiva dialógica/interacionista. Com ele, a palavra:

Temos em vista não o *minimum* linguístico abstrato da língua comum, no sentido do sistema de formas elementares (de símbolos linguísticos) que assegure um *minimum* de compreensão na comunicação prática. Tomamos a língua não como um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas como uma língua *ideologicamente saturada*, como uma concepção de mundo, e até como uma opinião concreta que garante um *maximum* de compreensão mútua, em todas as esferas da vida ideológica. (BAKHTIN, 1998, p. 81, *itálicos no original*).

A esta altura, não se pode deixar de mencionar que Bakhtin e seus seguidores não negam a existência do sistema linguístico. Eles questionam os estudos linguísticos que não levam em consideração as questões discursivas inerentes ao mundo da vida, o que, segundo eles, tornaria a língua uma mera abstração.

Bakhtin argumenta que a língua apresenta duas forças que não se contradizem dicotomicamente, mas que são aplicadas concomitantemente pelos sujeitos do discurso no momento da enunciação: as *forças centrípetas* e as *forças centrífugas*. Enquanto as primeiras dizem respeito aos processos de centralização e unificação da língua, as segundas referem-se ao curso de descentralização e desunificação. Desse modo, depreendemos que as *forças centrípetas* concernem ao que é estático e as *forças centrífugas* à inovação, à dinâmica da língua.

Pensando nisso, Bakhtin (1998) defende que esta estratificação e contradição reais não são apenas a estática da vida da língua, mas também a sua dinâmica, pois a estratificação e o plurilinguismo ampliam-se e aprofundam-se na medida em que a língua está viva e se desenvolvendo. Ao lado das *forças centrípetas*, caminha o trabalho contínuo das *forças centrífugas* da língua; ao lado da centralização verbo-ideológica e da união, caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação. Em *Estética da Criação Verbal*, o estudioso russo também reconhece a existência do sistema linguístico, quando diz:

A língua como sistema possui uma imensa reserva de recursos puramente linguísticos para exprimir o direcionamento formal: recursos lexicais, morfológicos (os respectivos casos, pronomes, formas pessoais dos verbos), sintáticos (diversos padrões e modificações das orações). Entretanto, eles só atingem direcionamento real no todo de um enunciado concreto. A expressão desse direcionamento real nunca se esgota, evidentemente, nesses recursos especiais (gramaticais). (BAKHTIN, 2003, p. 306).

Portanto, há de se convir que nem tudo na língua é homogêneo, bem como nem tudo prescinde de regras. Há forças centralizadoras — o sistema normativo — que coexistem com forças descentralizadoras — a diversidade, as variações, as dispersões. As palavras do mestre russo evidenciam que uma língua vai muito além da sua estrutura léxico-gramatical, devendo ser analisada no contexto dialógico da interação verbal.

Essa contínua insistência do Círculo de Bakhtin em busca do concreto, do palpável, do que transcende o plano do puramente lin-

guístico, leva-o a afirmar reiteradamente que o mundo teórico não deve se dissociar do mundo da vida, pois:

Um ato de nossa atividade, de nossa real experiência, é como um Jano bi-fronte. Ele olha em duas direções opostas: ele olha para a unidade objetiva de um domínio da cultura e para a unidade irrepitível da vida realmente vivida e experimentada. Mas não há um plano unitário e único onde ambas as faces poderiam mutuamente se determinar com relação a uma única e singular unidade. É apenas o evento único do Ser no processo de realização que pode constituir essa unidade única; tudo que é teórico ou estético deve ser determinado como um momento constituinte do evento único do Ser, embora não mais, é claro, em termos teóricos ou estéticos. (BAKHTIN, 1993, p. 20).

A nosso ver, o filósofo russo, nesta citação extraída de um dos seus manuscritos inacabados, redigido na sua juventude, chama-nos a atenção para o fenômeno da enunciação como o ato irrepitível, único e singular do dizer. Assim, somente na realidade “vivida” e “experimentada” nos constituiríamos como ser. Cultivar apenas o teoricismo sem responsabilidade com o mundo da vida seria, em termos bakhtinianos, uma “perniciosa divisão”.

Finalmente, mais uma vez asseveramos, com Marcuschi (2008, p. 152), que: “Bakhtin representa uma espécie de bom senso teórico em relação à concepção de linguagem”, entendendo que “a língua constitui um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009, p. 131-132, *itálico dos autores*).

A par dessas considerações, é fundamental ressaltar que Bakhtin não criou o conceito de gênero. A propósito, Marcuschi (2008, p. 147) diz que “o estudo dos gêneros não é novo, mas está na moda”, esclarecendo que “seria uma gritante ingenuidade histórica imaginar que foi nos últimos decênios do século XX que se descobriu e iniciou o estudo dos gêneros textuais”, pois já se discutiam gêneros desde a Antiguidade Clássica, na Literatura e na Retórica. É comum ouvirmos classificações como gênero lírico, épico, dramático até mesmo nos livros didáticos da Educação Básica, terminologias que são reflexo desta visão clássica de gênero. Diante disso, buscamos entender qual a

contribuição de Bakhtin e seus seguidores para o estudo dos gêneros, ou melhor, qual a novidade trazida por eles.

Como disse Faraco (2003, p. 112), os estudos anteriores a Bakhtin “privilegiavam as formas em si e chegavam a operar normativamente sobre sua reificação”. Portanto, depreendemos que as abordagens feitas eram de cunho estrutural, sem levar em consideração a historicidade e a maleabilidade dos gêneros. Uma das grandes contribuições de Bakhtin (2003, p. 262, itálicos do autor) nessa questão — em consonância com a sua visão dialógica de língua, evidentemente — é reconhecer que “cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”. Dessa forma, Bakhtin nos ensina a estudar os gêneros como construtos dinâmicos, ao mesmo tempo em que se mostram equilibrados, incluindo toda e qualquer *forma de discurso* (social), inclusive os gêneros do cotidiano.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin e Volochínov (2009, p. 44) chegam a afirmar que “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação socioideológica”. Vemos, por conseguinte, que Bakhtin não trata os gêneros de forma engessada, pronta e imutável. Ao contrário, embora reconheça certa padronização em função da recorrência — por apresentarem *estrutura composicional* —, o filósofo soviético deixa claro serem eles flexíveis e plásticos, assim como a vida é dinâmica. Logo, cremos que a tendência à inovação é uma propriedade dos gêneros discursivos.

Ora, a noção de gênero com relativa estabilidade — ou *equilíbrio instável* — provocou uma ruptura com a perspectiva formalista ao elucidar a não rigidez dos gêneros e as fronteiras muito tênues que possuem entre si, chegando mesmo a fundirem-se. Isso justificaria a hibridização dos gêneros discursivos.

Um ganho muito significativo com a teoria bakhtiniana foi considerar não somente a escrita, mas também a oralidade; aliás, o Círculo de Bakhtin mostrou grande preocupação em fazer referência à fala, visto que sua perspectiva não é dicotômica. Assim, a teoria bakhtiniana contempla desde a réplica do diálogo cotidiano aos tratados científicos, filosóficos e artísticos.

Bakhtin (2003) afirma que os gêneros do discurso caracterizam-se por três elementos indissolivelmente imbricados, a saber: o *conteúdo temático*, o *estilo* e a *construção composicional*, que são determinados pelas necessidades comunicativas de determinado campo da comunicação discursiva. Como as atividades humanas são multiformes, é justificável a riqueza dos gêneros, bem como sua heterogeneidade.

Ademais, o mestre soviético chama a atenção para dois conceitos basilares nesta discussão: os *gêneros primários* e os *gêneros secundários*. Enquanto os primeiros estão relacionados aos gêneros mais simples formados na comunicação discursiva imediata — gêneros da conversa familiar, das narrativas espontâneas, das atividades efêmeras do cotidiano etc. —, os segundos dizem respeito àqueles mais complexos e, relativamente, mais desenvolvidos e organizados — romances, dramas, pesquisas científicas etc.

Ainda assim, é de fundamental importância não associar os gêneros primários à oralidade nem os gêneros secundários à escrita. Isso seria um equívoco. O bilhete, por exemplo, gênero escrito, deve ser tomado como primário; enquanto uma conferência, gênero oral, pertence aos secundários. A diferença não reside na modalidade de realização da língua(gem), mas na complexidade (mais formal) ou simplicidade (mais informal) genérica.

É válido sublinhar ainda que, para Bakhtin, o gênero discursivo é a unidade real da comunicação discursiva, pois sem ele a comunicação humana certamente ficaria comprometida. Segundo o mestre russo:

Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em forma de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, preve-
mos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala. Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez em cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível. (BAKHTIN, 2003, p. 283).

Seguindo a discussão, o teórico russo chega mesmo a afirmar que aprendemos uma língua por meio de gêneros. Por isso, não basta apenas dominar as formas da língua. Conforme Bakhtin, em suas reflexões filosóficas, “muitas pessoas que dominam magnificamente uma língua sentem amiúde total impotência em alguns campos da comunicação precisamente porque não dominam na prática as formas de gênero de dadas esferas” (BAKHTIN, 2003, p. 284).

Convém salientar que os gêneros do discurso não existem no vazio. Eles não pairam no caos. Não são neutros nem estanques. Todo dizer é orientado para o que já foi dito e influenciado pelo que ainda se vai dizer. É com essa concepção que Bakhtin (2003, p. 296) entende o enunciado como “um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo” e, mais adiante, esclarece que “o falante não é um Adão bíblico, só relacionado com objetos virgens ainda não nomeados, aos quais dá nome pela primeira vez” (BAKHTIN, 2003, p. 300).

Com efeito, enquanto *elo*, tal enunciado só se constrói dialogicamente; ademais, uma construção dialógica supõe sujeitos que interagem entre si ativamente, alternando os seus papéis — ora como falante/escrevente, ora como ouvinte/leitor. Assim, é possível dizer, com Bakhtin, que todo enunciado suscita resposta, quer imediata, quer retardada. Esse é o princípio da *responsividade*, propriedade de todos os gêneros.

1.2 Perspectiva sociorretórica da análise de gêneros

Como já dissemos, a análise de gênero em sua perspectiva sociorretórica² é uma entre as várias correntes existentes para se descrever tais construtos. A escolha dessa perspectiva teórica tem a ver com a natureza da análise que nos propomos fazer do gênero *carta do leitor*: ela nos permite analisá-lo do ponto de vista de sua organização retórica, em busca das regularidades que se reiteram nos processos de tipificação social.

² Tomamos, neste livro, a categoria *sociorretórica* em sentido amplo, agregando autores provenientes tanto dos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG), quanto da abordagem de gêneros do Inglês para Fins Específicos (ESP).

Portanto, é conveniente e sensato novamente referir os grandes pilares desta teoria tão em voga nos dias atuais: Swales, Bhatia, Miller e Bazerman. Acerca da perspectiva dos dois primeiros, Marcuschi (2008) explica que eles basicamente analisam e identificam estágios na estrutura do gênero, persistindo um caráter mais prescritivo nessa posição teórica. Há também preocupação com o aspecto sociointeracional dos gêneros, principalmente com os do domínio acadêmico, forte vinculação institucional e maior preocupação com a escrita do que com a oralidade, sem prescindir de uma visão nitidamente marcada pela perspectiva etnográfica. Entretanto, atualmente entendemos que a visão prescritiva a que se refere Marcuschi (2008) tem cedido lugar a um caráter mais descritivo nessa perspectiva teórica de análise, considerando aspectos discursivos do gênero. Por outro lado, há de se convir que praticamente todas as teorias de gênero preocupam-se mais com a escrita, embora nos últimos anos tenha sido dispensada uma considerável atenção à oralidade.

No que concerne à segunda perspectiva, ou seja, a de Miller e Bazerman, Marcuschi (2008) afirma se tratar da escola americana influenciada não só por Bakhtin, mas também por antropólogos, sociólogos e etnógrafos; ela se preocupa com a organização social e as relações de poder que os gêneros encapsulam; tem uma visão histórica dos gêneros e os toma como altamente vinculados com as instituições que os produzem; e sua atenção não se volta para o ensino e sim para a compreensão do funcionamento social e histórico, bem como sua relação com o poder.

Com base nisso, deixamos claro aqui que ambas as perspectivas não se contradizem. Ao contrário, elas se harmonizam, dialogando entre si. Nesse sentido, esclarecemos que o objeto investigado na nossa pesquisa foi analisado a partir desse duplo enfoque teórico, muito embora não seja um gênero de texto relativamente mais formatado como aqueles do mundo acadêmico, administrativo ou empresarial, o que em certo sentido tornou a nossa pesquisa um pouco mais desafiadora.

1.2.1 John Swales

É indiscutível hoje, no meio acadêmico, seja no Brasil, seja no exterior, o reconhecimento da importância dos estudos de gêneros tex-

tuais desenvolvidos pelo linguista inglês John Malcolm Swales. Sua proposta para a análise de gêneros — embora especialmente voltada àqueles do mundo acadêmico — tem contemplado gêneros variados, considerando tanto seus aspectos formais, quanto discursivos.

Ademais, no dizer de Hemais e Biasi-Rodrigues (2005), a perspectiva teórico-analítica de Swales é tributária de uma visão eclética do autor porque ele se ancora em vários estudos realizados por outros estudiosos em diferentes campos de atuação, tais como: os estudos sobre folclore, sobre habilidades e estratégias usadas principalmente para leituras com objetivos variados; os estudos literários, linguísticos, retóricos, etnográficos, da antropologia cultural, da análise do discurso, entre outros.

Todas essas concepções teóricas constituem fontes valiosas para a própria formulação dos conceitos de *gênero*, *propósito comunicativo* (PC) e *comunidade discursiva* (CD), tão caros ao teórico em pauta. Swales reconhece que os estudos sobre folclore fazem uma classificação de gêneros, considerando formas permanentes que, por outro lado, sofrem mudanças na sociedade; ele observa no campo dos estudos literários, em contramão aos folcloristas, a ênfase à não estabilidade do gênero, à quebra das convenções; admite que a contribuição da retórica centra-se no fato de ela classificar os diversos tipos de discurso, embora não seja uma abordagem completa, e assim por diante.

Diante desse panorama, convém ressaltar que, para Swales:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão do gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha enfocado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva original como um protótipo. Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses

nomes constituem uma comunicação etnográfica valiosa, mas precisam de validação posterior. (SWALES, 1990, p. 58).

O conceito de gênero acima — a despeito de longo — leva em consideração pelo menos cinco pontos que merecem, ao menos minimamente, ser colocados em relevo: 1) a *ideia de classe*, pois o gênero passa a ser considerado como uma classe de eventos comunicativos, devido às suas condições de produção e recepção; 2) a noção de *propósito comunicativo compartilhado*, isto é, os objetivos, a finalidade do gênero; 3) a *prototipicidade*, entendida como os traços especificados na definição do gênero; 4) a *razão ou lógica subjacente ao gênero*, ou seja, as convenções esperadas e manifestadas nos gêneros, que facilitam o seu reconhecimento pelos membros da comunidade; 5) a *terminologia*, uma vez que os membros mais experientes e ativos da comunidade discursiva reconhecem os eventos comunicativos como ações retóricas recorrentes e, portanto, dão nomes ao gêneros.

Todavia, posteriormente, o próprio Swales revisitou o conceito de *propósito comunicativo* — entendido inicialmente como o critério privilegiado na definição do gênero, embasando não só a sua estrutura esquemática, como também as escolhas em torno de conteúdo e estilo —, fazendo algumas modificações em sua teoria por reconhecer as limitações de tal definição. Dessa forma, o propósito não deve ser tomado *a priori* como chave determinante para a definição de um gênero textual.

Advertem Askehave e Swales (2009) que o PC assumiu *status* de certeza absoluta, um ponto de partida conveniente, mas subestimado pelos analistas. Contudo, a maioria das obras importantes dentro da linha das primeiras publicações nesta área tem estabelecido, de várias maneiras, que os propósitos, os objetivos ou resultados públicos são mais evasivos, múltiplos, sobrepostos e complexos do que originalmente concebidos.

Com efeito, essa não é uma questão tão simples que possa ser resolvida a partir de um olhar superficial. Ao contrário, exige-se uma análise acurada do linguístico e de seus entornos — leiamos, texto e contexto — a fim de chegarmos a uma conclusão razoável do(s) propósito(s) que permeia(m) determinado gênero. Aos olhos do analista,

a questão se reveste de maior complexidade que, certamente, escapa à ótica do leitor comum. Não é sem razão que

o propósito comunicativo não pode, por si mesmo, ajudar os analistas a decidirem rápida, tranquila e indiscutivelmente quais dentre os textos A, B, C e D pertencem ao gênero X ou Y, pois esses analistas dificilmente saberão, de saída, quais são os propósitos comunicativos daqueles textos. Antes, o que é imediatamente manifesto ao analista do gênero não é o propósito, e sim a forma e o conteúdo. Além disso, mesmo que um texto se refira ao próprio propósito comunicativo de forma explícita e evidente, como em ‘o propósito dessa carta é informar que sua conta excedeu o limite de crédito’, diríamos que é temerário interpretar sempre tais enunciados do modo como se apresentam. (ASKEHAVE; SWALES, 2009, p. 228).

Para evidenciar que o conceito de propósito comunicativo é fluido e indefinido, Askehave e Swales (2009) recorrem a alguns gêneros do cotidiano, entre eles: a lista de compras, a carta de recomendação e o pôster empresarial. Tomemos como exemplo o primeiro deles. Curiosamente, os autores escrevem que a lista de compras pode cumprir diferentes propósitos: conforme pesquisas têm mostrado, além de servir para a pessoa recordar o que precisa comprar — prestando auxílio à memória —, a lista de compras também é usada por outras pessoas como autodisciplina, isto é, para prevenir compras por impulso. Mais que isso, ela ainda pode funcionar como instrumento de esperança romântica, caso um jovem fortemente atraído pela balconista queira convencê-la de sua aptidão como um possível companheiro.

Por fim, no que concerne à discussão, Askehave & Swales (2009), à guisa de sugestão, insistem que o propósito (mais exatamente, os conjuntos de propósitos comunicativos) retenha o *status* de um critério “privilegiado”, só que em um sentido diferente daquele inicialmente proposto por Swales. Não mais privilegiado pela centralidade, proeminência ou clareza evidente, mas por sua posição como recompensa ou retribuição aos investigadores no momento em que completam o círculo hermenêutico.

Como já sinalizamos, outro conceito caro a Swales é o de *comunidade discursiva* (CD), entendida como “um grupo sociorretórico hetero-

gêneo que compartilha objetivos e interesses ocupacionais ou recreativos” (SWALES, 2009a, p. 205). Entretanto, a questão parece não ser tão pronta e acabada assim; dois problemas, pelo menos, surgem com essa definição: um deles diz respeito à dificuldade em se reconhecer tais comunidades e o outro está relacionado aos critérios usados para definir uma comunidade discursiva.

Embora reconhecendo ser essa uma tarefa difícil, Swales (1990, p 24-27) inicialmente enumerou seis critérios que poderiam definir uma CD: 1) possuir um conjunto de objetivos públicos comuns amplamente aceitos; 2) possuir mecanismos de intercomunicação entre seus membros; 3) usar mecanismos de participação principalmente para prover informação e *feedback*; 4) usar e possuir um ou mais gêneros para a realização comunicativa de seus objetivos; 5) desenvolver um léxico específico; 6) admitir membros com um grau adequado de conhecimento relevante e perícia discursiva.

Sua visão de CD causou muitos debates. Para muitos outros estudiosos, ela partia de critérios reducionistas, utópicos e estáticos. Além disso, faltavam-lhe mecanismos para distinguir ou medir a abrangência do termo. Questionou-se ainda que tal definição se aplicava apenas a comunidades já formadas e, portanto, não abarcava as comunidades em formação ou em fase de transição, como também não contemplava o dissenso ou as tensões da comunidade, nem a possibilidade de incorporar avanços e novidades.

Essas implicações levaram Swales (2009a, p. 207-208) a reformular os critérios definidores de uma CD, tomando-a numa dimensão mais complexa. Nessa nova concepção, uma comunidade de discurso: 1) possui um conjunto perceptível de objetivos que podem ser formulados pública e explicitamente; aceitos pelos membros, no todo ou em parte; consensuais ou distintos, mas relacionados; 2) possui mecanismos de intercomunicação entre seus membros; 3) usa mecanismos de participação com uma série de propósitos para prover o incremento da informação e do *feedback*, canalizar a inovação, manter os sistemas de crenças e valores da comunidade e aumentar seu espaço profissional; 4) utiliza uma seleção crescente de gêneros para alcançar seu conjunto de objetivos e praticar seus mecanismos participativos, fre-

quentemente formando conjuntos ou séries; 5) já adquiriu e continua buscando uma terminologia específica; 6) possui uma estrutura hierárquica explícita ou implícita que orienta os processos de admissão e progresso dentro dela.

Para ilustrar suas considerações teóricas, Swales (2009a) recorre a dois exemplos elucidativos. Primeiro, cita o caso de uma associação da qual faz parte; tal instituição pode ser considerada como uma *comunidade discursiva em evolução*, pois possui muitos dos mecanismos elencados para definir uma comunidade de discurso: reuniões mensais, boletim interno, rede de comunicação por telefone, hierarquia informal entre “veteranos” e recém-admitidos na comunidade, gêneros convencionalizados etc.

Em seguida, o linguista faz referência à marinha americana, considerada por ele uma *comunidade discursiva altamente conservadora*. E explica o porquê: uma mensagem codificada de modo esquisito — na visão do leitor comum — foi apresentada a 350 oficiais da referida corporação e, curiosamente, em menos de 45 segundos mais de 95% deles foram capazes de identificar que se tratava de um memorando, cuja finalidade era requisitar ajuda para realizar a avaliação técnica de uma aeronave. É provável que, para um sujeito não membro da comunidade, aqueles dizeres não passassem de uma escrita indecifrável. Assim, cremos que uma comunidade discursiva caracteriza-se como um grupo relativamente fechado, com características bastante peculiares.

Contudo, como afirma Swales (2009a, p. 213), “apesar do esforço em definir e estabelecer critérios, o conceito ainda não satisfaz. Um termo de arte continua sendo um termo de arte”. No entanto, há de se convir que:

Sejam quais forem as nossas inclinações acadêmicas, nossa *deformation professionelle*, independentemente de nos interessarmos por comunicação acadêmica ou comunicação nos lugares de trabalho, se nosso interesse é monocultural ou transcultural, à parte nosso envolvimento com sociologia ou retórica, escrita ou literatura, etnografia, análise do discurso, redação ou Inglês como Segunda Língua (ESL), o conceito de comunidade discursiva estabelece, embora de maneira imprecisa, uma rede de conexão interdisciplinar. (SWALES, 2009a, p. 214).

A par dessas discussões, convém trazer à tona um dos modelos de análise de gêneros proposto por Swales, nomeado de modelo *CARS* (*Create A Research Space*) e que dá conta principalmente da análise de gêneros mais formatados, tais como aqueles do mundo acadêmico e profissional, conforme inúmeras pesquisas têm comprovado. Esclarecemos, porém, esse não ser o único modelo proposto por Swales. Ademais — em que pese a natureza relativamente estática dos modelos —, o autor adverte que cumpre entendermos

“os modelos retóricos e estruturais como metáforas potencialmente reveladoras dos arranjos discursivos que operam como hipóteses testáveis e rejeitáveis para o planejamento comunicativo por parte de escritores, leitores, ouvintes e falantes” (SWALES, 2009b, p. 33-46).

É razoavelmente conhecida a pesquisa desenvolvida por Swales (1990), precursora ao modelo referido, com base em um *corpus* composto de 48 introduções de artigos de pesquisa, cujos resultados apontaram uma regularidade de quatro movimentos retóricos (*moves*): 1) estabelecer o campo da pesquisa; 2) sumarizar pesquisas prévias; 3) preparar a pesquisa; 4) introduzir a pesquisa.

Entretanto, segundo Silveira (2005), esse modelo baseado em quatro movimentos retóricos foi modificado pelo próprio Swales, em virtude da imbricação dos movimentos (1) e (2), o que estava dificultando o trabalho de outros analistas. Diante disso, Swales revisou o modelo e reduziu-o para três movimentos; valendo-se de uma analogia ecológica, o autor subdividiu-os em passos (*steps*) opcionais e obrigatórios, que revelam como as informações são distribuídas nas introduções dos artigos, conforme mostra o esquema a seguir.

Fig. 01 – Modelo *CARS* para introduções de artigos de pesquisa

<i>Move 1</i> – ESTABELECE UM TERRITÓRIO
<i>Step 1</i> – reivindica centralidade e/ou
<i>Step 2</i> – faz a generalização do tópico e/ou
<i>Step 3</i> – revisa itens da pesquisa anterior

<i>Move 2</i> – ESTABELECE UM NICHOS
<i>Step 1A</i> – opõe-se às reivindicações anteriores ou
<i>Step 1B</i> – aponta lacunas ou
<i>Step 1C</i> – levanta questionamentos
<i>Move 3</i> – OCUPA O NICHOS
<i>Step 1A</i> – delinea os propósitos ou
<i>Step 1B</i> – anuncia a pesquisa em tela
<i>Step 2</i> – anuncia as principais descobertas
<i>Step 3</i> – indica a estrutura do artigo de pesquisa

Fonte: Swales (1990, p. 141).

O modelo exposto não funciona como uma camisa de força para a análise de artigos de pesquisa, em função da maleabilidade dos gêneros, tidos como tipos relativamente estáveis de enunciado, dada a sua flexibilidade nas comunidades de discurso em que circulam. Isso justifica nem todas as introduções dos artigos de pesquisa apresentarem essa organização retórica ou ainda a possível variação na ordem de aparecimento de *moves* e *steps*.

No Brasil, a aplicação do modelo *CARS* tem se mostrado útil para a análise de gêneros. Hemais e Biasi-Rodrigues (2005) citam alguns trabalhos, desenvolvidos por pesquisadores brasileiros, sobre diferentes gêneros textuais, tais como: resenhas de livro, resumos de dissertações, introduções de artigos de pesquisa, seções de revisão da literatura, resenhas acadêmicas, depoimentos etc.

Outra pesquisa que convém ser registrada, ancorada no modelo swalesiano, foi a realizada por Silveira (2005) sobre um gênero do mundo do trabalho: o ofício. Considerando-o um tipo de carta, a autora faz uma análise minuciosa da sua organização retórica, constatando ser esse um gênero de múltiplos propósitos. Ela chega a classificar os ofícios analisados em ofícios de solicitação, ofícios de encaminhamento, ofício-convite para evento e ofício de informação e esclarecimento, ressaltando ainda a argumentatividade presente no gênero. Não menos importante é a análise que ela faz dos elementos linguístico-tex-

tuais e retórico-gramaticais do gênero em tela, ressaltando as marcas da formalidade, da impessoalidade, as modalizações e a complexidade sintática. Tal análise desemboca no que a autora chamou de *burocratês*, isto é, o registro linguístico de uso comum na burocracia administrativa (SILVEIRA, 2019). Também em contexto profissional, a pesquisa de Nunes (2017; 2019a) estudou o memorando, à luz do referido modelo.

Arrematando a discussão, corroboramos que o modelo analítico de Swales (1990) se mostra fértil para a análise de gêneros, tanto do universo acadêmico e profissional, quanto além desses, ressaltado com bom senso o fato de o modelo não ser aplicável a todos os gêneros. Mesmo assim, a adaptação tem sido possível em alguns casos. Para Silveira (2005, p. 96), “essa adaptação é possibilitada pelo fato de o modelo priorizar a dimensão retórica, que é um fator importante em qualquer gênero”.

Portanto, concordamos com a ideia de que uma das maiores contribuições do linguista inglês aos estudos de gêneros, em termos analítico-metodológicos e pedagógicos, seja seu modelo de análise de gêneros textuais, caracterizado pela regularidade dos movimentos retóricos, com a força e a flexibilidade suficientes para ser aplicado nos mais variados contextos (BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p. 32).

1.2.2 Vijay Bhatia

Para conhecermos um pouco as reflexões teóricas propostas por Bhatia para a análise de gêneros, partimos desta citação:

Embora seja um desenvolvimento relativamente recente no campo dos estudos aplicados do discurso, a análise de gêneros tem se tornado extremamente popular nos últimos anos. O interesse pela teoria dos gêneros e suas aplicações não se restringe mais a um grupo específico de pesquisadores de uma área em particular ou de um setor qualquer do globo terrestre, mas cresceu a ponto de assumir uma relevância muito mais ampla do que jamais foi imaginado. (BHATIA, 2009, p. 159).

Com efeito, não menos importantes que o modelo desenvolvido por Swales (1990) para a análise de gêneros são a teoria e a metodolo-

gia compreendidas por Bhatia para analisar os gêneros textuais. Situando-se também numa perspectiva sociorretórica, o trabalho do linguista indiano reveste-se de grande importância, principalmente no que toca os gêneros profissionais, embora não descarte os gêneros acadêmicos.

Uma das perguntas norteadoras do trabalho de Bhatia (2009, p. 160, itálicos no original) é: “*por que os membros de comunidades discursivas específicas usam a língua da maneira como fazem?*”. A busca incessante pela(s) resposta(s) o levou a focar sua descrição nos usos da língua, para além de uma abordagem superficial apoiada nas formas linguísticas. Embora seja autor de uma teoria própria, é inegável admitir que a concepção de gênero de Bhatia influencia-se bastante pelo modelo de Swales; no entanto, cumpre observar as particularidades de sua abordagem, devido talvez ao fato de Bhatia estudar gêneros com teor mais persuasivo (SILVEIRA, 2005).

Bhatia (1993, p. 17-22) defende que uma análise equilibrada de gêneros deve contemplar três tipos de orientação fundamentais para a sua compreensão. Primeiramente, convém atentar para uma *orientação linguística*, que deve privilegiar os traços linguísticos do gênero (gramaticais, lexicais, estilos, registros, aspectos discursivos e retóricos), com relevo à questão do registro, tomando-o não em si e por si, mas sobretudo buscando compreender por que uma determinada variedade toma tal forma em determinados gêneros.

Em segundo lugar, é preciso considerar uma *orientação sociológica*, cuja pretensão é possibilitar ao analista o entendimento de como determinado gênero define, organiza e comunica a realidade social; corolário da visão de gênero como ação social, defendida por Miller (1984), Bhatia (1993) destaca que os sociológicos podem se tornar mais atentos aos usos dos recursos linguísticos para fins sociais, ao passo que os linguistas podem adicionar a explanação sociológica às suas interpretações do uso da língua em contextos acadêmicos e profissionais.

Por fim, urge levar em conta uma orientação *psicológica* ou *psicolinguística* com foco nos aspectos táticos ou estratégicos da construção de gêneros — ponto que Bhatia considera subestimado por Swales (1990). Entram em cena questões referentes à estruturação cognitiva,

às escolhas estratégicas individuais do escrevente, ao propósito comunicativo e à discussão polêmica entre gêneros e subgêneros.

Obviamente, para fazermos uma análise de gênero não precisamos seguir essa ordem, visto que os aspectos linguísticos, sociais e psicológicos coexistem nos gêneros; aliás, eles também não devem ser analisados isoladamente, mas sim como fazendo parte do gênero textual em sua inteireza; resta ao analista atentar para tais aspectos. Portanto, a sequência em que essas orientações aparecem aqui tem somente cunho didático.

A partir disso, procuramos montar um quadro com a metodologia proposta por Bhatia (1993) para a análise de qualquer gênero, organizada em sete passos, que não são engessados, obviamente; eles poderão ser seguidos na íntegra ou em outra ordem, desde que deem conta da análise do gênero que o pesquisador se propôs investigar. Assim sendo, julgamos pertinente apresentá-los aqui, embora com algumas adaptações, conforme mostra a seguir.

Fig. 02 – Metodologia para análise de gêneros proposta por Bhatia

1. Colocar o texto-gênero num contexto situacional	Identificado o exemplar típico do gênero em estudo, deve-se situá-lo no seu contexto de produção, valendo-se da experiência prévia do analista ou de usuários que o utilizem e atentando para as convenções comunicativas do gênero dentro da comunidade.
2. Levantar a literatura existente sobre o gênero em questão	Investigar a literatura disponível, analisando gêneros similares; buscar instrumentos, métodos e teorias pertinentes e relevantes, bem como guias e manuais relevantes para a comunidade usuária, sem esquecer sua história, suas crenças etc.
3. Refinar a análise contextual/situacional	Abordar tópicos como: quem são os falantes/escreventes, a audiência, seus relacionamentos e suas metas; identificar a realidade extratextual, o tópico e o assunto que o texto está tentando representar, assim como o relacionamento do texto com essa realidade etc.
4. Selecionar o <i>corpus</i>	Definir o gênero ou subgênero com que se quer trabalhar; certificar-se de que os critérios para definição do gênero estão claramente definidos; decidir-se sobre critérios para uma seleção adequada do <i>corpus</i> para o(s) propósito(s) específico(s) etc.

5. Estudar o contexto institucional	Estudar o sistema e/ou metodologia no qual o gênero é usado, suas regras e convenções; incluir o estudo do contexto organizacional, se ele influencia o gênero de alguma forma; não esquecer que há instituições que impõem suas próprias restrições e convenções organizacionais etc.
6. Níveis de análise linguística	<ol style="list-style-type: none"> 1) Análise dos traços léxico-gramaticais: estudar traços específicos da variedade linguística à qual o gênero pertence. 2) Análise da textualização: realçar os aspectos táticos do uso convencional da língua, especificando de que forma os valores restritos ao uso da língua são adotados pelos membros da comunidade. 3) Interpretação estrutural do texto-gênero: enfatizar os aspectos cognitivos da organização linguística do texto, ou seja, do ponto de vista da sua organização retórica e da sua racionalidade.
7. Informações especializadas para a análise de gênero	Confrontar as informações do analista com as de informantes especialistas da comunidade discursiva onde o gênero circula, praticantes daquela cultura de forma rotineira.

Fonte: Bhatia (1993, p. 22-36, com adaptações).

Para Bhatia (1997), apesar dos muitos vieses seguidos pelos analistas de gêneros atualmente, algo comum perpassa a todos e os conecta. Melhor dizendo, a teoria de gêneros apresenta uma considerável base comum, visto que enfatiza: 1) o *conhecimento convencional do gênero*; 2) a *versatilidade da descrição dos gêneros* e 3) a *tendência para a inovação*. No que diz respeito ao conhecimento convencional, Bhatia é claro ao dizer que:

Os gêneros são definidos essencialmente em termos de uso da linguagem em contextos comunicativos convencionados, que dá origem a conjuntos específicos de propósitos comunicativos para grupos sociais e disciplinares especializados, que, por sua vez, estabelecem formas estruturais relativamente estáveis e, em certa extensão, até mesmo impõem restrições quanto ao emprego de recursos léxico-gramaticais. (BHATIA, 2009, p. 161).

Partindo desse ponto de vista, o autor assegura que tal conhecimento convencional se apresenta em função: a) da *recorrência de*

situações retóricas (contexto em que um dado evento comunicativo acontece); b) dos *propósitos comunicativos compartilhados* (relação mútua entre participantes de uma comunidade discursiva em particular) e c) das *regularidades da organização estrutural* (formas estruturais que delineiam um construto genérico).

Curiosamente, Bhatia (2009) ilustra de forma esclarecedora que as situações retóricas são tipificadas com um exemplo da relação paciente-ginecologista. Segundo ele, mesmo o médico tranquilizando a paciente, com voz gentil e suave, pedindo para ela relaxar o máximo possível, durante o exame, a situação não é confundida com um encontro sexual, mas entendida como um encontro médico, em virtude do contexto das consultas ginecológicas: hospital ou consultório, parafernália médica etc.

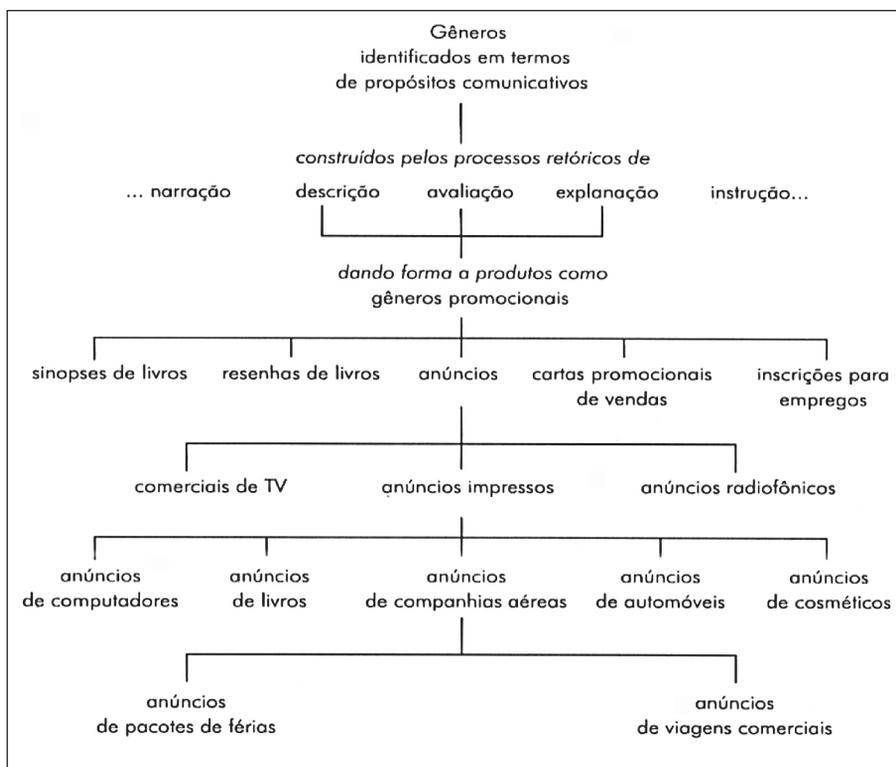
Para Bhatia (2009, p. 163), isso evidencia que “as convenções dos gêneros são de grande utilidade para manter a atmosfera comunicativa e a ordem social desejáveis nas comunidades profissionais civilizadas”. Indubitavelmente, a situação retórica acima exemplificada (consulta médica) tem propósitos comunicativos compartilhados de forma óbvia (a paciente vai ao ginecologista porque deseja consultar-se, diagnosticar possíveis problemas de saúde, prevenir-se de problemas futuros etc.), o que justifica o emprego de um léxico específico pelo médico (“relaxe”, “serei o mais delicado que puder”), sem que ele seja mal interpretado.

Em segundo lugar, é válido recordar que, embora os gêneros sejam formas sociais padronizadas em função da recorrência, eles são construtos versáteis. A compreensão de tal instabilidade exige considerarmos: a) *texto e contexto em sentido estrito*; b) *o uso que as pessoas fazem da linguagem e o que torna isso possível* e c) *língua e cultura*, em sentido amplo. Torna-se necessário esclarecer que essa versatilidade dos gêneros, na visão de Bhatia (2009), toma como critério privilegiado o propósito comunicativo ligado a uma situação retórica específica, justificando a descrição de gêneros em níveis, ora mais específicos, ora mais generalizados.

Em outras palavras, é o propósito comunicativo — outro conceito muito versátil, na opinião do autor — que permite a identificação de um gênero em particular ou de uma *constelação de gêneros* relaciona-

dos. Legitimando isso, Bhatia (2009, p. 164-165) cita o caso dos gêneros promocionais, os quais servem mais ou menos a um propósito comunicativo comum, “promover um produto ou um serviço para um cliente potencial”, tal como exemplificado na figura a seguir:

Fig. 03 – Níveis de descrição genérica



Fonte: Bhatia (2009, p. 164).

Se observarmos atentamente a figura em análise, veremos os diversos níveis a que Bhatia se refere. Inicialmente, identificamos um mesmo propósito — amplo, por sinal — em gêneros diferentes como a sinopse de livro, os anúncios, as inscrições para empregos e as cartas promocionais. À medida que a análise se refina, os anúncios, por exemplo, são cada vez mais apreendidos em níveis específicos: anúncios impressos — anúncios de companhias aéreas — anúncios de viagens comerciais.

O esquema mostrado anteriormente exemplifica claramente uma *colônia discursiva*, em que os gêneros “são pouco discerníveis em termos de propósitos comunicativos e mais em termos de meio de discurso, portanto pertencem, como gêneros, à mesma categoria geral popularmente conhecida como anúncios” (BHATIA, 2009, p. 165). No dizer do próprio autor:

O interessante na teoria de gêneros é que, caso se utilize a situação retórica ou o propósito comunicativo como critério privilegiado, isso implica que, enquanto o propósito comunicativo permanece o mesmo, os textos em questão são identificados como gêneros intimamente relacionados. À medida que nos movemos do nível mais alto para os níveis mais baixos de generalização, precisamos definir o propósito comunicativo em uma crescente ordem de especificidade e detalhamento, se desejamos realmente distingui-los como gêneros ou subgêneros. (BHATIA, 2009, p. 166).

Em terceiro lugar, convém discorrer sobre mais um aspecto constitutivo dos gêneros textuais: a sua *tendência para a inovação*. Essa dinamicidade, aparentemente contraditória quando relacionada ao caráter convencional dos gêneros, ratifica a ideia de que eles são entidades complexas, haja vista a explosão da tecnologia informacional e dos recursos multimídia, que têm acelerado o surgimento, a transmutação e, até mesmo, o desaparecimento de inúmeros gêneros textuais (NUNES, 2019b). Essa natureza aparentemente paradoxal do gênero, isto é, essa busca do equilíbrio entre a estabilidade e a instabilidade nos faz lembrar, em termos bakhtinianos, das *forças centrífugas* e das *forças centrípetas*, referidas anteriormente neste livro. Podemos dizer que os gêneros, como formas de uso da língua(gem), não estariam imunes a esse contínuo jogo de forças.

Nesse sentido, é coerente pensar com Bathia (1997) que eles se misturam e se imbricam o tempo todo sem muitas vezes percebermos. Tal hibridização é explorada pelos membros mais experientes da comunidade discursiva, os quais, para atingir os efeitos pretendidos, se baseiam no que já foi estabelecido dentro da comunidade ou, como afirma Bhatia (2009, p. 170), “o aspecto decisivo em tais associações é que elas comunicam melhor no contexto daquilo que já é familiar.”

Para efeito de exemplificação, tomemos um artigo de pesquisa cujo título seja: “*Blog meu, blog meu, existem alunos mais conectados do que os meus?*”. A princípio, é possível considerar o enunciado destacado como altamente criativo e inovador, porém, não podemos esquecer que, em tal contexto, a significação desse enunciado, e de outros da mesma natureza, só se completa quando os relacionamos àquilo que nos é familiar, pois “é a experiência que lhes confere o efeito desejado. [...], se não houver familiaridade com o original, o valor da inovação se enfraquece” (BHATIA, 2009, p. 170).

No caso, para a construção dos sentidos deve-se levar em consideração o clássico conto *Branca de Neve e os sete anões*, em que uma personagem, a rainha feiticeira, formulava sempre a pergunta “— *Espelho meu, espelho meu, há no mundo alguém mais bela do que eu?*” para o espelho mágico, a fim de manter a todo custo sua beleza soberana no reino. Tais considerações corroboram a discussão de que “o escritor de gêneros hábil utiliza o que é convencionalmente disponível em uma comunidade discursiva para promover seus próprios e sutis objetivos” (BHATIA, 2009, p. 170).

A bem dizer, em seu clássico *Analysing Genre: language use in professional settings*, Bhatia (1993, p. 40) já afirmava que “explorar as regras e as convenções em nome da criatividade e da inovação é bom, mas é muito melhor fazer isso depois que se tem desenvolvida pelo menos uma boa compreensão, senão um bom domínio sobre as convenções”.

É importante esclarecer que essa tendência natural dos gêneros à imbricação e à mistura, fenômeno que tem sido referido por alguns como “falsos gêneros”, configura-se em razão de os gêneros servirem a mais de um propósito, ou melhor, a diferentes finalidades. É dessa forma que um gênero pode ter a forma de um e a função de outro. Para o linguista indiano:

Seja qual for a explicação, os gêneros muito dificilmente servem a propósitos únicos; eles apresentam um conjunto de propósito, mas esse conjunto muito frequentemente se torna um misto de propósitos complementares. Não será errado alegar que esses mesmos propósitos apresentam ‘valores genéricos’, caso se possa identificá-los separadamente. (BHATIA, 2009, p. 171).

Outro ponto a se ressaltar na teoria de Bhatia é a relação entre gênero e autoridade. O autor é bastante enfático ao dizer que “os gêneros derivam sua autoridade das convenções, que se baseiam na crença de que todas as formas discursivas, especialmente aquelas usadas em contextos institucionalizados, são socialmente determinadas” (BHATIA, 2009, p. 178). E, mais adiante, completa: “Como outras formas de discurso, os gêneros são socialmente construídos e, mais ainda, intimamente controlados pelas práticas sociais.” (BHATIA, 2009, p. 179). Essa afirmação se afina com o gênero que investigamos em nossa pesquisa, visto que a publicação de uma *carta do leitor* depende do monitoramento da mídia que a veicula.

Diante disso, não podemos negar que os gêneros refletem as relações de poder estabelecidas na sociedade. Em outras palavras, só exploram, interpretam e inovam os gêneros aqueles membros legitimados das comunidades discursivas, com conhecimentos prévios para regular os construtos genéricos, preservando-lhes a sua integridade.

A título de ilustração, o autor recorre ao mundo acadêmico, destacando que um artigo de pesquisa, para ser submetido a um periódico, passa por no mínimo dois mecanismos que asseguram a sua integridade genérica: a revisão em pares e a intervenção editorial. Como prova de autoridade e poder, ele ressalta que as comissões editoriais tendem a emitir parecer favorável aos artigos que têm a ver com suas respectivas áreas de pesquisa; caso contrário, os artigos serão desencorajados ou até mesmo rejeitados. Além disso, a equipe editorial goza de todo o poder inimaginável para manter a integridade do gênero em tela. Tais atitudes elucidam a forte “função censora das comunidades discursivas” (BHATIA, 2009, p. 188).

À parte os conflitos e as tensões — normais em qualquer comunidade de discurso —, os gêneros textuais possibilitam uma inter-relação dos membros com outros membros da comunidade, pois “o uso recorrente de tais formas discursivas cria solidariedade entre os membros, conferindo-lhes sua arma mais poderosa para manter os estranhos à comunidade a uma distância segura” (BHATIA, 2009, p. 183). Sob esse olhar, é pertinente dizer que os gêneros típicos de uma determinada comunidade discursiva fazem dela um reduto pró-

prio, com suas normas, seus valores, suas particularidades, ou seja, sua força controladora, a exemplo da comunidade legal — com seus contratos, seus decretos, suas leis.

1.2.3 Carolyn Miller

De vital importância para a abordagem de gêneros adotada nesse livro é, também, a visão empreendida pela professora e pesquisadora norte-americana Carolyn R. Miller em sua discussão, cujo carro-forte é a noção de *gênero como ação social motivado por situações retóricas recorrentes* (MILLER, 1984). Essa visão traz consigo as influências da Nova Retórica — uma revitalização da Retórica Clássica no contexto norte-americano do século XX — e do pensamento do filósofo russo Mikhail Bakhtin, prioritariamente no que diz respeito aos gêneros do discurso, em virtude da natureza constitutivamente dialógica da linguagem.

Ante isso, Miller (2009, p. 22) enfatiza que “uma definição retoricamente válida de gênero precisa ser centrada não na substância ou na forma de discurso, mas na ação que é usada para sua realização”. Em outras palavras, a abordagem da autora vai muito além da exploração do conteúdo e da forma do gênero, porque aponta em sua definição para critérios pragmáticos. Dessa forma, ela rejeita explicitamente quaisquer abordagens de gênero que se concentrem apenas em taxonomias, visto que não passariam de uma visão reducionista, ou seja, puro formalismo. Para ela, “a classificação do discurso será retoricamente sólida se contribuir para uma compreensão de como o discurso funciona — isto é, se reflete a experiência retórica do povo que cria e interpreta o discurso” (MILLER, 2009, p. 22). Em termos específicos, é fato que:

Como ação social, tanto um recado anotado para alguém que não está em casa, como uma mesma mensagem informando a mudança de endereço eletrônico, direcionada a pessoas com quem mantemos os mais variados tipos de distância ou proximidade social, são construídos com base em nossa experiência sociorretórica: estabelecemos propósitos comunicativos e cuidamos para que sejam alcançados, dando-lhes forma segundo nossa percepção de semelhanças, gerais ou específicas, entre a situação atual e outras situações

que julgamos análogas. As regularidades na forma e conteúdo desses textos seriam reflexo de outros tipos de regularidades subjacentes, a indicar que, por exemplo, as práticas de produção e/ou recepção desses textos também apresentam regularidades passíveis de ser identificadas. (CARVALHO, 2005, p. 136).

Nesse sentido, a visão milleriana não desmerece a importância das convenções da prática retórica. Dando exemplos claros, a autora argumenta que discursos inaugurais, elogios fúnebres, discursos jurídicos e outros afins têm formas convencionais porque surgem em situações com estruturas e elementos semelhantes e porque os retores respondem de modo semelhante, tendo aprendido com um precedente o que é apropriado e quais efeitos suas ações provavelmente terão sobre outras pessoas.

A partir dessa ótica, os gêneros são tomados como artefatos culturais que constituem uma classe aberta, com novos membros evoluindo, velhos membros decaindo, o que justifica sua natureza instável. As noções de recorrência e ação retórica são consideradas basilares nessa concepção, porquanto “o gênero, dessa maneira, torna-se mais que uma entidade formal; ele se torna pragmático, completamente retórico, um ponto de ligação entre intenção e efeito, um aspecto da ação social” (MILLER, 2009, p. 24).

A proposta da autora, portanto, toma os gêneros em sua complexidade, com foco etnometodológico, aberto e pragmático. A propósito, “essa abordagem insiste que os gêneros ‘*de facto*’, os tipos para os quais temos nomes na linguagem cotidiana, nos dizem algo teoricamente importante sobre o discurso” (MILLER, 2009, p. 28).

Fundamental à teoria de Carolyn Miller é o conceito de *situação retórica*. Tomando-o emprestado de Burke e Bitzer, a autora sustenta que esse conceito é particularmente importante, já que as situações retóricas são recorrentes. Contudo, urge compreender que:

O que recorre não pode ser uma configuração material de objetos, eventos e pessoas, tampouco pode ser uma configuração subjetiva, uma ‘percepção’, porque essas também são únicas de momento a momento e de pessoa a pessoa. A recorrência é um fenômeno intersubjetivo, uma ocorrência social e não pode ser entendida em termos materialistas. (MILLER, 2009, p. 30).

Assim, não se pode deixar de mencionar que, para essa compreensão, é preciso perceber ainda dois outros conceitos basilares: *exigência* e *motivo*. Embora sejam termos correlatos, de alguma forma eles apresentam certa tensão. No entanto, o relevante para a nossa discussão é compreender, segundo Miller (2009, p. 32), que “a exigência tem que estar localizada no mundo social, e não numa percepção privada nem numa circunstância material”.

Vemos que a abordagem da autora vai além do individual, considerando a *exigência* como um propósito retórico de fato e não como a intenção individual do sujeito falante/escrevente. Por isso, a *exigência* fornece ao retor uma maneira socialmente reconhecível para realizar suas intenções conhecidas. Ela precisa ser vista não como a causa da ação retórica ou intenção, mas como motivo social. Compreender uma exigência é, pois, ter um motivo.

Quanto aos processos de tipificação social, em função das similaridades com que nos deparamos rotineiramente, vamos criando tipos e armazenando-os na nossa memória discursiva como se formassem um estoque de conhecimentos. Assim, relacionamos experiências o tempo todo; aliás, o novo só se torna familiar porque reconhecemos semelhanças relevantes com o já conhecido.

Logo, diante de ações tipificadas, passamos a usar gêneros tipificados, como se as situações recorrentes convidassem-nos a utilizar determinados gêneros. Por isso vemos, cotidianamente, jogadores instruindo novatos num jogo, professores dando aulas, mães contando histórias para seus filhos, fregueses fazendo pedidos por telefone, alunos de pós-graduação defendendo dissertações e teses, pesquisadores participando de bancas de defesas, crianças participando de rituais religiosos, pessoas interagindo via redes sociais digitais, entre outros.

Por um lado, a ideia de compartilhamento dos gêneros tipificados é indispensável para o nosso engajamento na sociedade, caso contrário seria difícil manter a comunicação e a ordem social; por outro, convém destacar que esses gêneros também evoluem — ainda mais se pensarmos numa era de instabilidades constantes como esta em que vivemos —, embora o nosso estoque de conhecimentos seja bastante estável.

Com efeito, reconhecemos os gêneros porque eles se fundam em situações recorrentes; por conseguinte, os compreendemos como entidades completas: uma conferência, um elogio fúnebre, um manual técnico e assim por diante. Entretanto, se permanecermos apenas no nível do reconhecimento do gênero, saberemos muito pouco sobre ele. É preciso descobrir em que medida ele funciona como uma ação retórica para satisfazer determinada exigência social, ou seja, tomá-lo em seu uso social.

Nessa perspectiva, a pesquisadora americana ressalta o componente social na definição de gênero, já que ele se refere a uma categoria convencional de discurso baseada na tipificação da ação retórica; como ação, adquire significado da situação e do contexto social em que se originou. Disso decorre que os gêneros são práticas sociais. A realização de tais práticas evidentemente baseia-se nas convenções do discurso, estabelecidas pelos membros da sociedade como forma de agir conjuntamente.

Miller (2009) cita alguns exemplos da plasticidade e evolução dos gêneros recorrendo a pesquisas já realizadas por outros estudiosos. A autora: (i) menciona a grande mudança do artigo de pesquisa nos últimos trezentos anos; (ii) destaca a semelhança entre o discurso dos tribunais norte-americanos no fim do século XX e o discurso das cortes na cultura ateniense do século IV a.C.; (iii) enfatiza a gênese da encíclica papal contemporânea nos documentos do Império Romano; (iv) ressalta o discurso do rei dirigido ao parlamento ter dado origem ao gênero *Inaugural Addresses* — discurso inaugural dos presidentes eleitos dos Estados Unidos. Nesse sentido,

aquilo que aprendemos quando aprendemos um gênero não é apenas um padrão de formas ou mesmo um método de realizar nossos próprios fins. Mais importante, aprendemos quais fins podemos alcançar: aprendemos que podemos elogiar, apresentar desculpas, recomendar uma pessoa para outra, assumir um papel oficial, explicar o progresso na realização de metas. Aprendemos a entender melhor as situações em que nos encontramos e as situações potenciais para o fracasso e o sucesso ao agir juntamente. Como uma ação significativa e recorrente, um gênero incorpora um aspecto de racionalidade cultural (MILLER, 2009, p. 44).

Repensando gêneros e, ao mesmo tempo, pensando numa organização hierárquica em níveis, a autora esclarece que ver o gênero como artefato cultural é situá-lo como um fenômeno intermediário, localizado entre a linguagem (micronível de análise) e a cultura (macronível de análise). Miller (2009) enxerga o gênero como um constituinte específico da própria sociedade, uma vez que é apontado como fundamental para organizar a estrutura comunicativa; além do mais, ele é uma das estruturas de poder que perpassam a vida institucional. Logo, pensá-lo, na perspectiva da autora, é pensar um aspecto da comunicação situada capaz de reprodução, com regras, tipificações sociais, exigência recorrente, restrições, num dado espaço-tempo concreto.

Isso posto, convém esclarecer que a autora não prioriza os aspectos estruturais em detrimento da ação social; ao contrário, ela entende a estrutura, ou forma, como um aspecto constituinte da ação e a ação, o aspecto principal. Ressalta também que, embora as estruturas sejam reconhecidas como constituintes da sociedade — pois são reproduzíveis —, a ação é o que é significativo e com ela criamos o conhecimento e a capacidade necessários para reproduzir a estrutura.

Assim, a ideia de *comunidade retórica* se conecta ao que vimos discutindo, já que “não podemos compreender completamente os gêneros sem uma compreensão mais profunda do sistema comunal do qual são constituintes, sem explorar mais detidamente a natureza da coletividade” (MILLER, 2009, p. 53).

É interessante notar que, para Miller (2009), uma comunidade retórica não se centra em coletividades taxonômicas — entendidas como grupos com similaridades e talvez até crenças compartilhadas, porém sem inter-relação real, tal como o grupo de pessoas que possui passaporte britânico — nem em coletividades relacionais, isto é, grupos cujos membros têm relações reais uns com os outros, por meio das quais acontece o compartilhamento ativo. Negando essas duas concepções, a autora vai propor uma comunidade com um terceiro *status*: o virtual.

Uma comunidade retórica, proponho eu, é apenas essa tal entidade virtual, uma projeção discursiva, um construto retórico. É a comunidade tal qual é invocada, representada, pressuposta ou desenvolvida no discurso retórico. É constituída por atribuições de ações retóricas articuladas características,

gêneros de interação, modos de realização, que inclui o de reproduzir a si mesma. Do mesmo modo que as estruturas de Giddens, as comunidades retóricas ‘existem’ nas memórias humanas e nas suas instanciações específicas em palavras: não são inventadas do zero, mas persistem como aspectos estruturadores de todas as formas de ação sociorretórica. Como os gêneros, as comunidades retóricas ‘existem’ em uma hierarquia discursiva, não no espaço-tempo; elas existem, contudo, em um nível cumulativo muito mais elevado do que os gêneros. (MILLER, 2009, p. 55).

De forma ilustrativa, a pesquisadora norte-americana exemplifica que essas comunidades não devem ser procuradas demográfica ou geograficamente: nas salas de aula, nas forças-tarefa civis, nos grupos que cultivam um *hobby* ou nos congressos acadêmicos. Uma comunidade retórica, segundo ela, opera retoricamente “através do gênero, como o lugar operacional da ação articulada, reproduzível, o nexo entre o privado e o público, o singular e o recorrente, o micro e o macro” (MILLER, 2009, p. 55).

O que é significativo nessa concepção da autora é que uma comunidade retórica sempre deverá ser vista como um lugar de conflitos, tensões, contrassensos, acordos, desacordos e contenções. Dito de outra maneira, ela será o lugar da coexistência das “forças centrípetas” e das “forças centrífugas”, na qual concomitantemente estão incluídas as semelhanças e as diferenças.

Todavia, é óbvio que o centripetismo é essencial para que a comunidade retórica não se desfaça. Na ótica de Miller (2009, p. 57-58), o que sustenta uma comunidade retórica — enquanto força centrípeta — são: (i) o gênero; (ii) a metáfora ou figuras de uma forma geral; e (iii) a narrativa. O primeiro impõe estrutura a uma dada ação no espaço-tempo; o segundo estabelece conexões que de outra forma não podem ser feitas; o terceiro impõe inteligibilidade a eventos passados. Com efeito,

na sua dimensão *pragmática*, os gêneros não apenas ajudam pessoas reais, em comunidades espaço-temporais, a fazer seu trabalho e realizar seus propósitos; eles também ajudam as comunidades virtuais — as relações que carregamos em nossas mentes — a reproduzir e reconstruir a si mesmas para continuarem suas histórias. (MILLER, 2009, p. 58).

Portanto, fica claro que, assim como a língua tem forças de conservação e forças de dispersão que coexistem, os gêneros — como práticas de uso da língua — também se situam nesse mesmo jogo de forças. Podemos asseverar ser graças às forças de união que as situações retóricas são recorrentes e os gêneros textuais passíveis de regularidade, conforme discutiremos nas análises da carta do leitor.

1.2.4 Charles Bazerman

A visão de gênero adotada por Bazerman (2006; 2007; 2009) dialoga em muito com a perspectiva de Miller (1984), especificamente no que concerne aos processos de tipificação e à abordagem de gênero como ação social. O autor enfatiza a relevância dos gêneros textuais para as práticas de letramento, inclusive na escola. Nessa direção, o conceito de gênero “pode nos falar da mente, da sociedade, da linguagem e da cultura e até da organização e do funcionamento das leis e da economia, como também de muitos outros aspectos da vida letrada moderna” (BAZERMAN, 2006, p. 10).

Não é sem propósito que tal visão prescinde de uma abordagem puramente formal de gênero, considerando-o uma ação tipificada pela qual podemos tornar nossas intenções e sentidos inteligíveis para outros. Nessa linha de raciocínio, pensar gêneros é pensar formas de tipificação social imbuídas de agência, já que estamos falando em ação social e, portanto, não cabe aqui a ideia de sujeito passivo. Assim, no dizer do pesquisador norte-americano:

Gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São *frames* para a ação social. São ambientes para a aprendizagem. São os lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. Gêneros são os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos para explorar o não familiar. (BAZERMAN, 2006, p. 23).

O autor adverte que o conceito de gênero em língua inglesa surge na arena discursiva da arte. Ele critica a abordagem desse conceito no

campo dos estudos literários que, numa visão normativa, tem dado mais atenção às questões puramente textuais e de mera contemplação que às sobre as relações sociais, embora reconheça que, depois dos estudos de Bakhtin e de outros teóricos, tal visão tenha se alargado e incorporado a preocupação com o histórico e com o psicossocial.

Ancorada nos desenvolvimentos da linguística, da retórica, da psicologia e da sociologia, a concepção de gênero postulada pelo autor extrapola uma visão reducionista e formalista, pois “os gêneros, da forma como são percebidos e usados pelos indivíduos, tornam-se parte de suas relações sociais padronizadas, de sua paisagem comunicativa e de sua organização cognitiva” (BAZERMAN, 2006, p. 28). Eis aqui um diálogo com a visão milleriana de gêneros como *ações retóricas tipificadas baseadas em situações recorrentes*; além disso, não descarta o papel das agências na comunicação discursiva, pois, como ilustra o próprio autor:

Através da escrita, fazemos nosso marco no mundo, um marco potencialmente pensado, feito com habilidade e desenvolvido maduramente. (...) [Mas] não são apenas as grandes figuras históricas que se inscreveram nas páginas da história que expressam agência através da escrita. Cada vez que compartilhamos nossos pensamentos numa carta para um amigo; fazemos um pedido numa carta comercial; expressamos nosso ponto de vista numa carta ao editor, somos agentes em nossos próprios interesses. (BAZERMAN, 2006, p. 12).

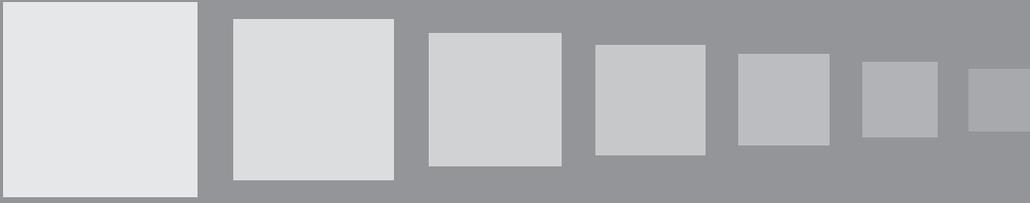
Conforme vimos discutindo ao longo deste capítulo, os gêneros são fundamentais para organizar as interações humanas e manter a ordem social. Dessa maneira, Bazerman (2007) convida-nos a pensar, inclusive, mais especificamente no uso da língua escrita, já que esta não tem as mesmas características da conversa face a face, o que, em certo sentido, torna aquela mais descontextualizada; daí ser imprescindível enxergar o texto com os olhos do gênero.

Na ótica do autor, hoje lidamos com textos em que é provável que o único contexto que achemos para eles seja em sua relação com outros textos, ou seja, a intertextualidade. Não recebemos muitas dicas do ambiente físico, material ou social para nos orientarmos na sua interpretação. Gêneros podem nos ajudar nessa confusão ao assinalar

para nós a situação e a ação, projetando o contexto invisível. Na verdade, os gêneros se constituem em verdadeiros *habitats*, na medida em que definem espaços sócio-historicamente, nos quais reconhecemos os outros e somos reconhecidos, ao mesmo tempo em que fazemos uso da palavra de modo reconhecível e apropriado.

Ademais, Bazerman (2006) esclarece que o que emerge dos vários estudos, revelados por inúmeras investigações, é que os gêneros constituem um recurso rico e multidimensional que nos ajuda a localizar nossa ação discursiva em relação a situações altamente estruturadas. O gênero é apenas a realização visível de um complexo de dinâmicas sociais e psicológicas. Ao compreendermos o que acontece com o gênero, porque o gênero é o que é, percebemos os múltiplos fatores sociais e psicológicos com os quais nossos enunciados precisam dialogar para serem mais eficazes.

Dessa forma, podemos pensar metaforicamente que um gênero é apenas a ponta do *iceberg*, quando imaginamos não só a profundidade e a complexidade de uma dada situação da comunicação discursiva, mas também o papel dos sujeitos envolvidos no processo de produção e recepção de um dado gênero textual.



CARTAS E A CARTA DO LEITOR

Enquanto você lê estas palavras, está tomando parte numa das maravilhas do mundo natural. Você e eu pertencemos a uma espécie dotada de uma admirável capacidade, a de formar ideias no cérebro dos demais com esquisita precisão. Eu não me refiro com isso à telepatia, ao controle mental ou às demais obsessões das ciências ocultas. Aliás, até para os crentes mais convictos, estes instrumentos de comunicação são pífios em comparação com uma capacidade que todos possuímos. Esta capacidade é a linguagem.

Steven Pinker

Sabemos que os gêneros textuais são construtos retóricos altamente maleáveis, dinâmicos e heterogêneos; por essa razão, eles não devem ser analisados como produtos a-históricos. O caráter evolutivo dos gêneros é constitutivo da sua natureza; nós não os inventamos da noite para o dia. Além do mais, não podemos perder de vista a relação intrínseca entre entidade genérica e cultura; isso justifica, em parte, o fato de não vermos circulando cartas régias nos meios do alto escalão político-administrativo do Brasil atual, mas sim decretos presidenciais; da mesma forma, não nos damos conta de que o alvará era uma espécie de edito real e que hoje funciona como uma licença dada a alguém, garantindo-lhe direitos e privilégios particulares para explorar determinado serviço.

Se pensarmos nos artefatos genéricos que circulam na internet, por exemplo, estaremos diante de um terreno fértil. Pesquisas têm revelado que muito do que se apresenta como gênero virtual na contemporaneidade retoma, de alguma forma, o já conhecido. Enfim, são novas situações retóricas, motivadas pelo rápido avanço da tecnologia, que demandam o surgimento de “novos” gêneros, assim como o desaparecimento de outros.

Marcuschi (2010b) já dizia que uma simples observação histórica do surgimento dos gêneros revela que povos de cultura essencialmente oral desenvolveram um conjunto limitado de gêneros. Após a invenção da escrita alfabética, por volta do século VII a.C., multiplicam-se os gêneros, surgindo os tipos da escrita. A partir do século XV, os gêneros expandem-se com o florescimento da cultura impressa e, na fase intermediária de industrialização, iniciada no século XVIII, reforça-se essa ampliação. Hoje, em pleno estágio da denominada cultura eletrônica, com o telefone, o gravador, o rádio, a TV e, particularmente, o computador pessoal e sua aplicação mais notável — a internet —, presenciamos uma explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade quanto na escrita.

A par disso, abordaremos neste capítulo o gênero *carta*, em sentido amplo, como o alicerce para o surgimento de gêneros diversificados nos mais diversos domínios da cultura humana, entre eles, a arena do jornalismo opinativo, em que a *carta do leitor* se insere. Logo, faremos uma breve incursão histórica para compreendermos melhor o fenômeno *cartas* e ampliarmos os nossos horizontes acerca do universo midiático — em especial, o mundo do jornalismo impresso —, seja no Brasil, seja no exterior; finalizaremos este capítulo com uma caracterização do gênero em debate, a partir de pesquisas já realizadas.

2.1 A carta e seus usos sociais ao longo do tempo

Retomando Bazerman (2009), sustentamos que a carta é a base social de gêneros diferenciados. A bem dizer, pesquisas têm comprovado que o artigo científico, a patente e os relatórios, por exemplo, mantêm relação com as *cartas*; em outras palavras, dizemos que aque-

les são “gêneros-filhos” deste “gênero-mãe”. Muitos outros gêneros têm uma estreita ligação com a correspondência, entre eles: letras de câmbio, cartas de crédito, livros do Novo Testamento, encíclica papal, jornais, romances etc. No entanto,

os primeiros documentos através dos quais poderíamos mostrar a maior influência das cartas ou não sobreviveram ou não são facilmente acessíveis. Mesmo assim, as poucas evidências que encontrei na literatura secundária sugerem que as cartas podem ter exercido uma influência ampla e importante na formação de gêneros. (BAZERMAN, 2009, p. 84).

É bem verdade que, nos primórdios dos letramentos da humanidade, não podemos imaginar o modelo de sociedade atual, com o dilúvio de gêneros textuais organizadores dos mais diversos sistemas comunicativos em que estamos imersos. Da máquina de escrever ao computador, a tecnologia evolui continuamente e, quer queira, quer não, ela interfere nas nossas formas de interação social. Essas mudanças bruscas e urgentes nos desatualizam com muita rapidez, daí a necessidade de sermos leitores e escritores abertos à inovação, a fim de podermos ter o mínimo de entendimento das práticas sociais e institucionais mediadas pelos gêneros. Afinal,

os gêneros nos ajudam a navegar dentro dos complexos mundos da comunicação escrita e da atividade simbólica, porque, ao reconhecer uma espécie de texto, reconhecemos muitas coisas sobre a situação social e institucional, as atividades propostas, os papéis disponíveis ao escritor e ao leitor, os motivos, as ideias, a ideologia e o conteúdo esperado do documento e o lugar onde tudo isso pode caber na nossa vida. (BAZERMAN, 2009, p. 84).

Historicizando sobre os primeiros gêneros da cultura escrita, Bazerman (2009) argumenta que o surgimento deles tem a ver com os gêneros da oralidade (o épico, a história coletiva recitada, o mito, a ode, o coral, o drama, o discurso, o conto popular, a adivinha e a piada); eles eram transcritos para servir como memoriais e, portanto, participar do acervo para a leitura privada. As transcrições de discussões orais sobre conhecimentos e crenças foram relevantes para consolidar a atividade da escrita. Ainda nessa fase, convém ressaltar

que alguns gêneros surgiram de atos de fala cotidianos mais comuns, tais como os atos de *contar* e *relembrar*. Nesse sentido, foram relevantes também os comandos orais de autoridades, transformados em ordens, leis, códigos e proclamações. Não sem motivo a Constituição Federal brasileira também se chama Carta Magna.

No dizer de Bazerman (2009), as cartas expandiram seus usos mais formais e oficiais até o âmbito do particular e, dessa forma, as cartas familiares tornaram-se comuns entre todas as classes sociais da Antiguidade Clássica. Por isso, dois tipos de carta chegaram a ser tratadas como documentos eruditos nas escolas e bibliotecas pessoais: as cartas sobre temas técnicos ou profissionais e as cartas-ensaio, a exemplo das cartas aristotélicas.

Estamos diante de um gênero fértil e multifuncional que não pode ser enquadrado em um único tipo. Pensando nisso, Bazerman (2009) frisa que, em seu amplo uso no mundo clássico, podemos ver como a carta, criada para mediar a distância entre dois indivíduos, fornece um espaço de relação aberta que pode ser especificado, definido e regularizado de muitas maneiras diferentes. As relações e transações em curso são mostradas para o leitor e o escritor diretamente pelas saudações, pelas assinaturas e pelos conteúdos da carta. Além do mais, cartas podem descrever e comentar a relação entre os indivíduos e a natureza da transação corrente.

Falar em *cartas*, simplesmente, numa sociedade grafocêntrica como a nossa — e, por conseguinte, com múltiplos sistemas de gêneros — parece não muito elucidativo.

De fato o rótulo **carta** é abrangente e pouco esclarecedor: excetuando-se o formato externo — cabeçalho, data, assinatura — e algumas expressões formulaicas frequentes em suas seções iniciais e finais, o corpo da carta permite qualquer tipo de comunicação: desde as vantagens de um determinado cartão de crédito até informações sobre o condomínio, passando pelas esperadas novidades do amigo que mora no exterior. Todas são cartas, mas não devemos colocá-las na mesma categoria. (PAREDES SILVA, 1997, p. 121, negrito no original).

Assim, é necessário ativar a nossa memória discursiva para enquadrarmos as cartas em alguma espécie em particular. Noutros termos, é preciso especificar a que tipo de carta estamos nos referindo,

porque, à medida que mais temas e transações, de forma reconhecível, inserem-se nas cartas, o gênero em si se expande e se especializa (BAZERMAN, 2009).

Curioso e de especial interesse para o nosso foco de estudo é o papel desempenhado pela impressão: com ela, multiplicaram-se cópias de textos para audiências amplas e desconhecidas. Segundo Bazerman (2009), pelo menos três principais tipos de escrita que floresceram na cultura impressa parecem ter alguma conexão com a carta: o jornal, a revista científica e o romance.

Como podemos notar, o autor deixa explícita a relação entre a carta e alguns gêneros/suportes da cultura impressa. Desse modo, o jornal, para ele, provavelmente mantém algum tipo de relação com a carta, mesmo que sejam traços residuais. Não é sem propósito que “muitos dos elementos das cartas ainda permanecem na indústria jornalística; por exemplo, repórteres mantidos em países e cidades distantes são, ainda hoje, referidos como correspondentes, mesmo nos programas noticiosos da televisão” (BAZERMAN, 2009, p. 94).

Enfim, como nem sempre temos a consciência devida da importância das cartas, na maioria das vezes, o que percebemos é que, no repertório de gêneros da coletividade, elas figuram como um gênero trivial e, para muitos, ao falarmos em carta, parecemos nos referir a algo obsoleto. É comum ouvirmos as pessoas desdenharem da carta pessoal enviada/recebida via Correios por estarmos na era do e-mail, do telefone celular e das redes sociais digitais. Essas mesmas pessoas nem se dão conta de que até mesmo o e-mail, a rigor, não é uma novidade radical, mas uma espécie de carta virtual.

Seguramente, de uma coisa não podemos nos esquecer: as cartas, quando comparadas a outros gêneros, podem parecer simples por serem tão abertamente ligadas às relações sociais e a escreventes e leitores particulares, mas isso só significa que elas nos revelam clara e explicitamente a socialidade de toda escrita. Essa pode ser a própria razão de as cartas terem sido tão instrumentais na formação de gêneros mais especializados e menos autointerpretativos (BAZERMAN, 2009).

Paredes Silva (1988), em sua tese de doutoramento, tomando cartas pessoais como *corpus* da sua pesquisa — embora não seja esse

o fenômeno investigado por ela —, tece alguns comentários acerca desse gênero textual. A autora corrobora o que vimos discutindo: a relação das cartas, e mais especificamente da carta pessoal, com a oralidade. Em sua opinião, “há textos escritos que caminham na direção da oralidade — é o caso das cartas pessoais. E é nessa encruzilhada do oral com o escrito, da narrativa com o depoimento, que é preciso considerá-los, em seu produto acabado” (PAREDES SILVA, 1988, p. 73).

O tom distenso que permeia esse gênero textual permite aproximá-lo à conversação espontânea — embora reconheçamos hoje que até mesmo esta tem suas regras, haja vista as pesquisas linguísticas na área dos Estudos Conversacionais. Além do mais, convém inserir ambos os gêneros — a carta pessoal e a conversação espontânea — em quadros sociológicos mais amplos.

Portanto, Paredes Silva (1988) parecia ter razão ao dizer que a aproximação da conversa espontânea com as cartas pessoais mostra-se produtiva, uma vez que nos anos 1980 elas representavam o que havia de mais próximo a uma conversa casual. Assuntos do dia a dia também iam se sucedendo ao sabor das circunstâncias, assim como iam surgindo digressões, associações e lembranças — ao correr da pena.

Para a autora, uma diferença a ser notada entre a “conversa escrita” e a conversa casual é que aquela é circunstancialmente assimétrica: a escolha do tema, as condições do dizer, a determinação do tempo, enfim, a detenção do poder fica a cargo de apenas um dos participantes. Em contrapartida, esse gênero textual é terreno fértil para a marcação da subjetividade, por ser constante em seu fio discursivo a expressão de sentimentos, afeto e emoções.

É válido ressaltar que, mesmo tendo um escopo mais linguístico, a pesquisa da autora chega a fazer rudimentos de uma análise esquemática (*organização retórica*) da carta pessoal, sem fazer menção a esse dispositivo teórico-analítico, já que não é essa sua perspectiva teórica.

2.2 A esfera jornalística e o jornalismo opinativo

Inicialmente, é coerente frisar que estamos numa *esfera da comunicação humana* bastante específica: a jornalística. Naturalmente, as

condições de produção e recepção da *carta do leitor* são fortemente marcadas pelas particularidades do mundo do jornal. Assim sendo, torna-se necessário conhecer um pouco mais do universo jornalístico, com o intuito de compreender melhor o funcionamento do gênero em tela nesse contexto comunicativo.

Ancorados nos estudos de Melo (2003a), primeiramente é fundamental ratificarmos que o jornalismo é um fenômeno universal, mas com raízes europeias. E, no caso brasileiro, em particular, nutre-se do modelo português, sem abrir mão das influências francesa, britânica e norte-americana, para construir sua própria identidade.

Produto da confluência de padrões importados (principalmente franceses e norte-americanos), durante o século XIX, o Jornalismo Brasileiro adquiriu identidade própria no bojo do processo de modernização da imprensa, que se transforma, no transcurso do século XX, para enfrentar a competição com o rádio e a TV. (MELO, 2003b, p. 9).

As transformações sofridas pelo jornalismo brasileiro estão relacionadas às mudanças sócio-históricas no panorama mundial, ou seja, têm como pano de fundo a experiência democrática que o país vivenciou no período seguinte à Segunda Guerra Mundial, bem como as inovações tecnológicas da conjuntura desenvolvimentista, aceleradas com a abertura das nossas fronteiras à cultura transnacional, no alvorecer do século XXI.

Apesar de interpretações equivocadas, por parte de alguns autores, no sentido de associar *jornalismo* a *jornal*, o autor concebe aquele como um processo social que se articula a partir da relação entre organizações formais e coletividades, através de canais de difusão que asseguram a transmissão de informações em função de interesses e expectativas.

Com essa visão, desfazemos a ideia errônea de associar jornalismo apenas à mídia impressa, posto que a categoria envolve também o rádiojornalismo, o telejornalismo e, mais recentemente, o webjornalismo. Por outro lado, não podemos negar que a própria imprensa viabilizou tecnologicamente o jornalismo em função das necessidades sociais e culturais nas operações mercantis e financeiras, que movimentavam as

idades, e na circulação mais rápida de ideias e inventos, que tornaram a reprodução do conhecimento um fator político significativo.

No dizer de Melo (2003a, p. 19),

as primeiras manifestações do jornalismo – as *relações*, os *avisos*, as *gazetas*, que circulam escassamente no século XV e ampliam-se no século XVI – atendem à necessidade social de informação dos habitantes das cidades, súditos e governantes.

Assim, a fase embrionária do jornalismo é fortemente marcada pela censura prévia exercida pelo Estado e pela Igreja, nas nações católicas; por isso, a periodicidade das publicações impressas era praticamente ausente. Segundo o autor, o autêntico jornalismo só emerge com a ascensão da burguesia ao poder, por volta do século XVII, e com a abolição da censura prévia.

A França e a Inglaterra são países pioneiros na luta pela consolidação da liberdade de imprensa. Entretanto, coube aos Estados Unidos da América, no século XIX, dar à imprensa uma feição mais industrial, em função do seu acelerado ritmo produtivo. Agora, a informação converte-se em mercadoria, configurando-se como um empreendimento rentável.

A bem dizer, o fim da censura prévia constituiu um fator preponderante para que o jornalismo assumisse fisionomia peculiar — a de uma atividade comprometida com o exercício do poder político, difundindo ideias, combatendo princípios e defendendo pontos de vista. Nesses primeiros momentos da sua afirmação, o jornalismo caracteriza-se pela expressão de opiniões. Na medida em que a liberdade de imprensa beneficiava a todos, as diferentes correntes de pensamento ou os distintos grupos sociais se confrontavam através das páginas dos jornais que editavam, tal como acontece nos dias atuais.

Pelo visto, as considerações acima apontam para um processo gradativo em que, cada vez mais, os cidadãos participam da atividade jornalística. O silêncio imposto pelos que detêm o poder começa a ser rompido e dessa forma passamos a ouvir, mesmo que aos poucos, as vozes que se autoafirmam, para além de publicações clandestinas ou oficiais com mero cunho de propaganda governamental.

A título de ilustração, um fato curioso diz respeito à maior ou menor presença do leitor na cena jornalística, que varia de acordo com os sistemas de governo que regem os países. No mundo socialista, por exemplo, havia maior preocupação dos jornais com seus leitores que nas sociedades capitalistas. Isso justifica em certo sentido a maior reserva de espaço para publicação de cartas de leitores em jornais e revistas da imprensa socialista, a exemplo do que acontecia na União Soviética e em outros países sob esse mesmo sistema de governo (MELO, 2003a).

Para o autor, isso não valida a tese de que as cartas dos leitores são um privilégio socialista. Sociedades capitalistas, como a nossa, também cedem espaço na imprensa para ouvir a voz do leitor, porém em menor proporção, daí o leitor aparecer em posição secundária no conjunto das políticas editoriais. Com efeito, a opinião do leitor não aparece só nas cartas. Muitas vezes, ela está diluída em outras páginas do jornal, como nas enquetes que coletam a opinião pública por amostragem sobre um determinado tema, nas entrevistas e nas matérias pagas, ainda que todas passem pelo crivo editorial. Em todo caso, é razoável entender que “a carta é, contudo, aquele espaço em certo sentido democrático, ao qual cada um pode recorrer” (MELO, 2003a, p. 175). Mesmo assim, nem tudo que se envia ao jornal é publicado e não podemos nos esquecer também de que, antes de ser publicada, a carta do leitor é selecionada e editada.

Diante disso, é plausível entendermos que o funcionamento da engrenagem jornalística é uma atividade complexa, que não foge ao direcionamento ideológico da empresa que o gera; seja ele *informativo*, *interpretativo*, *opinativo* ou *diversional*, o jornalismo, como processo midiático, não é neutro, objetivo, transparente. Na prática, o ato de selecionar — ideológico por excelência — marca a *linha editorial*, isto é, a ótica sob a qual o veículo de comunicação vê o mundo, atendendo aos seus interesses, por meio do poder de que dispõe.

Afinar-se com a *linha* é, pois, comungar com a opinião da empresa. Isso é tão forte que quem não atende às exigências é expulso do grupo, pois “quem milita nos meios jornalísticos sabe que de períodos em períodos as empresas efetuam reformulações nos seus quadros re-

dacionais, e ‘expurgam’ aqueles que insistem em desafiar a orientação oficial” (MELO, 2003a, p. 77). Mais que isso: “quase sempre os boletins ou matérias que enchem as cestas do lixo são aqueles que colidem com a linha editorial da empresa, e por isso não vale a pena sequer tomá-los como ‘dicas’ para as pautas” (MELO, 2003a, p. 84).

Essa discussão traz à baila os chamados *filtros ideológicos* do jornalismo, isto é, os mecanismos que intervêm no processo de seleção das unidades informativas. Seguindo a taxonomia do estudioso referido, temos as *pautas* — herança do jornalismo norte-americano — que são escritas por jornalistas enclausurados (pauteiros) e funcionam como uma espécie de previsão do que se desenrolará no dia seguinte. Outro filtro é a *cobertura*, uma estrutura organizada para acompanhar o que está ocorrendo na sociedade (especialmente os grupos elitizados), como a Presidência da República, o Congresso Nacional etc.

Além dessas, ainda temos as *fontes*, que podem ser próprias, contratadas ou voluntárias. As primeiras são formadas por correspondentes, sucursais e reportagem local; as segundas, por agências informativas especializadas na cobertura de fatos nacionais e internacionais; as terceiras, por serviços de relações públicas montados por empresas estatais, corporações privadas, órgãos governamentais e até mesmo pelos movimentos sociais.

Por fim, o *copidesque* — outra herança do jornalismo norte-americano — cumpre o papel de microfiltro. Em outras palavras, ele cuida da unificação da linguagem utilizada, especificamente no âmbito do *jornalismo informativo*. No caso da imprensa, o jornalista corrige e reescreve matérias, adequando-as ao estilo do veículo de comunicação; em suma, é uma espécie de peneira fina a serviço da linha editorial.

Dessa forma, longe de um jornalismo monolítico, ou melhor, constituído como obra de uma só pessoa (*O Correio Braziliense*, o primeiro periódico brasileiro, é um exemplo clássico desse monolitismo), temos hoje um jornalismo industrial que, mesmo com seus mecanismos de supervisão e controle, tenta apresentar diferentes perspectivas na apreensão e valoração da realidade — a da empresa, a do jornalista, a do colaborador, a do leitor, entre outras —, diluídas em vários gêneros textuais que engendram o todo da produção jornalística de um periódico.

Um fato merece ser observado: nem sempre o jornal — ou a mídia impressa em geral — foi privilégio de todos os brasileiros, como ainda não o é. Todavia, gradativamente, tivemos avanços. Apesar da ainda evidente exclusão midiática, principalmente entre aqueles de menor poder aquisitivo, a imprensa tem ganhado uma dimensão mais massiva, desde meados do século passado. Dois fatores foram extremamente significativos para isso: a ampliação das oportunidades educacionais; e a relativa elevação da capacidade aquisitiva, permitindo aos trabalhadores da indústria o consumo de bens simbólicos. O pano de fundo dessa revolução cultural é o poderio da democracia representativa, que se firma no desejo de participação política dos cidadãos (MELO, 2003b).

Diante desse quadro, não podemos nos esquecer de que a imprensa figura na história da humanidade como a inovação responsável por alterar profundamente a marcha civilizatória. Em parte, ela instaurou a cidadania, criando condições indispensáveis para a emergência das sociedades democráticas. Mas estas somente logram aperfeiçoamento e consolidação na medida em que são capazes de garantir o regime da liberdade de imprensa.

Em princípio, não é demais reiterar que a invenção da prensa por Gutenberg provocou uma revolução avassaladora na imprensa e, conseqüentemente, nas relações sociais. Ela incomodou principalmente os poderosos, tanto civis quanto eclesiásticos, que instauraram a censura prévia como forma de controlar e manipular as publicações. Mas,

é no bojo das democracias construídas pela Revolução Norte-Americana (1776) e pela Revolução Francesa (1789) que a liberdade de imprensa ganha legitimidade política, ensejando modelos que se reproduziram em várias partes do mundo. (MELO, 2003b, p. 145).

No que tange à realidade brasileira, Melo (2003b) comenta que não poderia ser diferente. Permanecemos sob o regime da censura *a priori* até 1820, quando a Revolução do Porto estabelece na metrópole lusitana a liberdade de impressão. Os patriotas, inclusive os brasileiros, aproveitaram o ensejo para publicar jornais nas nossas cidades mais importantes, contribuindo, de alguma forma, para a consolidação da Independência do Brasil em 1822. Depois disso, nasceu um novo tipo:

a censura *a posteriori*, cuja finalidade era coibir os supostos abusos cometidos por cidadãos que se desviassem das normas coletivamente instituídas. Não obstante, somente com a Constituição de 1988, cujo modelo é norte-americano, ambas as censuras serão abolidas definitivamente, figurando a partir daí a Lei de Imprensa, que disciplina os crimes de informação e opinião. Noutras palavras, a punição agora constitui prerrogativa do poder judiciário.

É certo que vivemos momentos nebulosos na história política do Brasil. Todas as atribuições desse período, presenciadas em pleno século XX, marcaram o regime do Estado Novo, na segunda metade dos anos 30 e princípio dos anos 40; e o ciclo militar pós-64, que perdurou até a sanção da nossa Constituinte de 1988. Nos anos de chumbo, cidadãos, jornalistas, artistas, intelectuais, enfim, opositoristas ao governo vigente tiveram a sua liberdade de expressão tolhida. Essa cultura do silêncio teve fortes implicações na governabilidade do nosso país e no meio midiático, inclusive na imprensa. Por outro lado,

é inegável o reconhecimento de que o período posterior à Constituição de 1988 afigura-se como aquele em que desfrutamos de plena liberdade de expressão e de comunicação pública no Brasil. Nunca a imprensa valeu-se dessa competência de informar livremente a sociedade como na última década. (MELO, 2003b, p. 147).

Em que pese a afirmação do autor, particularmente ao acreditar numa “plena liberdade de expressão”, não podemos nos esquecer de que a vida democrática está ancorada na liberdade de imprensa, entendida como “a expressão plural das correntes de pensamento que atuam na sociedade. Mas ela só se robustece quando o conjunto da sociedade usufrui os benefícios da informação pública” (MELO, 2003b, p. 149). De fato, se olharmos para o passado — ou até mesmo para o presente —, fica mais fácil verificarmos algum progresso.

2.3 A carta do leitor na contemporaneidade

Considerando as discussões travadas até aqui, não podemos nos esquecer das relações de parentesco entre as *cartas*, em sentido amplo,

e a *carta do leitor*. Já dissemos, ancorados em estudiosos do assunto, que as cartas são um gênero plural, podendo servir a inúmeros propósitos comunicativos. Todavia, agora estamos diante de uma ramificação desse gênero. Dito de outra forma, acreditamos que a *carta do leitor*, conforme explicita sua própria designação, mantém traços “genéticos” com os chamados gêneros epistolares. Aliás, no veículo de comunicação que nos serviu de suporte para a pesquisa — o *Jornal do Commercio* de Pernambuco —, toda *carta do leitor* parte, em sua concepção, de uma carta fechada ou de um *e-mail* e, somente no *layout* do jornal, depois de editada, ela ganha identidade de *carta do leitor*.

Nesta direção, reiteramos que a *carta do leitor* está situada dentro do chamado *jornalismo opinativo*. Por se tratar da expressão da opinião dos leitores do jornal, não poderia deixar de estar em local mais apropriado. Nos jornais da grande imprensa, é comum ver seções destinadas especificamente para esse fim com os mais variados nomes. No nosso caso em particular, este espaço do jornal denomina-se “Cartas”, dentro de uma seção maior, “Opinião”, em que se encontram ainda os artigos de opinião, o editorial, a charge e as crônicas. Para Mesquita, jornalista português:

As secções de <<Cartas ao Director>>, estimável tradição da imprensa em países de liberdade de expressão, representam um lugar destinado ao contacto com os leitores, onde se acolhem opiniões e informações. Os textos são necessariamente curtos, a fim de abranger o maior número de participantes possível no espaço disponível. (MESQUITA, 1998, p. 182).

Realmente, o leitor deveria ser o foco da produção jornalística, uma vez que todas as publicações se destinam a quem lê, ou seja, a quem compra o produto, contribuindo para a rentabilidade da empresa. Para Melo (2003a, p. 173), o leitor representa o outro polo da produção jornalística, “pois o processo só se completa quando a informação coletada e selecionada pela instituição noticiosa chega ao seu conhecimento e ele a confronta com o seu referencial comunitário”.

Assim deveria ser, porém não o é. Segundo o autor, a produção jornalística é unidirecional, centrada na transmissão de informações. O leitor, nesse caso, não é o principal elemento do processo. Ele é ape-

nas um ponto de articulação, “o ponto de chegada da produção jornalística, sem o qual a instituição não sobrevive” (MELO, 2003a, p. 173). Dessa forma, o leitor-receptor não participa do processo de produção jornalística. Ou melhor, não participa ativamente. Por outro lado, de sua sintonia com as mensagens difundidas depende o fluxo informativo para se tornar concreto; logo, há uma participação indireta.

Tais considerações são importantes para entendermos a participação — ou não — do leitor frente ao processo do todo jornalístico. Elas são fundamentais ainda para justificar o porquê da recorrência dos leitores à carta. De fato,

Enquanto não emergem soluções tecnológicas e políticas que viabilizem essa participação do público nas experiências jornalísticas, resta ao cidadão recorrer à *carta* como um recurso para expressar pontos de vista, suas reivindicações, sua emoção. Trata-se de um recurso possível, mas nem sempre viável. Pois depende dos mecanismos inerentes à instituição jornalística para lograr difusão. (MELO, 2003a, p. 173, *itálico no original*).

Quando se trata de assunto pessoal, o cidadão que se sentir prejudicado poderá recorrer ao direito de resposta, assegurado legalmente. Logo, o erro cometido será reparado e publicado em edições posteriores. Com seu caráter relativamente atemporal, a carta do leitor caracteriza-se como um gênero que reproduz “o ângulo de observação que resgata o outro lado do fluxo jornalístico: o do receptor, o da coletividade” (MELO, 2003a, p. 67).

No caso do *Jornal do Commercio* de Pernambuco, encontramos muitas cartas que nem sempre tratam de intervenção no debate público. Na verdade, há muitas cartas, inclusive de crítica/reclamação, que abordam temas políticos; são verdadeiros exemplos da participação dos cidadãos pernambucanos nas questões de interesse nacional. Por outro lado, identificamos muitas epístolas em que os cidadãos/leitores reclamam da prestação de serviços de telefonia, água, luz, transporte público, infraestrutura etc., ou seja, questões de cunho mais particular, conforme veremos nas análises.

Do ponto de vista histórico, não encontramos na literatura pesquisada uma data que sirva de marco para o surgimento do gênero

carta do leitor nos jornais. Todavia, temos informações que funcionam como pistas para tecermos algumas considerações a esse respeito. A primeira delas diz respeito aos diferentes momentos da governabilidade das nações. A forte censura por parte do Estado e da Igreja ceifava a liberdade de imprensa. A voz do leitor no jornal possivelmente não se fazia ouvir, até porque a grande massa era analfabeta e não desfrutava desse bem cultural que é a escrita. Em suma, Igreja e Estado sempre foram os filtros ideológicos que arbitrariamente faziam o que bem lhes convinha. No caso brasileiro, encontramos um dado significativo:

O *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, primeiro periódico publicado por brasileiro, e primeiro livre da censura portuguesa, circulou de 1º de junho de 1808 a dezembro de 1822. (...) Dividia-se em seções: *Política*, contendo documentos oficiais, nacionais e estrangeiros; *Comércio e Artes*, com informações sobre o comércio nacional e internacional; *Literatura e Ciências*, com informações científicas e literárias, livros e sua crítica; *Miscelânea*, com matéria variada, informações do Brasil e de Portugal e até polêmicas; *Reflexões*, sobre as novidades do mês, com os comentários dos acontecimentos recentes; e *Correspondência*, que inseria as comunicações recebidas, às vezes anônimas, às vezes sob a responsabilidade de estrangeiros, com o próprio nome ou pseudônimos (...). (SODRÉ, 1966, p. 28, itálicos no original).

Essa informação nos assegura que as cartas de leitores já figuravam no primeiro periódico brasileiro livre da *censura prévia*, no século XIX. Lá já se encontrava a seção “Correspondência”, evidenciando que o diálogo — embora assimétrico — do jornal com seus leitores é fato antigo, conquanto ocorresse de forma tímida, evidentemente.

Portanto, entendemos que, do ponto de vista político e econômico, a queda das monarquias, a ascensão da burguesia ao poder e, sobretudo, a abertura democrática — fruto de revoluções em várias partes do mundo — possibilitaram uma maior participação do público leitor na mídia impressa. Cremos que a partir daí começa a figurar nos jornais a opinião dos cidadãos comuns que, ávidos por participar do debate público e por exteriorizar seus anseios, não se furtam a enviar seus textos às redações dos jornais. Ademais, o papel da escolarização para o domínio da tecnologia da escrita e o aumento do poder aquisitivo das classes menos favorecidas também são fatores relevan-

tes para a consolidação desse ideal democrático e, conseqüentemente, dessa participação mais ativa no mundo midiático, como forma de exercício da cidadania.

Visto isso, sistematizamos, com base na literatura consultada, algumas características do gênero *carta do leitor*. Primeiramente, há de se convir que se trata de “um texto utilizado em situação de ausência de contato imediato entre remetente e destinatário” (BEZERRA, 2010, p. 228) e que tem como suporte jornais e revistas — em suas versões impressas e eletrônicas — dirigidos a diversos tipos de público (infantil, infantojuvenil, adulto).

Seguramente, esse é um gênero com diferentes nomenclaturas, conhecido no meio em que circula como *carta do leitor*, *carta de leitor*, *carta à redação*, *carta ao redator*, *carta ao editor*, *carta ao diretor*. Com base nisso, cada jornal/revista dá um nome específico para a seção em que elas aparecem: *Painel do leitor*, *Cartas*, *Voz do leitor*, *Fala o leitor*, *A palavra do leitor*, *Agora eu digo*, *Do leitor*, *Sempre quis saber*, *Superleitor*, *Opinião*, entre outros.

Do ponto de vista de sua organização estrutural, a carta do leitor é um gênero transmutado. Ou seja, em sua concepção, assemelha-se à carta pessoal ou ao e-mail, apresentando seção de contato, núcleo da carta, seção de despedida, assinatura; após a edição, caracteriza-se como um texto curto, que geralmente contém título — como forma de sumarização do assunto do texto —, corpo do texto, nome do autor, local (colocado na parte inferior da carta), ausência da data de envio; algumas vezes apresenta endereço de e-mail para contato; outras vezes, traz a função/cargo desempenhada/o pelo remetente.

A bem da verdade, a carta do leitor configura-se como um gênero de múltiplos propósitos comunicativos; geralmente tem a finalidade de elogiar, solicitar, divulgar, sugerir, perguntar, agradecer, retificar, esclarecer, criticar, denunciar, reclamar etc. Esses três últimos parecem ser os propósitos predominantes, o que levou Costa (2005) a rotular a carta do leitor como um dispositivo eficaz de divulgação de problemas, configurando-se como um “gênero porta-voz de queixa, crítica e denúncia”. Lemos (1979), por sua vez, preferiu metaforizá-las como uma “espécie de *muro das lamentações*”.

Quanto às formas de envio, com o advento da internet a forma mais prática para se enviar um texto à redação é por e-mail; porém, a maioria dos jornais/revistas também recebe cartas via correio ou fax. Outros periódicos ainda recebem ligações telefônicas ou mensagens de redes sociais digitais e as transformam em cartas, evidenciando um processo de retextualização.

Um aspecto curioso em relação ao gênero em debate diz respeito ao fato de ele ser produzido pelo leitor e editado pelo jornal. Melhor dizendo, o leitor da mídia envia a carta ao editor da revista/jornal, que poderá alterá-la, adaptando-a para resguardar o *ethos* do jornal. Por isso, dizemos tratar-se de um gênero retextualizado, já que o texto é produzido pelo leitor — de quem partiu o texto original — e pelo jornalista — que o reformulou. Isso evidencia que “nem todas as cartas recebidas por um jornal são publicadas. Há uma triagem, uma seleção. É a redação que decide qual carta publicará” (MELO, 1999, p. 28).

É inegável o caráter aberto da carta ao editor, por se tratar de um gênero de domínio público, assim como os demais publicados em jornais/revistas. O texto pode ser lido por todos os leitores do meio de comunicação para o qual foram enviadas, ou seja, é “dirigida a destinatários desconhecidos” (PASSOS, 2003, p. 81).

No que concerne aos níveis de linguagem, por se tratar de uma espécie de carta, próxima de uma conversa por escrito, a carta do leitor quase sempre se produz em registro formal distenso. Em outros termos, não chega a ser ultraformal, tampouco predominantemente informal. Na verdade, embora circule na modalidade escrita da língua, a carta do leitor pode apresentar marcas da oralidade, ratificando a ideia do *continuum* tipológico dos gêneros textuais. Bezerra (2010) adverte que se trata de um gênero textual de fácil acesso escrito em registro formal ou semiformal do português, variando conforme o suporte. Portanto, inferimos haver uma variação de registro, ocasionada pelos diferentes veículos de comunicação e públicos-alvo a quem a carta se destina.

Embora a carta do leitor seja uma ramificação do gênero *cartas*, Melo (1999, p. 14-15) classifica-a como um gênero secundário, em termos bakhtinianos, visto que “a carta pode sofrer modificações, pode vir a ser editada antes de sua publicação, o que implica na reformula-

ção do texto original”. Ademais, o ato de elogiar, reclamar, esclarecer, entre outros, são praxe na oralidade das interações cotidianas. Logo, a carta ao editor os incorpora e lhes dá uma feição de texto escrito; isso também contribui para caracterizá-la como um gênero secundário. Mesmo assim, dada a sua espontaneidade e por apresentarem quase sempre uma sintaxe menos rigorosa, as cartas de leitores foram classificadas por Fontanini (2002, p. 227) como “textos breves de cultura popular”, o que é, em certo sentido, questionável.

A carta do leitor também é caracterizada como um gênero híbrido. De fato, em sua concepção, ela pode ter formato semelhante à carta pessoal, pois seu caráter interativo reforça a ideia de aproximação da carta do leitor com a carta pessoal. Contudo, Melo (1999, p. 23) defende que “a carta à redação guarda pouca semelhança (...) com o gênero epistolar carta. (...) Escreve-se para os possíveis leitores, que, podendo ser qualquer um, são todos, é o público leitor, heterogêneo e bastante indeterminado”.

Apesar de se postular que a carta do leitor é um gênero opinativo e, por conseguinte, predominantemente argumentativo, em virtude da presença de recursos que caracterizam a argumentatividade presente no texto, nada impede que outras sequências textuais possam vir a aparecer. A propósito, esclarecemos que as sequências ou tipologias textuais “são unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições” (ADAM, 2011, p. 205), podendo ser narrativas, descritivas, argumentativas, expositivas, injuntivas e dialogais. Segundo Passos (2003, p. 87), as “cartas são constituídas de sequências argumentativas, expositivas e narrativas”. Exceto a sequência dialogal, a nosso ver, todas as demais podem aparecer na carta do leitor. Assim, entendemos esse gênero como tipologicamente heterogêneo.

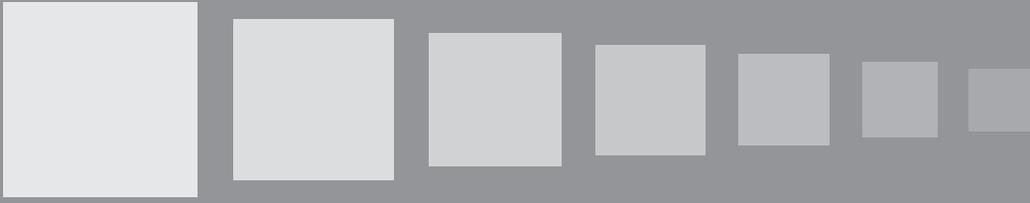
Sem dúvida, o gênero em tela apresenta uma considerável versatilidade temática. Segundo Passos (2003, p. 86), “o corpo do texto das *cartas de leitor*, como em qualquer outra carta, versa sobre assuntos variados”. Ademais, elas também variam conforme o suporte. Bezerra (2010) exemplifica que a revista *Veja* frequentemente aborda temas de interesse nacional, a *Capricho* centra-se em temas de interesse pessoal,

ao passo que a *SuperInteressante* tem um viés mais científico. No caso do *Jornal do Commercio*, há uma miscelânea de temas tratados, que vão de assuntos mais pessoais, locais e regionais a temas de interesse nacional.

Como se trata de um gênero textual menos formatado, por ser um tipo de carta, o leitor/escrevente sente-se mais à vontade para expressar seu ponto de vista. Ao contrário dos gêneros científicos e da burocracia administrativa e empresarial, que tendem a ser mais objetivos e impessoais, as cartas de leitores apresentam características interativas e subjetivas, como por exemplo a desinência número-pessoal dos verbos que trazem à tona a marcação da subjetividade, prevalecendo o *eu* como elemento centralizador. Todavia, convém ressaltar que nas cartas de leitores podem aparecer linguagem mais pessoal, impessoal ou ainda os dois tipos de linguagem ao mesmo tempo; enfim, maior ou menor impessoalidade, de acordo com as intenções do autor.

Não é um equívoco afirmar que quem envia cartas à redação são escreventes anônimos. Para Melo (1999, p. 26), “na maioria das vezes, são leitores anônimos que assinam as cartas”. Com efeito, o anonimato a que a autora se refere diz respeito ao fato de os leitores/escreventes serem pessoas que não ocupam o alto escalão governamental, empresarial ou midiático e que, por essa razão, não são reconhecidos pela população em geral. Em outros termos, Bezerra (2010, p. 229) explicita serem pessoas “apenas identificadas, na seção de cartas, pelo nome e cidade/estado de onde enviam a correspondência”, quer dizer, o típico cidadão comum.

Outra característica da carta de leitor é a sua atemporalidade relativa. Enquanto alguns gêneros têm um caráter mais duradouro, outros envelhecem muito rapidamente. Se compararmos charges com receitas culinárias, não fica difícil compreender que aquelas são bem mais temporais e estas, mais atemporais; ou seja, as receitas podem ser compreendidas em diferentes épocas, sem depender inteiramente da situação retórica que as originou. Diante disso, a carta do leitor se situa num nível de relativa atemporalidade, já que não é completamente dependente do contexto imediato. Apesar de nutrir-se, em grande parte, de matérias jornalísticas, ela se estrutura de modo temporalmente mais defasado, nem sempre coincidindo com o momento eclóxico dos fatos abordados por ela.



ANÁLISE CONTEXTUAL E ENUNCIATIVA DA CARTA DO LEITOR

Um enunciado só se torna inteligível quando colocado dentro do seu contexto de situação, se me é permitido cunhar uma expressão que indique, por um lado, que a concepção de contexto precisa ser ampliada e, por outro, que a situação em que as palavras são usadas jamais poderá ser descartada como irrelevante para a expressão linguística.

Podemos ver o quanto a noção de contexto necessita ser substancialmente ampliada se quisermos que ela tenha plena utilidade. De fato, ela deve ultrapassar os limites da mera linguística e ser alçada à análise das condições gerais sob as quais uma língua é falada.

Malinowski

Considerando a carta do leitor como prática socioideológica de uso da língua, mostraremos neste capítulo quem são os sujeitos que as enviam ao *Jornal do Commercio* de Pernambuco, a partir de qual lugar social eles falam e onde vivem; julgamos pertinente ainda pôr em cena o processo de edição das cartas, uma vez que elas não são publicadas *ex integro* pela redação do jornal. Ademais, não deixamos de lado as funções sociais da carta do leitor, seus propósitos comunicativos, suas temáticas, bem como o público a quem se destina. Todos esses elementos contextuais e enunciativos são fundamentais para visualizarmos o entorno que subjaz ao gênero, porquanto, como afirmam Voloshinov e Bakhtin:

Na vida, o discurso verbal é claramente não autossuficiente. Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação. (...) O discurso verbal em si, tomado isoladamente como um fenômeno puramente linguístico, não pode, naturalmente, ser verdadeiro ou falso, ousado ou tímido (VOLOSHINOV; BAKHTIN, 1976, p. 4-5).

Nesse prisma, procuramos enfatizar que a arquitetura de um gênero textual nunca deve se dissociar do seu projeto enunciativo, pois, como disse Marcuschi (2008, p. 155), “não se pode tratar o gênero de discurso independentemente de sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas”, já que “eles são parte integrante da sociedade e não apenas elementos que se sobrepõem a ela” (idem, p. 156).

Se nos valêssemos da metáfora do *iceberg*, diríamos que fazer análise do contexto enunciativo-discursivo de um gênero textual significa ir em busca de sua parte submersa, isto é, das questões que envolvem os seus processos de produção, edição, circulação e recepção. Aliás, o que a nós se apresenta por meio da materialidade linguística de um gênero textual é, quiçá, somente a ponta do *iceberg*. Assim, não podemos descolar o texto, enquanto unidade da comunicação humana, do mundo da vida. Em termos filosóficos, Bakhtin (1997b, p. 183) já dizia que “a linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da *vida* da linguagem”.

3.1 Considerações sobre os sujeitos que escrevem cartas ao *Jornal do Commercio*

Silveira (1979, p. 85), editor da seção “Cartas” do *Jornal do Brasil*, durante algum tempo — em seu texto *Carta do leitor: uma resposta crítica?* —, inicia dizendo que “é hábito antigo o diálogo entre os leitores e os jornais”. Ele chega a tipificar os missivistas de jornal em quatro grupos:

- 1 – as **autoridades**, ou não, que louvam ou retificam determinadas informações ou conceitos publicados. (...);

- 2 – os **perfeccionistas**, que não deixam passar nenhuma informação equivocada sem a necessária retificação ou reprimenda. Sobretudo no que se refere a dados históricos, datas e nomes. (...);
- 3 – os que, sentindo-se **lesados** ou prejudicados, recorrem ao jornal em busca de justiça ou apenas de desabafo. (...);
- 4 – os **anônimos**, que sem coragem para assumir determinadas posições, valem-se de mil subterfúgios para ver publicadas suas opiniões. (...) (SILVEIRA, 1979, p. 186-187, negritos nossos).

Tomemos como critério de análise a classificação proposta por Silveira (1979). Primeiramente, convém destacar que as cartas publicadas no *Jornal do Commercio* de Pernambuco, no período observado, não identificam a função social ou a profissão dos remetentes nem as empresas e repartições em que trabalham. Todavia, localizamos uma epístola à parte dessa regularidade — não sem propósito —, conforme mostra a figura a seguir.

Fig. 04 – Excerto de carta do leitor enviada por autoridade institucional

“O caderno especial publicado dia 30, nesse **Jornal do Commercio** ressaltando a importância de olhar para os gigantes da indústria naval e ver até onde Pernambuco pode chegar, é um trabalho primoroso, relevante para este momento em que a indústria naval ressurgue em nosso País (...). Vamos apoiar a distribuição do caderno no lançamento do navio, em data ainda a ser marcada. É o nosso reconhecimento ao trabalho de vocês. **Etiene Ramos** – Petrobras Transporte S.A. – Transpetro”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 02/04/10.

Essa é a única carta de todo o material coletado e analisado cuja identificação, além da assinatura, traz o nome da instituição à qual o sujeito escrevente pertence. Porém, há uma intencionalidade subjacente aí, ideologicamente marcada. Não se trata de qualquer instituição, mas de uma subsidiária (Transpetro) de uma gigante da economia brasileira (Petrobrás). Portanto, é conveniente estampar o nome da empresa até mesmo como forma de validação do jornal. A presença da filiação institucional, uma exceção às demais cartas, é a prova de que, com esse recurso, “instaura-se, assim, um discurso de autoridade, de poder” (MELO, 1999, p. 24), em contraposição às missivas enviadas pelos cidadãos comuns.

Afinal, é também uma *carta de elogio*, o que, em certo sentido, enaltece a instituição jornalística. As marcas linguísticas, por meio dos sintagmas “trabalho primoroso” e “relevante”, e da oração “É o nosso reconhecimento...” evidenciam o teor laudatório do texto. Seguindo a classificação de Silveira (1979), indubitavelmente, esta é uma missiva pertencente ao grupo 1.

Em se tratando de missivistas do grupo 2 — os perfeccionistas —, localizamos apenas uma carta desse tipo no nosso *corpus*. Vejamos a figura a seguir.

Fig. 05 – Carta enviada por leitor perfeccionista

“Observamos que na matéria sobre o PAC, publicada no **JC**, do dia 4, Caderno Economia, no quadro “Em marcha lenta”, Pernambuco detém 871 projetos e, no campo “concluídos”, apresenta um percentual de 9,50% em relação ao total de empreendimentos. Consultamos a fonte “Contas Abertas”, indicada no artigo e constatamos que o total das obras concluídas neste Estado foram 56, o que equivale a 6,42% de 871 projetos. Gostaríamos de perguntar se existe alguma outra fonte que justifique o percentual apontado pelos senhores, porque erros dessa natureza denigrem a imagem do **JC**. Será que podemos confiar em todos os dados apresentados? **Cecília Gomes** – Recife – eaogomes@hotmail.com”

“**NR** – O autor da matéria, Giovanni Sandes, responde: Não há erro da leitora, nem da reportagem. Apenas os números de referência são diferentes. Uma tabela exclui projetos regionais que beneficiam o Estado e a outra não. Assim, facilmente poderíamos encontrar um terceiro e até um quarto número, se observássemos, por exemplo, a execução financeira do PAC só em Pernambuco e em Pernambuco mais projetos regionais.”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 13/04/10.

Verificamos que a missivista é perfeccionista, pois confere e contrasta os dados da matéria jornalística nos mínimos detalhes, com o intuito de averiguar se eles realmente são precisos. Ela não se furta a enviar uma *carta de consulta* ao *JC*, pois certamente almeja uma resposta convincente. Imediatamente, o jornal responde, para preservar a própria face, com uma “Nota da Redação”, explicando que não houve erro ao transmitir a informação.

Valendo-nos ainda da categorização proposta por Silveira (1979), verificamos que os autores das cartas analisadas na nossa pesquisa constituem, em sua maior parte, missivistas do grupo 3 — os lesados —,

visto o predomínio de *cartas de crítica/reclamação*, como apontam os dados sistematizados mais adiante. A título de ilustração, vejamos esta carta.

Fig. 06 – Carta enviada por leitor reclamante

“É lamentável a forma como o governador Eduardo Campos trata os professores. O Secretário de Educação, por sua vez, ninguém fala ninguém vê. Vergonhoso dizer que o aumento ficou em torno de 3%, quando outras categorias tiveram bem mais. É assim que querem melhorar a educação no Estado? A eleição vem aí, e se todos os professores da ativa e aposentados souberem dar o troco... Já passamos o ano de 2009 na penúria. Vamos repetir a dose em 2010? Por que esse tratamento para com os professores? **Carmem Ferraz** – Floresta – carmem465@yahoo.com.br”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 03/04/10.

Fica bastante óbvio o discurso da professora, profissão inferida a partir da construção sintática “já passamos o ano de 2009 na penúria”; quando usa o verbo na 1ª pessoa do plural (“passamos”), ela se inclui no grupo de professores. A docente, sentindo-se lesada pelas atitudes do governo do Estado diante da questão salarial, não se furta a exteriorizar suas lamúrias nas páginas do jornal. Aliás, a seção de cartas do jornal tem se tornado, segundo Lemos (1979, p. 199), “um serviço de utilidade pública que atende e resolve problemas (...) como sendo um dos canais de comunicação que encaminha queixas e denúncias para serem respondidas”.

Quanto ao grupo 4 — o dos *anônimos* —, todas as cartas que chegam ao jornal passam por processo de conferência, identificação e avaliação. Assim, Melo (2003a, p. 177), como jornalista de formação, garante que “as anônimas não merecem qualquer atenção. As outras passam pelo crivo da verificação e são publicadas de acordo com critérios que privilegiam, geralmente, a projeção social do missivista”.

Curiosamente, em sua dissertação de mestrado, Matias (2009) estudou cartas de leitores de periódicos pernambucanos do século XIX. Lá, ele verificou que as cartas eram publicadas na íntegra e que muitas delas eram assinadas por pseudônimos, o que, em certo sentido, constitui anonimato. Acerca disso, Cunha (2007, p. 13) afirma que, à época, “estas eram assinadas por pseudônimos ou por pessoas com algum prestígio social ou cargo público, que escreviam para se defender de acusações

ou prestar algum esclarecimento”. De toda maneira, constatamos que o *Jornal do Commercio* de Pernambuco não publica cartas anônimas.

Nessa linha de pensamento, convém urdir algumas considerações acerca do lugar social ocupado pelos sujeitos que enviam cartas ao *Jornal do Commercio*. Como disse Sodré (1966, p. 1), “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”. Neste prisma, não podemos deixar de registrar ser o jornal uma empresa que visa à lucratividade e, por isso mesmo, não foge aos interesses financeiros de nossa sociedade capitalista. Os textos veiculados pela mídia são produzidos para serem consumidos, ou seja, são produtos que devem ser vendidos, comprados.

Noutras palavras, vemos subjacentes a essa prática as contradições da sociabilidade. Quem produz o jornal detém o poder do que pode/deve ser (ou não) dito; já que quem o compra, se não questionar ou analisar com visão crítica, pode estar apenas reproduzindo e aceitando como verdade absoluta o que a mídia divulga para as pessoas, numa posição tácita de dominado. Não podemos perder de vista, portanto, que:

A própria indústria midiática, estruturada segundo as regras da economia de mercado, procura captar os anseios dos consumidores, atuando em consonância com as suas expectativas. E quanto maior for a competição entre os produtores, mais benefícios terão os consumidores, pela variedade de opções existentes (MELO, 2003b, p. 138).

A partir dessas considerações, é pertinente reiterar que, pelo menos na mídia em debate, concede-se ao leitor um espaço onde se possa ouvir a sua voz. Mesmo que esse espaço não seja totalmente livre para o sujeito escrevente dizer o que quiser, ele tem a oportunidade de manifestar relativamente seu ponto de vista, questionar a ordem posta, discordar, refutar, desfazer mal-entendidos etc. Inclusive, em uma das cartas analisadas, um leitor se posiciona acerca dessa questão da seguinte forma:

“[...] Não há um olhar para o futuro, o que vale é o retrato no jornal. A propaganda continua sendo a alma do negócio. **E o espaço para questionar tudo isso é muito controlado**” [grifos nossos].

Como podemos ver, o remetente textualiza que a voz do leitor na mídia é bastante controlada, haja vista a publicação de uma carta passar pelo crivo de um editor que a retextualiza. Duvidamos muito que a carta efetivamente publicada seja uma reprodução *ipsis verbis* da carta enviada pelo leitor, conforme mostraremos mais adiante neste livro.

Nesse contexto, lançando um olhar sobre os sujeitos que escrevem cartas ao *Jornal do Commercio*, identificamos primeiramente dois grandes grupos: 1) sujeitos que emitem sua própria opinião acerca de um determinado fato e 2) sujeitos que falam em nome de uma instituição.

No primeiro caso — *peessoas físicas* —, trata-se de cidadãos que escrevem ao jornal para: reclamar de algum problema que lhes afeta em particular ou que atinge a comunidade da qual fazem parte; tecer alguma crítica, quer seja a políticos, quer seja a personalidades do mundo artístico ou religioso; elogiar alguma pessoa, feito ou ainda, mais especificamente, matérias do próprio jornal; sugerir algum tipo de solução ou buscar respostas para um determinado problema; alertar, solicitar, agradecer etc.

No segundo grupo — *peessoas jurídicas* —, observamos se tratar, predominantemente, de *cartas de esclarecimento*. Com efeito, são, em sua maioria, cartas-resposta que as instituições enviam para os leitores que fizeram algum tipo de reclamação ou solicitação. Aqui, mais uma vez, vemos a preocupação das instituições, sejam elas públicas ou privadas, em preservar a sua imagem perante a sociedade. Leia-mos o texto a seguir.

Fig. 07 – Carta do leitor enviada por pessoa física

“Na entrevista do governador Eduardo Campos, no final do ano passado neste **JC**, ele disse que 2010 seria o ano da saúde de Pernambuco. Embora estejamos no início de 2010, percebe-se que muito terá de ser feito para a população do Estado ser bem atendida, sobretudo os usuários do plano de saúde Sassepe, dos funcionários públicos. Inclusive, sugiro ao **JC** tentar fazer uma marcação de consulta no 0800-284-2727, *call center* do Sassepe. Tal *call center* é o único que conheço que só dá sinal de ocupado. Nós, usuários, ficamos tentando horas para ser atendidos e, quando somos ouvidos, as vagas (oito por dia para cada especialidade em todo o Estado) já têm sido preenchidas. Para professores que têm dois vínculos como no meu caso, recebemos o desconto do plano nos dois contratos, ou seja, pagamos em dobro por um serviço que não funciona bem nem pela metade. **Alexsandro Cavalcanti** – Abreu e Lima – quimicalex@hotmail.com”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 28/03/10.

Essa é uma *carta de reclamação* enviada por um leitor à redação do jornal. A insatisfação do escrevente está clara na passagem “pagamos em dobro por um serviço que não funciona bem nem pela metade”. Trata-se, aliás, da manifestação de um usuário do plano de saúde do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco (SASSEPE); é a voz de um sujeito trabalhador, um professor — profissão inferida no texto por meio do sintagma “como no meu caso”, em que o pronome possessivo na 1ª pessoa do singular (“meu”) marca o pertencimento do autor da carta ao grupo dos “professores que têm dois vínculos”. Agora, vejamos na figura a seguir o que respondeu a instituição, cujo discurso está a serviço do Estado, obviamente.

Fig. 08 – Carta do leitor enviada por pessoa jurídica

“Em resposta à carta ‘Consultas’, a diretoria do Sassepe informa que o sistema agenda mais de 40 mil consultas por mês. Para a especialidade de cardiologia, por exemplo, a oferta mensal é de oito mil vagas. É importante esclarecer que, diariamente, a grade é aberta para todas as especialidades. Os agendamentos são realizados por especialidades e em horários pré-definidos. Ao todo, são mais de 50 terminais de atendimento exclusivos para o usuário do Sassepe. Ressaltamos, ainda, que alguns médicos específicos atendem em determinados dias da semana e há uma cota definida de consultas, o que pode restringir o limite de vagas/dia. Quanto ao desconto do Sassepe em contracheque, segundo a Lei Complementar nº 30 – que regulamenta o Sassepe, o percentual é calculado sob o total de vantagens, provenientes do Estado, recebidas pelo servidor. **Assessoria de Imprensa** do IRH”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 02/04/10.

Ficam bastante óbvias, a partir do cotejo entre as duas cartas, as intenções discursivas dos sujeitos envolvidos nessa interlocução. Por um lado, a *carta de reclamação*, uma voz que rompe com a ordem (im) posta, com a aceitação tácita das coisas e com o conformismo, representa o discurso de um sujeito que “compra” os serviços do plano de saúde e está insatisfeito com ele; por isso, exige mudanças no sistema de atendimento. Por outro lado, a *carta de esclarecimento*, numa tentativa de preservar a imagem da instituição — o governo do Estado de Pernambuco — que “vende” os serviços, desmente as críticas feitas pelo leitor, mostrando o aspecto agora positivo da questão, inclusive recorrendo a bases legais.

Ao longo das nossas investigações, constatamos ainda duas ocorrências de cartas que não representam um ponto de vista particular do sujeito escrevente nem tampouco são cartas-resposta com a finalidade de fazer algum esclarecimento. Contudo, representam vozes coletivas, uma vez que uma representa uma equipe de comunicação e a outra, um condomínio; ambas são cartas cujo propósito comunicativo é elogiar o jornal.

Durante a investigação, as cartas também foram analisadas do ponto de vista de sua autoria, considerando o espaço geográfico de onde o sujeito escrevente fala. Julgamos esse passo importante para podermos vislumbrar o público que escrevia cartas ao *Jornal do Commercio* em 2010, quando realizamos a pesquisa. Os dados aparecem sistematizados na tabela a seguir.

Tab. 01 – Quem escreve cartas ao *Jornal do Commercio* – abordagem geográfica

LOCAL	QUANTIDADE
Região Metropolitana do Recife	212
Interior de Pernambuco	010
Outras Unidades da Federação	015

Fonte: Acervo da pesquisa.

A leitura da tabela permite reconhecer que os discursos que ecoam nas *cartas dos leitores* veiculadas pelo *Jornal do Commercio* não refletem a opinião do povo pernambucano em sua totalidade, mas predominantemente a dos habitantes da capital do Estado e seu entorno. Encontramos cartas identificadas com diferentes locais da região metropolitana do Recife: Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Paulista, Camaragibe, Abreu e Lima, Itamaracá, São Lourenço da Mata, Igarassu e Ipojuca.

Por outro lado, este estudo nos mostra haver um público, ainda tímido, residente no interior do Estado, que também escreve cartas ao *Jornal do Commercio*, quer sejam habitantes da Zona da Mata, do Agreste ou do Sertão pernambucano. Assim, verificamos, na ocasião da pesquisa, cartas escritas por pessoas das cidades de Goiana, Sirinhaém, Limoeiro, Angelim, Belo Jardim, Pesqueira, Floresta e Afogados da Ingazeira.

Além disso, o jornal também publica, embora seja uma quantidade rarefeita, cartas enviadas por leitores que vivem em outros estados do Brasil. É o caso, por exemplo, das pessoas identificadas como moradoras das cidades de São Paulo e Campinas (SP); Petrópolis e Rio de Janeiro (RJ).

3.2 O envio de cartas à redação e seus processos de edição

Diante dos avanços tecnológicos da sociedade contemporânea, a maneira mais rápida e eficaz de o leitor enviar um texto à redação é via e-mail ou rede social digital. Entretanto, nem todas as missivas analisadas trazem um endereço eletrônico, embora seja um quantitativo muito pequeno em relação à totalidade das cartas do *corpus* com endereço de e-mail. Entendemos que essas cartas são enviadas de outras maneiras, já que no “Entre em contato” o jornal deixa claro que o leitor poderá entrar em contato com a redação “pela internet”, “pelo telefone” e “por carta”. Assim, na nossa investigação, chegamos ao seguinte quadro informativo:

Tab. 02 – Formas de identificação dos leitores nas cartas enviadas à redação

IDENTIFICAÇÃO DAS CARTAS	QUANTIDADE	(%)
Assinatura pessoal com e-mail	198	83
Assinatura pessoal sem e-mail	016	6,7
Assinatura institucional com e-mail	001	0,4
Assinatura institucional sem e-mail	021	8,8
Assinatura pessoal e institucional sem e-mail	001	0,4

Fonte: Acervo da pesquisa.

Vemos que 83% dos dados analisados são cartas de cunho particular assinadas por pessoas que as enviaram por e-mail, ao passo que somente 16 delas (6,7%) não trazem endereço eletrônico. Por outro lado, as cartas que representam a voz institucional, em geral, não trazem endereços eletrônicos, representando 8,8% do *corpus*, visto serem escritas em sua maior parte pelas assessorias de comunicação das respectivas instituições. São exceções uma carta assinada pelo “Condomínio do Edi-

fício Tiradentes” com e-mail e uma carta com dupla assinatura, tanto pessoal quanto institucional, referindo-se à “Transpetro/Petrobrás”.

Nessa direção, é ingenuidade pensar que a carta do leitor publicada no jornal é uma reprodução fiel daquela enviada ao editor. Por diversas razões, o jornal precisa tomar algumas medidas, tais como fazer uma seleção das cartas recebidas — já que todas não poderão ser publicadas por inúmeras razões —, adaptá-las ao *layout* do jornal, entre outros procedimentos.

Como destaca Frazão (2007, p. 197), “as cartas e e-mails dirigidos aos meios de comunicação de massa são previamente selecionados pelos editores no momento de decidir sobre a conveniência, ou não, da publicação”. Assim, entendemos que as cartas do leitor publicadas são, de fato, produções retextualizadas, ou seja, há marcas de autoria tanto do leitor que escreve o texto original quanto do redator da seção que edita o texto.

Entretanto, Silveira (1979, p. 189) adverte que o jornal, ao tomar essas medidas, não está praticando censura interna, pois “o que há são critérios de qualidade, além do que o jornal tem o direito e o dever de selecionar e julgar o que vai publicar”. Na verdade, esse é um ponto de vista questionável, visto que o ato de selecionar e estabelecer o publicável ou não é, de fato, uma forma de censura. Contando-nos um pouco da sua experiência vivida nos bastidores da produção jornalística, este jornalista português afirma:

Na impossibilidade de inserir todas as missivas que são recebidas pelo jornal, a seleção deve obedecer a critérios de pluralismo, com vista a traduzir, na medida do possível, a diversidade de opiniões expressas pelos leitores. Em princípio não é legítimo selecionar excertos ou suprimir períodos ou parágrafos, sem consentimento prévio do autor da carta, mas — conforme referem as *Directivas para o trabalho jornalístico* do Conselho de Imprensa alemão (...) — <<os cortes são possíveis se a seção do correio dos leitores possui indicação permanente especificando que a redação se reserva o direito de encurtar as cartas dos leitores que lhe são dirigidas respeitando o seu teor.>> (MESQUITA, 1998, p. 99).

Com efeito, na ocasião da pesquisa, encontramos na mídia que serve de suporte para a nossa pesquisa uma nota de esclarecimento, no final da página da seção de *Opinião*, a qual merece aqui ser transcrita:

As cartas enviadas à Redação não devem ultrapassar 10 linhas. Os editores poderão reescrevê-las, para adequá-las ao estilo do jornal. Os originais não serão devolvidos, assim como o jornal não tem o compromisso de publicar todas as cartas recebidas.

A nosso ver, esse procedimento é uma prova de que o gênero em tela materializa o potencial ideológico exercido pela mídia no controle do que deve ou não ser publicado. Nesse sentido, vemos a carta do leitor como um forte componente da manutenção das forças de poder e opressão que se estabelecem sub-repticiamente nas relações sociais. Portanto, o jornal faz isso para se resguardar, pois, para ele, quem envia cartas à redação aceita tacitamente as regras do jogo. Contudo, segundo Mesquita (1998, p. 99), “esta ressalva não confere aos jornalistas o direito ao árbitro, nem a desfigurar o ponto de vista expresso pelo autor”.

No dizer de alguns jornalistas, um dos maiores problemas enfrentados pela edição do jornal para publicar cartas de leitores é a falta de espaço. O redator do *Jornal da Tarde* (SP), responsável pela coluna *São Paulo pergunta*, em fins da década de 70 do século XX, já afirmava isso:

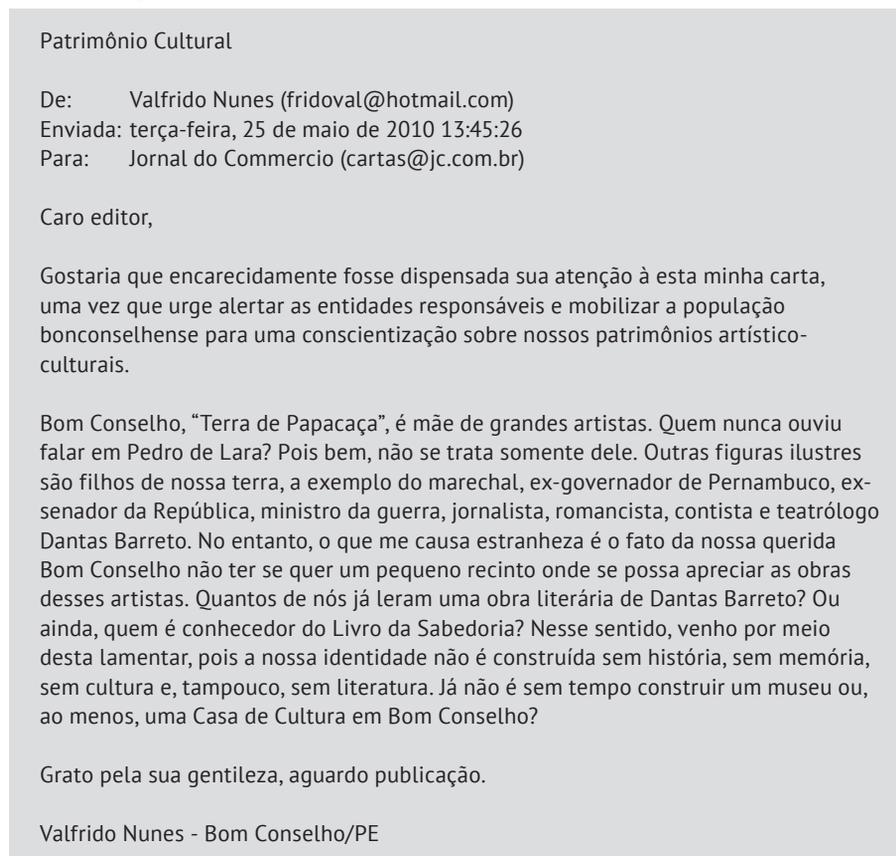
Espaço. Isso mesmo, espaço, o espaço que hoje é reclamado pelos leitores e espectadores, onde os veículos de comunicação serão convidados a também prestar contas ou dar satisfações, objetos de uma salutar autocrítica. Para os leitores, nos jornais, isso será muito mais do que a conquista de um direito. Será uma homenagem ao mais antigo veículo de comunicação social (anterior mesmo à tipografia), à mais pura forma de jornalismo: A CARTA (LEMONS, 1979, p. 213).

Outros autores afirmam também que, ao escrever uma carta, o sujeito deve ter claro que seu primeiro obstáculo é, justamente, convencer o jornal de que é a sua carta, no meio de tantas outras, que merece ser publicada; também fazer com que, no processo de edição, o veículo preserve ao máximo seu texto para suas opiniões chegarem aos demais leitores da forma mais fiel possível (MELO, 1999). Nesse ponto — “falta de espaço” —, frisamos tratar-se de um argumento pouco convincente, pois não falta espaço para publicar anúncios de todo tipo, inclusive, muitos deles, eticamente questionáveis.

Ademais, ressaltamos que o processo de edição de uma carta de leitor é feito com base em alguns recursos, tais como: a eliminação de

informações, a sintetização e a paráfrase. Cabe, então, ilustrar o que ora vimos discutindo a partir da comparação de uma carta originalmente enviada pelo leitor, via e-mail, com sua respectiva publicação na página impressa do jornal. Esclarecemos que esta missiva não faz parte do *corpus* da pesquisa, visto que foi colhida tempos depois da coleta do material de análise, conforme mostram as fontes. Vejamos a figura a seguir.

Fig. 08 – E-mail enviado por leitor à redação do *Jornal do Commercio*



Fonte: Acervo da pesquisa.

No e-mail lido, uma futura *carta de crítica/reclamação*, o leitor lamenta o fato de na sua cidade não haver um museu/casa de cultura que preserve a memória dos seus antepassados, com destaque para

um ícone nacionalmente conhecido: Pedro de Lara, visto que é conterrâneo do autor da carta. Do ponto de vista estrutural, essa *carta do leitor* (que ainda está sendo gestada), ou melhor, este e-mail, conserva as tradicionais marcas das cartas em geral: o endereçamento “de”/“para”, o vocativo, o corpo de texto — “assunto” —, o fecho e a assinatura. Agora, vejamos como esse e-mail foi transformado em uma *carta do leitor*, publicada dois dias depois do envio pelo leitor, no *layout* do jornal, conforme mostra a seguir.

Cabe perguntarmos: que mudanças ocorreram na carta publicada, em relação ao e-mail? Ou ainda, que critérios foram adotados pelo editor para fazer alterações no texto original enviado pelo leitor? Na figura a seguir, apresentamos o texto da carta devidamente analisado. Para tanto, esclarecemos que as partes em **negrito** correspondem às passagens que foram totalmente eliminadas; os trechos sublinhados são informações acrescentadas pelo redator do jornal e, por fim, as partes em *itálico* dizem respeito às passagens modificadas/adaptadas pelo editor do jornal. Agora, com base nesses parâmetros, leiamos o texto do e-mail.

A primeira observação a ser feita é em relação às partes negritadas no texto, uma vez que todas elas foram eliminadas. Como era de se esperar, foram suprimidas algumas informações, tais como: os dados referentes à data/horário de envio do e-mail, o vocativo, a solicitação do leitor — argumentando para que o editor publique sua carta —, bem como o fecho e a sigla do Estado. De fato, esses dados são dispensáveis para a carta se adaptar à diagramação do jornal.

Fig. 09 – Transformação de e-mail em carta do leitor

» Memória

Bom Conselho, no Agreste, conhecida como “Terra de Papacaça”, é mãe de grandes artistas. Quem nunca ouviu falar em Pedro de Lara? Pois bem, não se trata somente dele. Outras figuras ilustres são filhos de nossa terra, a exemplo do marechal, ex-governador de Pernambuco, Dantas Barreto. No entanto, o que causa estranheza é o fato da nossa Bom Conselho não ter se ainda um local onde se possa apreciar as obras desses valores. Quantos já leram uma obra literária de Dantas Barreto? Ou ainda, quem é conhecedor do Livro da Sabedoria? Nesse sentido, venho por meio desta carta lamentar que a nossa identidade não está sendo construída devidamente. Sem história, sem memória, sem cultura e, tampouco, sem literatura. Já não é sem tempo construir um museu ou, ao menos, uma Casa de Cultura em Bom Conselho?

» Valfrido Nunes - Bom Conselho
-fridoval@hotmail.com

Fonte: *Jornal do Commercio*,
Recife, 27/05/2010.

Fig. 10 – Alterações que ocorreram no processo de edição do e-mail-carta

Memória

De: Valfrido Nunes (*fridoval@hotmail.com*)
Enviada: terça-feira, 25 de maio de 2010 13:45:26
Para: Jornal do Commercio (*cartas@jc.com.br*)

Caro editor,

Gostaria que encarecidamente fosse dispensada sua atenção à esta minha carta, uma vez que urge alertar as entidades responsáveis e mobilizar a população bonconselhense para uma conscientização sobre nossos patrimônios artístico-culturais.

Bom Conselho, no Agreste, conhecida como “Terra de Papacaça”, é mãe de grandes artistas. Quem nunca ouviu falar em Pedro de Lara? Pois bem, não se trata somente dele. Outras figuras ilustres são filhos de nossa terra, a exemplo do marechal, ex-governador de Pernambuco, **ex-senador da República, ministro da guerra, jornalista, romancista, contista e teatrólogo** Dantas Barreto. No entanto, o que **me** causa estranheza é o fato da nossa **querida** Bom Conselho não ter se (sic) **quer** um *local* onde se possa apreciar as obras desses *valores*. Quantos **de nós** já leram uma obra literária de Dantas Barreto? Ou ainda, quem é conhecedor do Livro da Sabedoria? Nesse sentido, venho por meio desta carta lamentar *que* a nossa identidade não está sendo construída devidamente. *Sem história, sem memória, sem cultura e, tampouco, sem literatura*. Já não é sem tempo construir um museu ou, ao menos, uma Casa de Cultura em Bom Conselho?

Grato pela sua gentileza, aguardo publicação.

Valfrido Nunes - Bom Conselho/PE

Fonte: Acervo da pesquisa.

Entretanto, observamos que as eliminações seguiram alguns critérios: a maior parte dos apostos que caracterizavam o sintagma “Dantas Barreto” foram eliminados — “ex-senador da República, ministro da guerra, jornalista, romancista, contista e teatrólogo”, permanecendo apenas os dois primeiros; o pronome oblíquo “me” que marcava a subjetividade do autor da carta foi retirado, assim como a expressão “de nós”; o adjetivo “querida”, que tinha função emotiva, foi retirado; a palavra “quer” foi eliminada, talvez por descuido, pois prejudicou a estrutura sintática da oração.

Em relação às passagens sublinhadas, acréscimos postos pela redação do jornal, temos a expressão “no Agreste”, que funciona como

um localizador geográfico, para o leitor que não sabe onde fica a cidade; “conhecida como”, uma expressão com a função de introduzir o aposto do nome da cidade “Terra de Papacaça”; a palavra “carta”, que já estava subentendida no texto original; a locução verbal “está sendo” e o advérbio “devidamente”, que entraram em cena para materializar a mudança feita pelo editor no texto original do leitor.

Os trechos em itálico no texto apontam as passagens alteradas ou adaptadas. A primeira delas é o título do texto, visto que a redação do jornal não aproveitou o assunto do e-mail “Patrimônio Cultural”, preferindo criar outro: “Memória”; nome do autor, cidade onde reside e e-mail para contato foram adaptados ao padrão gráfico-visual das cartas no *design* do jornal; a palavra “local” encapsula “pequeno recinto”; a palavra “valores”, colocada em substituição a “artistas”, alterou semanticamente o que o leitor queria dizer, além de parecer estranha ao contexto; a conjunção integrante “que” em lugar da explicativa “pois”, mudou a orientação argumentativa do enunciado, além de o redator ter deixado o restante do enunciado nominalizado, o que parece meio desconexo.

Enfim, verificamos que, deveras, a carta do leitor sofre intervenções por parte de quem edita os textos recebidos e selecionados. Concluímos ser a eliminação de informações, o acréscimo e as alterações parafrásticas, com predomínio do primeiro, os procedimentos mais comuns no processo de edição das cartas, evidenciando o fato de a carta do leitor ser um gênero textual que emerge de um processo de retextualização.

3.3 As funções sociais e os propósitos comunicativos da carta do leitor

Do ponto de vista de sua função social, a carta do leitor funciona como um canal aberto que permite o contato entre a mídia e os leitores e os leitores entre si; a bem dizer, ela cumpre um papel importante ao tornar pública a voz do leitor, que muitas vezes busca fazer valer os seus direitos e deveres, como forma de exercício da cidadania. Tal funcionalidade, inserida em quadros sociológicos mais amplos, realiza-se no gênero por meio dos propósitos comunicativos subjacentes.

Como já afirmamos, o gênero textual carta do leitor na mídia em pauta mostrou-se bastante diversificado quanto aos seus propósitos comunicativos. Na verdade, os leitores escrevem a partir de diferentes lugares sociais, com intenções muito variadas, manifestas por meio do seu discurso materializado no gênero aqui analisado. Portanto, trata-se de uma “família” de cartas agrupadas sob uma mesma denominação, porém com finalidades muito distintas, conforme podemos observar na figura a seguir.

Tab. 03 – Propósitos comunicativos da carta do leitor

PROPÓSITO COMUNICATIVO	QUANTIDADE DE CARTAS	PORCENTAGEM DO CORPUS
Criticar/Reclamar	154	64,98%
Elogiar	24	10,13%
Esclarecer	20	8,44%
Sugerir	13	5,49%
Consultar/Perguntar	9	3,80%
Alertar	5	2,11%
Solicitar/Pedir	4	1,69%
Apelar	4	1,69%
Agradecer	2	0,84%
Divulgar	1	0,42%
Desabafar	1	0,42%

Fonte: Acervo da pesquisa.

Do ponto de vista linguístico, os propósitos comunicativos vêm marcados na carta do leitor, muitas das vezes, de forma bastante explícita, por meio de um verbo ou expressão verbal que indicam o ato de fala do sujeito escrevente. É o que podemos notar nas passagens a seguir.

“**Gostaria de parabenizar** a equipe do Jornal do Comercio pelo brilhante editorial...”

“Em resposta à carta “Lâmpadas”, publicada nesse JC, a Prefeitura de Olinda **informa** ao leitor reclamante, que a Secretaria de Obras...”

“Em resposta à carta do leitor Plínio Palhano, a Compesa **esclarece** que a falta d’água no bairro de Rio Doce, Olinda, foi motivada...”

“Em atenção a Sra. Carmem Ferraz, de Floresta, **ressaltamos** os inúmeros investimentos realizados pelo governo...”

“... **Sugiro** que o Dircon ou quem quer que seja, multe o proprietário.”

“**Gostaríamos de perguntar** se existe alguma outra fonte que justifique o percentual apontado pelos senhores...”

“... **Pedimos** que o Grande Recife Consórcio de Transporte reveja essa decisão e determine a volta da referida linha...”

“... **Solicito** à SDS um maior policiamento naquele bairro onde os assaltos de duplas de motoqueiros são constantes.”

“**Gostaria de fazer um apelo** as autoridade competentes, especialmente ao prefeito de Paulista...”

“**Venho agradecer** o apoio que o Conselho de Moradores do Loteamento Primavera, em Camaragibe, recebeu do grupo JCPM...”

Contudo, é fato também que nem todos os exemplares do gênero em análise apresentam o verbo explicitamente. Grande parte das cartas analisadas deixa entrever o seu propósito comunicativo pelo próprio teor do texto, e mais notadamente por estruturas sintáticas que sinalizam para o leitor a intenção discursiva de quem escreve. Observemos este exemplo:

Fig. 11 – Carta que não apresenta verbo explícito referente ao ato de fala

“**Está virando brincadeira de mau gosto.** Toda semana há falta de energia no bairro do Rosarinho e adjacências. Mas nesta semana **a incompetência foi longe demais.** No dia 16 ficamos quatro horas sem energia durante a madrugada. Não houve como dormir em virtude do calor infernal e da morosidade da solução. E no dia seguinte, o fato se repetiu. Após um dia cansativo de falta de sono anterior, mais outra noite de inferno. **Isso é um absurdo. A Celpe, tão competente em cobrar pelo serviço ruim que presta, revela-se uma instituição desorganizada e indolente** quando põe uma gravação de uma irritante voz no 0800 081 0196 afirmando que aguarde atendimento, para em seguida dar sinal de ocupado, deixando o usuário na condição de bobó. **Tanto descaso e incompetência merecem uma punição exemplar.** Carlos Bayma – Rosarinho – carlosbayma@gmail.com”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 20/03/10.

Como podemos perceber, não há nesse texto um verbo que posamos sublinhar para indicar o ato de fala do sujeito escrevente. Po-

rém, isso não quer dizer que a carta acima não tenha propósito comunicativo: é óbvio que se trata de uma *carta de reclamação*, pois o leitor recorre à mídia na intenção de publicizar o seu sentimento de indignação pela falha na prestação de um serviço. As passagens em negrito no texto mostram a seleção lexical e as estruturas sintáticas que reforçam o teor de reclamação da carta. Para fins de maiores esclarecimentos, vejamos esta outra carta. Convém destacar que, de todo o material coletado, este é o menor exemplar.

Fig. 12 – Menor exemplar de carta do leitor encontrado no *corpus*

“Li matéria de Fabiana sobre os travestis. **Genial**, não encontro outra palavra. Ironia **fina e alta** sensibilidade. **Maria Eduarda R. Mota** – Recife – me.rocha@uol.com.br”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 17/04/10.

Como podemos notar, mais uma vez não aparece um verbo indicativo do ato de fala da autora da carta. No entanto, inferimos que se trata de uma carta com conteúdo laudatório, em virtude do próprio teor lisonjeiro do texto, no que concerne à matéria anteriormente publicada, marcado linguisticamente pelos adjetivos em negrito. Em suma, trata-se de uma carta cujo propósito comunicativo é elogiar, embora isso não esteja textualmente dito.

Interessante observar ainda que nem sempre o verbo expresso textualmente, bem como outras categorias da língua, corresponde à intencionalidade de quem escreve. Observemos o exemplo a seguir.

Fig. 13 – Carta cujo verbo não corresponde ao ato de fala do sujeito escrevente

“**Convidamos** o prefeito de Jaboatão dos Guararapes e seus secretários, **especialmente** os de Obras e Saúde, para em um *dia de chuva* visitar a Rua Amaro Soares de Andrade, em Piedade. Ainda **pedimos** a presença do vice que, na condição de ex-vereador, fez pronunciamento na Câmara requerendo essa obra. **Durante a visita**, as autoridades também **poderão conhecer** o Posto de Saúde da Família que fica numa *rua esburacada com lama e águas empoçadas*. *Há oito anos pedimos a pavimentação da rua*. **Alberto Ribeiro** – Jaboatão dos Guararapes – Alberto_lou-ra@yahoo.com.br”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 16/04/10.

Como é possível verificar, do ponto de vista formal, o texto contém estruturas sintáticas típicas de um convite; entretanto, o propósito comunicativo desta epístola não é convidar alguém para um momento solene, uma visita oficial, uma cerimônia. Trata-se de uma crítica ferrenha, por meio do recurso retórico da ironia, pois os termos em negrito contrastam semanticamente com aqueles que estão em itálico no texto. Esse exemplar por si só justifica que a língua permite aos sujeitos falantes/escriventes lançar mão dos mais variados recursos, a fim de tornar eficaz a sua interação verbal.

3.4 Conteúdos temáticos abordados nas cartas e seus destinatários

Assim, como se prestam a diferentes funções sociais, em virtude da variabilidade dos propósitos comunicativos, as cartas enviadas pelos leitores também são muito diversificadas do ponto de vista dos assuntos abordados, com especial relevo para as cartas de crítica/reclamação, embora os demais tipos de carta do leitor também apresentem certa volubilidade temática. No que tange a esse aspecto:

Quem se der ao trabalho de examinar um período de um ano de cartas publicadas descobrirá que todos os temas ali aparecem. Até porque o público é sensível e reage a todo acontecimento importante. Uma entrevista da TV, um grande pronunciamento de alta autoridade, um fato internacional. Tudo o que é importante repercute nas Cartas dos Leitores quase que imediatamente (SILVEIRA, 1979, p. 189).

Com efeito, ao investigarmos as *cartas de crítica/reclamação*, perceberemos que seu temário segue, no mínimo, quatro tendências: 1) grande parte foca a crítica em personalidades do mundo político, religioso ou artístico; 2) a maioria delas critica ou reclama do setor de serviços; 3) algumas tratam de problemas sociais recorrentes ou temas de interesse nacional; 4) outras criticam o próprio teor das cartas de leitor, ou seja, são críticas entre missivistas.

São ícones desta primeira tendência personalidades como: Lula (então Presidente da República), Dilma Rousseff (então ministra da Casa Civil), Eduardo Campos (então governador de Pernambuco), João da Costa

(então prefeito do Recife), João Paulo (então ex-prefeito do Recife), o papa Bento XVI, a atriz Susana Vieira, entre outros. Vejamos o exemplo a seguir.

Fig. 14 – Carta do leitor que critica personalidade do mundo artístico

“No mínimo infeliz a contratação da atriz Suzana Vieira para o papel de Maria, mãe de Jesus, no espetáculo de Fazenda Nova. Além de puro desconhecimento bíblico, com deboches sobre a roupa utilizada, que, segundo ela, era “de pobre” (será que ela sabe quem foi Maria?), bem como de opinar sobre a geração do Menino Jesus que, segundo sua teoria, teria sido “de forma natural, da união de Maria e José, e que só depois teria sido abençoado por Deus”, além do desconhecimento geográfico da localização de Brejo da Madre de Deus, e de debochar da medicina local, quanto ao atendimento oftalmológico. Ainda teve a audácia de se intitular inteligente, rica e moradora da Barra, no Rio. Quem assistiu ao espetáculo comprovou que nem boa atriz ela é mais. A memória já não funciona adequadamente, esquecendo textos simples e de fácil memorização e que não é culpa da idade. É puro desleixo, falta de compromisso. Além de sermos referência na área oftalmológica, também possuímos bons psicólogos e hospitais psiquiátricos que podem auxiliar no tratamento de pessoas que passam por desequilíbrio. Ela bem que poderia ter realizado um check-up aqui no Nordeste.
Robson Lemos – Angelim – Robson.tricolor94@yahoo.com.br”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 08/04/10.

Nessa carta, o leitor manifesta sua indignação diante da atitude da atriz Suzana Vieira, colocando em xeque o profissionalismo dela. Na opinião do leitor, a artista não representou como deveria o papel de Maria na encenação do espetáculo da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém, município de Brejo da Madre de Deus – PE. Como podemos ver, ele a critica explicitamente, tachando-a de debochada, desinformada, desleixada e desequilibrada.

Em relação à segunda tendência, o alvo são as instituições (públicas ou privadas) que prestam serviços, tais como empresas de telefonia, água, luz, transportes, limpeza e infraestrutura urbana, planos de saúde, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), hospitais, prefeituras, Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ministério Público, entre outros.

Fazem parte da terceira tendência aquelas cartas que tratam de problemas sociais recorrentes e de temas de interesse nacional, como violência urbana, impunidade, pedofilia, Copa do Mundo de 2014, projeto Ficha-Limpa, possibilidade de administração da Chesf pela Eletrobrás, pré-sal, PAC 1 e 2 e outros mais. Vamos a um exemplo.

Fig. 15 – Carta do leitor que aborda tema de interesse nacional

“Não sei o motivo de tanto espanto diante da negativa dos deputados federais em votar no Projeto Ficha-Limpa. Afinal, espantoso seria esse ‘magote de sacripantas’, muito dos quais com um passado mais ‘sujo do que pau de galinheiro’, que tomaram de assalto a política brasileira, tivesse aprovado uma lei proibindo que as pessoas com ficha-suja, exatamente como a maioria deles tem, pudessem ser candidato a um cargo eletivo. Como o brasileiro é inocente! Afinal, querer que essa turma votasse favoravelmente a um projeto em frontal desacordo com seus interesses, é algo tão ilusório quanto achar viável a estratégia de ‘colocar raposas para tomar conta do galinheiro’. Esse tal projeto Ficha Limpa, com um texto minimamente decente, só será aprovado no dia de São Nunca, quando a cobra ganhar asas ou quando a galinha criar dentes. (...). **Júlio Ferreira** – Recife – julioferreira.net@gmail.com”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 12/04/10.

Esta carta é um exemplo contundente de crítica aos políticos, especificamente àqueles que discordam do Projeto Ficha-limpa, que, na opinião do leitor, dificilmente será aprovado no Congresso Nacional. Com um discurso recheado de frases-feitas, típicas da oralidade, o leitor textualiza sua indignação diante da não aprovação do projeto. Muito próximas de uma espécie de “metáfora-clichê”, essas frases intencionalmente repetidas no texto escrito se configuram como um recurso argumentativo potente para tornar o texto retoricamente eficaz (NUNES, 2011).

Curiosamente, ao longo da pesquisa, identificamos alguns exemplares de carta de crítica/reclamação, cuja crítica se refere ao próprio teor das cartas dos leitores, configurando-se como uma “conversa escrita” entre os próprios missivistas. Adiante, segue um exemplo ilustrativo desta quarta tendência das *cartas de crítica/reclamação*:

Fig. 16 – Carta do leitor que traz uma crítica entre leitores

“Alguns missivistas, notadamente, opositores do governo Lula, vêm constantemente usando este espaço para criticar o governo mais popular que o Brasil já teve. Será que eles não sabem que o governo vem encarando na investigação e com disposição de resolver todos os problemas? Eu gostaria de adiantar ao Sr. Fernando Spanghero que não venha me confundir com a candidata do presidente Lula. E mais: procure ler e entender o que vem sendo feito no país. **Dilma Carrasqueira** – Olinda – dilmacarrasqueira@yahoo.com.br”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 07/04/10.

Nessa carta, vemos claramente que a leitora — coincidentemente chamada Dilma — mostra-se insatisfeita com a atitude de “alguns missivistas” que tentam, por meio das cartas, criticar a imagem do presidente Lula. Em seguida, confronta o Senhor “Fernando Spanghero”, visto que, para ela, ele não lê nem entende “o que vem sendo feito no país”. Esta carta evidencia a atenção dos leitores ao que o outro escreve, dado que ela responde — no sentido bakhtiniano — a uma carta anterior em que o referido Senhor criticara a postura do governo Lula. Pelo visto, fica explícito que as *cartas de crítica/reclamação* apresentam uma enorme versatilidade temática e, nesta mesma direção, estruturas composicionais muito diversificadas.

Em linhas gerais, na análise das *cartas de elogio*, podemos dizer que a temática predominante circunscreve-se em torno do próprio veículo de comunicação em tela. São cartas enviadas pelos leitores, com tom lisonjeiro, sobre matérias do próprio jornal (editorial, artigos e seus articulistas, reportagens e seus autores e fotógrafos, entrevistas etc.). Constituem exceção a esse predomínio: uma referência elogiosa a José Alencar (ex-vice-presidente da República), uma ao Padre Edvaldo Gomes (Recife) e outra à cidade de João Pessoa (PB).

No que concerne às *cartas de esclarecimento*, como elas funcionam como uma espécie de carta-resposta enviada pela assessoria de comunicação do órgão institucional ao leitor reclamante, suas temáticas versam geralmente sobre os serviços questionados por estes mesmos leitores. Portanto, encontramos cartas que esclarecem ou justificam serviços de infraestrutura, iluminação pública, água, transporte interurbano, concessão de alvará, saúde, educação, entre outros.

Neste sentido, as *cartas de sugestão* também não fogem muito a essa recorrência temática, ou seja, também abordam assuntos referentes à prestação de serviços. Geralmente são sugestões que os leitores enviam como forma de intervir na realidade da comunidade em que vivem. As *cartas de consulta*, por sua vez, já que geralmente se dirigem a alguém em busca de algum tipo de resposta para o seu questionamento, costumam referir explicitamente a quem estão sendo “endereçadas”. Logo, tratam de temas muito variados, desde um questionamento sobre aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ao incômodo provocado por bate-estacas da construção civil.

Na análise das temáticas das *cartas de alerta*, constatamos que elas trazem em seu bojo assuntos muito diversos, tais como: possibilidade de acidente causado por orelhão, partilha do pré-sal, trafegabilidade em BR, novo foco de violência e arrastões na praia de Boa Viagem, conforme podemos ver neste exemplar:

Fig. 17 – Carta do leitor em que se faz um alerta

“A Secretaria de Defesa Social deve já de agora ficar bastante preocupada e começar a agir, pois com a pressão nos morros cariocas, a criação de unidade pacificadoras e as constantes batidas nas favelas, logo logo eles estarão debandando para outros Estados. E o Recife sempre teve uma preferência pelos forasteiros e posso até apostar que alguns assaltos que não são muito comuns em nossa região, como aos carros fortes, já foram ação deles. **James Leonardo** – Recife – jamesleonardo@uol.com.br”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 29/03/10.

A carta citada faz um alerta à Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco sobre a possibilidade de novos focos de violência motivados pela saída de bandidos das favelas cariocas, devido à ofensiva das Forças Armadas naquela região, bem como pela implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Uma característica linguística que merece ser destacada nessa carta é a presença da expressão “logo logo”, uma repetição típica da oralidade.

As *cartas de solicitação* também versam sobre serviços. Destacam-se reivindicações feitas pelos leitores, em geral, exigências que os moradores fazem em busca de benfeitorias para a comunidade em que residem. Na verdade, não é um documento oficial protocolado conforme as regras da burocracia administrativa, mas uma carta, em que eles cobram mesmo, desde a volta de linha de ônibus previamente retirada, passando por operação tapa-buracos, água para escola, policiamento no bairro onde vivem, entre outros. A seguir, temos um exemplo desse tipo de carta do leitor.

Fig. 18 – Carta do leitor em que se faz uma solicitação de serviço

“Gostaria de pedir à Prefeitura do Recife que tapasse milhares de buracos que se encontram um atrás do outro, no começo da Rua Quarenta e Oito, no Espinheiro. Os amortecedores e pneus do meu carro agradeceriam. **Karyne B. Ferreira** – Espinheiro – karynerouge@hotmail.com”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 24/03/10.

Vemos aqui que a leitora busca solução para um problema de infraestrutura urbana e o faz de forma concisa por meio de figuras retóricas, valendo-se do recurso da hipérbole (“milhares de buracos”) e da metonímia (“Os amortecedores e pneus do meu carro agradeceriam”). Notamos explicitamente o verbo indicativo do ato de fala da missivista: “pedir”, acompanhado da expressão polida “gostaria de...”. Em se tratando das *cartas de apelo*, o foco também são os serviços. Vejamos a figura a seguir.

Fig. 19 – Carta do leitor em que se faz um apelo

“Faço um apelo ao prefeito de Sirinhaém para que remova a feira livre da principal avenida. Ela acontece nos fins de semana, e deixa o local imundo, causando transtornos no trânsito, e, sobretudo deixando a cidade em aspecto horrível. O quadro, prefeito, reflete em sua administração. E na véspera, os feirantes colocam suas barracas no meio da rua. Por que o senhor não transfere para as imediações do campo de futebol?
Jorge Beltrão – Sirinhaém – jorgebeltrao@ig.com.br”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 27/03/10.

Percebemos que o leitor solicita a remoção da feira livre de um local para outro, dirigindo-se explicitamente ao prefeito da cidade e justificando o porquê desse apelo. Encontramos ainda, ao longo da pesquisa, apelos referentes a cuidados para com a Academia da Cidade (em Paulista, região metropolitana do Recife), melhorias no trânsito e falta de energia em outras localidades. O verbo indicativo do ato de fala também está presente: “faço um apelo”; além disso, a presença do vocativo dá um tom de interatividade ao texto, como se fosse uma conversa face a face.

No andamento da nossa pesquisa, identificamos ainda duas *cartas de agradecimento*, ambas direcionadas a JCPM (João Carlos Paes Mendonça), ou seja, ao próprio *Jornal do Commercio*, uma vez que ele é o seu proprietário. De forma rarefeita, porém não menos importante, localizamos uma *carta de desabafo* — referente à justiça feita no caso da violência contra a menina Isabella Nardoni — e uma *carta de divulgação*, que pode ser visualizada na figura 20.

A respeito dessa carta, temos a dizer que, de fato, ela tem o propósito de divulgar a casa de evento “Acrópole”, no município de Limoeiro, em Pernambuco. Por outro lado, chamou-nos a atenção

Fig. 20 – Carta do leitor em que se faz uma divulgação

“A mesma filosofia do editorial ‘A nova arte popular’, publicado recentemente no **Jornal do Commercio**, será adotada pela direção da casa de eventos Acrópole, em Limoeiro, de 3 a 6 de junho deste ano. Será a 1ª Feira Regional dos Municípios, destinada a contribuir para o reconhecimento do valor artístico dos artesãos da região e do produto industrial das micro e pequenas empresas. Como se sabe, em volta de Limoeiro localizam-se mais de 20 municípios, com população próxima de um milhão que conta com estradas asfaltadas. A Acrópole já está preparada para o evento, com a instalação dos estandes concluída. Iremos, a partir desta semana, manter contatos com as autoridades municipais e estaduais, objetivando saber se receberemos algum tipo de apoio. Conforme se poderá observar em nosso site www.acropoledelimoeiro.com.br, a nossa casa é a única da região a comportar um empreendimento desse porte. Essa é a nossa maneira de colaborarmos para o desenvolvimento social e econômico de Limoeiro e adjacências. Finalmente, não é por demais lembrar, que a região é produtora de artesanato de notável valor artístico como bordados (Passira, Salgadinho, Limoeiro), barro (Tracunhaém), Tapeçaria (Lagoa do Carro), palha de bananeira (Machado, São Vicente Férrer e Macaparana). **José Veloso** – Limoeiro – jsvadv@uol.com.br”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 11/04/10.

sua particularidade inter e hipertextual, embora seja um gênero impresso. Noutros termos, essa carta mantém uma relação estreita com dois textos fundamentais para o leitor compreendê-la em sua inteireza: ela faz referência explícita a um editorial e a uma *homepage*, levando o leitor a outros textos, como se fossem *links* da internet. Portanto, apresenta certa mobilidade na leitura, conduzindo o leitor “para trás” (se quiser buscar o editorial) e “para frente” (caso queira visitar o *site* do evento).

Enfim, todo texto, como ação concreta de linguagem e forma de ação social, pertencente a um determinado gênero, tem público-alvo. Dito de outra forma, todo texto é falado/escrito por um “eu” para ser ouvido/lido por um “outro”. De fato, isso reflete o próprio dialogismo, um princípio constitutivo da linguagem humana. Nesse sentido, há de se concordar com o fato de que:

Um texto é produzido sob certas condições, por um autor com certos conhecimentos e determinados objetivos e intenções. Em outro contexto de recepção, aquele texto assim produzido pode ter outras condições de recepção. (...). Em geral, o autor tem em mente um certo público, mas não elimina outros. Isso repercute diretamente sobre a forma de organização dos materiais linguísticos e as condições de processamento (MARCUSCHI, 2008, p. 243).

A bem dizer, a carta do leitor é um gênero textual destinado a vários “outros”, isto é, a mais de um interlocutor. Primeiramente, convém destacar que o primeiro destinatário deste gênero é o próprio editor da seção de cartas do jornal, incumbido de receber, ler, selecionar e publicar (ou não) as cartas, visto que a ele é concedido esse exercício de poder. A análise realizada na seção sobre o processo de edição das cartas, neste capítulo, corrobora isso que ora afirmamos.

Em segundo lugar, não podemos perder de vista que a carta do leitor, quando da sua efetiva publicação nas páginas do jornal, torna-se um gênero textual de caráter aberto. Logo, pode ser lido por qualquer pessoa com acesso ao periódico, seja assinante dele ou não, e com um razoável nível de proficiência em leitura. Nesse ponto, é coerente frisarmos que as instituições — públicas ou privadas — geralmente têm suas assessorias de imprensa, cujos funcionários se encarregam de acompanhar diariamente o que se publica nos jornais. Assim, entendemos que tais instituições também se configuram como leitoras desse gênero textual. Prova disso é que qualquer crítica ou reclamação, enviada pelo cidadão comum e publicada pelo jornal, logo será respondida por suas assessorias de comunicação, como ocorre frequentemente nas *cartas de esclarecimento*.

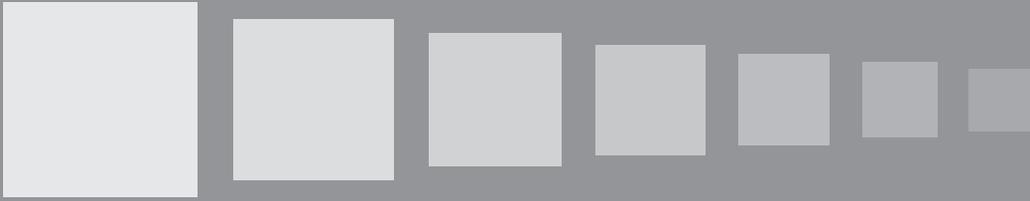
Em terceiro lugar, muitas vezes o destinatário vem referido no próprio texto. Essa pista linguística é fundamental para compreendermos que o sujeito escrevente da *carta do leitor* quer dirigir-se exatamente àquele interlocutor em particular. É o que mostra a figura a seguir.

Fig. 21 – Carta do leitor dirigida a um interlocutor específico

“O nosso governador Eduardo Campos não gosta de professor. A classe é mal remunerada, e ele não paga o piso salarial determinado por lei. Lei é para ser cumprida. Governador, não faça propaganda enganosa na mídia. Professor merece respeito. **Júlio Acioli Filho** – Recife – julioacioli@ig.com.br”

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 30/03/10.

Nesse exemplo, está visível a referência explícita ao destinatário do texto, por meio do vocativo “governador”. Cumpre salientarmos, no entanto, que nem sempre as autoridades políticas dispõem de tempo para ler efetivamente esses textos, mas, em todo caso, a intenção discursiva de quem o enviou é atingir esse interlocutor em especial.



ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DA CARTA DO LEITOR

Tudo o que é tipicamente relevante para o indivíduo era em geral já tipicamente relevante para seus predecessores e, conseqüentemente, tem depositado seu equivalente semântico na língua. Em suma, a língua pode ser vista como a sedimentação de esquemas experimentais típicos que são tipicamente relevantes numa sociedade.

Schutz

A organização retórica de um gênero diz respeito à sua estruturação em *movimentos retóricos* e *estratégias retóricas*. Os *movimentos* são as passagens do discurso que realizam uma função comunicativa específica e, juntas a outros movimentos, determinam a estrutura informacional global que deve estar presente no texto para permitir seu reconhecimento pela comunidade de discurso como um exemplar autêntico de um determinado gênero (SILVEIRA, 2005). As *estratégias* são as táticas das quais o escrevente se vale para atingir certo objetivo dentro do movimento, contribuindo para construir a rede argumentativa mais próxima ao micronível do texto. Em outros termos, é como se as estratégias funcionassem como *subunidades* de uma *unidade* maior (o movimento retórico).

Nesse sentido, um dos objetivos deste livro é mostrar como esses movimentos retóricos, com suas respectivas estratégias, se realizam nos exemplares do gênero em estudo, com a finalidade de chegar a

um padrão retórico das variedades analisadas. Assim, constatamos existir um padrão retórico realizado por meio dos movimentos retóricos, embora as estratégias retóricas variem muito em função das distintas situações retóricas que motivam a produção da carta do leitor.

A bem dizer, identificar onde um movimento retórico se inicia ou onde ele termina não é uma tarefa simples; da mesma forma, não é fácil delimitar as diferentes estratégias utilizadas para realizar um movimento: as fronteiras textuais são muito tênues. Assim, adotar um critério puramente linguístico para estabelecer as fronteiras entre os estágios discursivos não tem se mostrado eficaz. No dizer deste pesquisador:

À parte os indicadores físicos, tais como as lacunas nas páginas e as divisões de parágrafos e capítulos, os indicadores de fronteiras são vistos de forma mais clara em termos de conteúdo, ou seja, o que guia nossa percepção das divisões textuais é um sentido mais *cognitivo* do que *linguístico*. Essa posição é defendida por Bhatia, que assinala que a análise de gêneros muitas vezes tem subestimado os fatores psicológicos ao tentar dar conta da descrição dos estágios textuais (PALTRIDGE, 2009, p. 71, itálicos do autor).

Com efeito, uma divisão dos estágios textuais que compõem um dado exemplar genérico deve ser feita, levando-se em consideração muito mais critérios funcionais do que formais. Dito de outra maneira, o princípio adotado para estabelecer fronteiras deve estar baseado na *função* que determinado movimento retórico realiza, isto é, no seu propósito comunicativo, e não apenas em parâmetros puramente linguísticos que, muitas vezes, estabelecem limites imprecisos. De fato, uma divisão de gênero seguindo apenas parâmetros linguísticos poderá falsear a análise. Portanto, adotamos como critérios para a segmentação do texto: a evidência linguística (forma), a interpretação das informações contidas nos textos (conteúdo) e a experiência do pesquisador como usuário deste gênero textual.

4.1 Delimitando algumas variedades da carta do leitor

A análise da organização retórica da carta do leitor, neste livro, foi feita com base em alguns critérios de delimitação. Assim sendo,

por se tratar de um gênero textual cuja natureza é bastante diversificada, julgamos coerente escolher alguns tipos de carta à redação para submeter à análise sociorretórica. Dessa forma, exporemos as análises das cartas de *elogio*, *esclarecimento*, *sugestão e consulta*, respectivamente. Vejamos, portanto, como as informações são distribuídas em cada uma delas, segmentadas em *movimentos* e *estratégias retóricas*. Ressaltamos, todavia, que a versatilidade é uma das propriedades marcantes desse gênero textual, conforme mostrarão as análises que seguem.

4.1.1 Carta de elogio

As cartas de *elogio*, cujo propósito comunicativo predominante é, evidentemente, fazer um elogio a algo ou alguém, versam, em sua maioria, sobre matérias do próprio *Jornal do Commercio*. Na verdade, trazem em seu bojo um conteúdo laudatório, porém não menos ideológico, visto que, duvidamos muito da possibilidade de publicação de uma carta que porventura denegrísse a imagem da mídia em questão. Escapam um pouco a essa regularidade temática as cartas que se dirigem a personalidades — quer sejam políticas, quer sejam religiosas — ou lugares. Do *corpus* em análise, foram contabilizadas ao todo 24 cartas dessa natureza, as quais correspondem a 10,13% dos dados analisados. Convém destacar, portanto, que esse foi o segundo tipo de carta mais frequente na mídia em tela no período observado. A seguir, leiamos um exemplar autêntico desse tipo de carta³:

³ Para a apresentação dos exemplares que introduzem cada uma das seções deste capítulo, reproduzimos as cartas o mais parecido possível com o seu *design* no *layout* do jornal.

Fig. 22 – Exemplar da carta de elogio

>> Travestis

Li com atenção a série de reportagens sobre travestis, elaborada por Schneider e Fabiana Moraes. Que coragem trabalhar com um tema tão difícil! Para um jornalista não interessa o risco do tema, afinal, o jornal é um universo diversificado e amplo. O que me agrada portanto, é o equilíbrio jornalístico, a sobriedade. E a leveza. É claro que é um trabalho de profissionais, procurando conversar com todas as áreas, enfrentando um tema cercado de preconceitos, deixando a conclusão por conta do leitor. Para mim, o jornalismo se afirma no inusitado de seus temas e na qualidade dos textos e fotos. Além disso, e sobretudo, temos aquela máxima que é preciso cuidar sempre: a surpresa. Um jornal torna-se importante pela maneira como surpreende o leitor, sem perder jamais a qualidade.

>> **Raimundo Carrero** – Recife –
raimundocarrero@gmail.com

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 17/04/10.

A partir da leitura desse texto, não é difícil perceber que se trata de uma carta publicada com o intuito de enaltecer uma matéria jornalística, bem como seus respectivos autores. De forma geral, verificamos que a *carta de elogio* organiza-se em três movimentos retóricos com suas respectivas funções: o primeiro deles (M1) — **identifica o texto** — sinaliza para o leitor o tópico central sobre o qual a carta discorrerá e chama sua atenção para a leitura do texto. Neste caso, trata-se de temática relativa às travestis. Este movimento contém apenas uma estratégia que se confunde com ele mesmo: citar o tópico do texto. Também, aparece como um lance não obrigatório, visto que a ausência dele em uma das cartas não inviabilizou o reconhecimento do gênero.

Em relação ao segundo movimento retórico (M2) — **faz um elogio** —, julgamos ser esse o bloco principal para a constituição do gênero, uma vez que nele encontramos o propósito comunicativo predominante; o tom do texto é principalmente lisonjeiro e de celebração. Contudo, convém frisar que, para realizar este estágio do texto, o sujeito escrevente lança mão de diferentes estratégias. Aliás, elas são tão diversas que não é possível prever qual caminho o autor seguirá. Constatamos tal diversidade ao encontrarmos, para os 24 exemplares analisados, 24 formas diferentes de organização discursiva. Isso evidencia a plasticidade dessa variedade da carta do leitor.

Em se tratando do terceiro movimento retórico (M3) — **fornece dados de identificação** —, neste momento aparecem para o público leitor informações pessoais relativas ao sujeito escrevente. Tal movimento, neste tipo de carta, apresenta-se organizado em três estratégias: 1) identifica o(a) autor(a) da carta; 2) identifica o local (bairro e/ou cidade) onde o(a) autor(a) reside e 3) apresenta e-mail para contato. A relevância deste movimento retórico é clara porque o jornal não publica cartas anônimas. Entretanto, verificamos, em alguns exemplares, a ausência do contato (e-mail), configurando essa estratégia como opcional, devido à mídia em tela também receber cartas por outros meios.

Visto isso, passemos à análise de dois exemplares autênticos da *carta de elogio*, um tanto diferenciados do ponto de vista das *estratégias*, para visualizarmos melhor o que vimos discutindo.

Quadro 01 – Carta de elogio em que aparecem movimentos retóricos e suas respectivas estratégias

MOVIMENTOS	TEXTO	ESTRATÉGIAS
<i>M1 – Identifica o texto</i>	Revisão	<i>E1 – Cita o tópico do texto</i>
<i>M2 – Faz um elogio</i>	Venho parabenizar o artigo do senador Marco Maciel, “É preciso fortalecer os municípios”.	<i>E1 – Parabeniza a matéria jornalística</i>
	Ele defende uma revisão dos critérios de repasse do FPM de modo que as prefeituras não fiquem vulneráveis às necessidades do governo nem às variações da economia mundial.	<i>E2 – Parafraseia o conteúdo da matéria</i>
<i>M3 – Fornece dados de identificação</i>	Fátima Carneiro	<i>E1 – Identifica o(a) autor(a) da carta</i>
	Madalena	<i>E2 – Identifica o local (bairro e/ou cidade) onde o(a) autor(a) reside</i>
	fatinhaalves@hotmail.com	<i>E3 – Apresenta e-mail para contato</i>

Fonte: Acervo da pesquisa.

Notamos, no texto acima, uma preocupação do editor em dar um título à epístola. Trata-se de um elemento de orientação que leva o leitor a levantar hipóteses acerca da temática textual. Este é, portanto, o primeiro movimento retórico (M1) em que se subdivide a carta do leitor. No decorrer da pesquisa, verificamos que este movimento é predominantemente constituído por apenas um vocábulo, geralmente um substantivo. No exemplar em análise, figura o substantivo abstrato “revisão”, cuja significação se constrói à medida que o leitor adentra o universo da missiva, quando ele perceberá se tratar da “revisão dos critérios de repasse do FPM [Fundo de Participação Municipal]”.

Convém ressaltar que esse estágio textual apresenta apenas uma estratégia, isto é, a carta é identificada, citando-se o próprio tópico do texto. Ademais, verificamos, entre os 24 exemplares analisados, apenas um em que este movimento não ocorre. Portanto, entendemos que apesar da sua não obrigatoriedade ele é bastante recorrente.

Depois da identificação do texto, encontramos o movimento retórico principal (M2). Ou seja, esta é a parte da missiva em que o escrevente fará, de fato, o elogio. No exemplo em tela, o elogio foi feito por meio de duas estratégias.

Primeiramente, em (E1), a autora parabeniza a matéria jornalística e, implicitamente, a mídia que a veiculou. Para tanto, recorre à expressão verbal “venho parabenizar”, evidenciando o propósito comunicativo deste bloco do texto e marcando o ato de fala do sujeito escrevente. Percebemos claramente a marcação da sua subjetividade por meio do verbo “vir” na primeira pessoa do singular. Em seguida, cita o nome da matéria à qual se refere, isto é, um artigo do senador Marco Maciel, cujo título é “É preciso fortalecer os municípios”. A partir deste momento, torna-se claro para o leitor o objeto elogiado.

Ainda para realizar o segundo movimento retórico (M2), a segunda estratégia (E2) adotada pela autora, consciente ou inconscientemente, é o recurso da paráfrase. A missivista retoma o conteúdo global do texto fazendo uso de suas próprias palavras. Implicitamente, ela justifica o porquê do elogio, uma vez que concorda com o ponto de vista defendido pelo senador em seu artigo. Para isso, faz uma citação indireta, com uma estrutura sintática arranjada em um único período composto. A articulação entre esse bloco do texto e o anterior é realizada também pelo pronome anafórico “ele”, cujo referente é “o artigo do senador”.

O terceiro movimento retórico (M3), composto por três estratégias diferentes, é relativamente padronizado para a maioria das cartas publicadas. Cremos que este seja um padrão estabelecido pela redação do jornal. Apesar disso, há variações.

A primeira estratégia (E1) apresenta o nome do(a) leitor(a) que enviou a carta e é item obrigatório, já que, como dissemos, o veículo em pauta não publica cartas anônimas. No exemplo em questão, a carta aparece assinada pela cidadã Fátima Carneiro. A segunda estratégia (E2) cita os topônimos, variando entre o nome da cidade e o do bairro; este último aparece quando se trata de cidade da região metropolitana do Recife, em razão da popularidade dos nomes dos seus bairros, como é o caso da “Madalena” neste exemplar. Essa estratégia é recorrente

em todas as cartas analisadas na pesquisa. A terceira e última estratégia (E3) é aquela em que aparece o contato, ou melhor, o endereço de e-mail, a fim de que os demais leitores do jornal, caso queiram, possam interagir com o(a) missivista. Esta estratégia é opcional, posto que nem todas as cartas, como já explicamos, são enviadas por correio eletrônico.

Agora, passemos à análise de outro exemplar da *carta de elogio*:

Quadro 02 – Carta de elogio em que aparecem movimentos retóricos e suas respectivas estratégias

MOVIMENTOS	TEXTO	ESTRATÉGIAS
<i>M1 – Identifica o texto</i>	Desafios	<i>E1 – Cita o tópico do texto</i>
<i>M2 – Faz um elogio</i>	Esplêndido o caderno especial do JC sobre os empreendimentos em Suape.	<i>E1 – Elogia a matéria do jornal</i>
	Entre os desafios vencidos pelos asiáticos, especialmente a Coreia do Sul, chama atenção o que diz respeito à educação escolar propriamente dita e, principalmente, os investimentos para que os asiáticos estivessem preparados para trabalharem na indústria naval.	<i>E2 – Ressalta a parte da matéria</i>
	Os gestores educacionais de Pernambuco, liderados pelo governador, devem ler esse caderno para absorverem os ensinamentos para quem quer chegar à tecnologia de ponta, mas, principalmente, para tomarem uma decisão política de priorização na educação, capacitando não somente os alunos, mas também os professores da rede pública. Oferecendo, inclusive, todas as condições para um bom rendimento escolar. Novos investimentos estão chegando e com eles, novas oportunidades de empregos.	<i>E3 – Indica ironicamente a matéria para leitura</i>
	Parabéns ao JC pelo maravilhoso trabalho.	<i>E4 – Conclui parabenizando o veículo de comunicação que publicou a matéria</i>

<i>M3 – Fornece dados de identificação</i>	Luciano G. Torres	<i>E1 – Identifica o(a) autor(a) da carta</i>
	Recife	<i>E2 – Identifica o local (bairro e/ou cidade) onde o(a) autor(a) reside</i>
	ugonto@ig.com.br	<i>E3 – Apresenta e-mail para contato</i>

Fonte: Acervo da pesquisa.

Como no exemplar anterior, o primeiro movimento retórico (M1) cumpre a função de intitular o texto. Neste caso, novamente um substantivo abstrato — “desafios” — cujas hipóteses sobre a sua significação serão confirmadas quando o leitor fizer o percurso do texto; assim, compreenderá que se refere aos “desafios vencidos pelos asiáticos...”, realidade semelhante ao contexto dos empreendimentos tecnológicos e industriais na região de Suape, em Pernambuco.

Por outro lado, diferentemente do exemplar analisado anteriormente, o segundo movimento retórico (M2) — em que se faz o elogio — apresenta quatro estratégias distintas, as quais funcionam como esteios para sustentá-lo.

A primeira estratégia (E1) refere o objeto ao qual o elogio se dirige. Neste caso, “o caderno especial do **JC** sobre os empreendimentos em Suape”. Logo, identificamos claramente um elogio à mídia em debate; ou seja, a carta do leitor dialoga com uma matéria do jornal, exemplo claro do princípio da intertextualidade temática. Do ponto de vista linguístico, a presença do adjetivo “esplêndido”, cujo valor semântico marca-se por juízo de valor, figura como uma avaliação positiva do objeto em questão. A admiração do leitor pela matéria é notável.

A segunda estratégia (E2) ressalta uma parte da matéria, dado que o autor “chama atenção” para um tópico que ele deseja salientar, isto é, a educação e os investimentos em países emergentes, o que levou seus habitantes a estarem aptos para trabalhar na indústria naval.

Posteriormente, na terceira estratégia retórica (E3), o autor da epístola muda de foco e se desloca do elogio para uma crítica velada, mantendo a coerência textual. Para isso, indica a leitura do “esplêndido” caderno do *Jornal do Commercio* pelo governador e demais gestores educacionais de Pernambuco, pois, na visão dele, é preciso tornar a educação uma prioridade, algo que supostamente tais gestores não vêm fazendo.

Por fim, o movimento (M2) se encerra com a quarta estratégia (E4), lisonjeiramente dando as congratulações ao suporte em debate e, mais uma vez, fazendo uso de sintagma adjetival ao apreciar o trabalho realizado como “maravilhoso”.

No que concerne ao terceiro movimento retórico (M3), não há novidades em relação à análise do exemplar anterior. No exemplo em questão, a carta aparece “assinada” pelo cidadão Luciano G. Torres, morador do Recife, que a enviou por e-mail.

Posto isso, é de bom alvitre sublinhar que, a partir de um breve olhar sobre as duas análises acima aventadas, há de se reconhecer que as cartas de elogio apresentam diferentes esquemas de organização retórica, devido às restrições impostas pelos conteúdos, às audiências e às diferentes estratégias utilizadas pelos sujeitos escreventes para materializar seus propósitos comunicativos. Podemos afirmar ainda que o tipo de carta do leitor em debate apresenta uma flexibilidade, parece, inerente à sua natureza interativa, próxima à da conversação, o que de certa forma justifica a sua organização heterogênea.

Em relação às recorrências, se considerarmos apenas o primeiro e o último movimento retórico, verificamos uma relativa padronização; no entanto, podemos asseverar o mesmo quanto ao segundo movimento. Isso é tão evidente que no decorrer da pesquisa em *cartas de elogio*, como já dissemos, conseguimos esboçar praticamente um esquema retórico para cada exemplar analisado.

Apesar disso, se fizermos uma aproximação semântica, pragmática e retórica entre algumas estratégias que realizam o segundo movimento discursivo, podemos encontrar recorrências, mesmo sem evidência da padronização dessas estratégias nas *cartas de elogio*. Vejamos a tabela a seguir.

Tab. 04 – Flexibilidade de algumas estratégias retóricas no M2 da carta de elogio, considerando-se o universo de 24 exemplares

ESTRATÉGIAS RETÓRICAS	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
Parabeniza a matéria jornalística OU Chama a atenção para a matéria jornalística publicada OU Elogia a matéria do jornal OU Elogia jornalistas e a matéria escrita por eles OU Parabeniza o veículo de comunicação OU Parabeniza o jornalista por trabalho desenvolvido OU Cita a matéria do jornal que será elogiada	20	83,33
Avalia positivamente a matéria OU Avalia positivamente o veículo de comunicação OU Avalia positivamente o ponto de vista da pessoa elogiada OU Avalia positivamente a decisão tomada	7	29,16
Reflete sobre a temática da matéria OU Comenta a matéria	5	20,83
Parafraseia o conteúdo da matéria OU Parafraseia a primeira matéria do jornal	4	16,66
Cita a quem se dirige o elogio	3	12,5

Fonte: Acervo da pesquisa.

Podemos concluir que, diferentemente dos gêneros mais formatados, em que os movimentos retóricos são observados rigidamente, o tipo de carta em estudo põe em evidência a versatilidade dos gêneros textuais. A despeito disso, não podemos nos esquecer de que também há recorrências: o ato de elogiar, obviamente, não prescinde da referência ao item elogiado, nem de um discurso preenchido por avaliações e juízos de valor, visto que a valoração positiva é o seu carro-forte. Linguisticamente, a adjetivação é evidente.

4.1.2 Carta de esclarecimento

Fazendo jus à sua própria designação, a *carta de esclarecimento*, como variedade do gênero textual carta do leitor, tem o propósito de responder alguma dúvida, queixa, questionamento ou mal-enten-

dido do leitor; por isso, sempre se motiva por outra carta publicada anteriormente. Dessa maneira, podemos dizer que elas asseguram o direito à defesa das instituições ou, pelo menos, o direito de cuidarem da sua imagem perante a sociedade. A seguir, vejamos um exemplar desse tipo de carta.

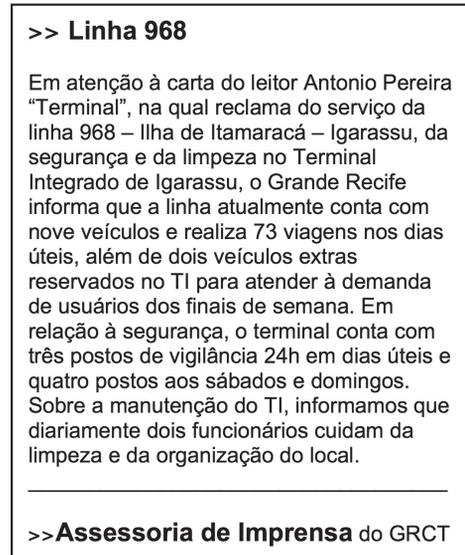
Ao efetuarmos a análise dos movimentos retóricos que aparecem nos 20 exemplares analisados desse tipo de carta — o terceiro predominante no *corpus* do trabalho, correspondendo a 8,44% do total — verificamos, em linhas gerais, três movimentos.

O primeiro movimento retórico (M1) — **identifica o texto** — sinaliza para o leitor o tópico central da carta, chamando a sua atenção, de forma resumitiva, para a leitura. Aliás, praticamente não há variação neste movimento em

praticamente todos os tipos de carta do leitor analisadas. Na figura em análise, ele aparece como “Linha 968”.

O segundo movimento retórico (M2) — **esclarece uma questão** — é o mais importante para a constituição do gênero, uma vez que nele encontramos o propósito comunicativo, inclusive, marcado por um verbo que indica o ato de fala do sujeito escrevente. Nessa passagem, a instituição faz o esclarecimento, respondendo à reclamação ou solicitação anteriormente feita pelo leitor. Para isso, lança mão de algumas estratégias mais ou menos semelhantes em praticamente todos os exemplares analisados, a saber: referir o título, o autor, a data, a cidade e/ou o motivo da carta publicada anteriormente; fazer menção à instituição respondente e, por fim, responder à crítica ou solicitação do leitor. Tais estratégias variam em extensão, frequência e ordem.

Fig. 23 – Exemplar da carta de esclarecimento



Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 05/04/10.

O terceiro movimento retórico (M3) — **fornece dados de identificação** — identifica a instituição autora do texto. Esse movimento, nesse tipo de carta, diferentemente das demais, tem apenas uma estratégia, que se sobrepõe ao próprio movimento: identificar a(s) instituição(ões) autora(s) da carta.

Agora, analisemos este exemplar da *carta de esclarecimento*, a fim de vislumbrar com mais precisão o que vimos expondo:

Quadro 03 – Carta de esclarecimento em que aparecem movimentos retóricos e suas respectivas estratégias

MOVIMENTOS	TEXTO	ESTRATÉGIAS
<i>M1 – Identifica o texto</i>	Manutenção	<i>E1 – Cita o tópico do texto</i>
<i>M2 – Esclarece uma questão</i>	Em resposta à carta “Lâmpadas”, publicada nesse JC,	<i>E1 – Refere o título de carta publicada anteriormente</i>
	a Prefeitura de Olinda	<i>E2 – Refere a instituição respondente</i>
	informa ao leitor reclamante, que a Secretaria de Obras está realizando manutenção corretiva de 350 pontos de iluminação pública. E nessa manutenção estão sendo beneficiados os bairros de Rio Doce, Casa Caiada, Bairro Novo, Jardim Atlântico, Jardim Brasil, Cidade Alta, Carmo e Águas Compridas. O telefone para reclamações sobre iluminação pública no município é 0800.28.12.112.	<i>E3 – Responde a(s) crítica(s) feita(s) pelo leitor</i>
<i>M3 – Fornece dados de identificação</i>	Assessoria de Imprensa da PMO	<i>E1 – Identifica instituição(ões) autora(s) da carta</i>

Fonte: Acervo da pesquisa.

Conforme podemos ver neste quadro, o primeiro movimento (M1) resume em uma única palavra o conteúdo do texto. Assim, possibilita ao leitor inferir o assunto da carta. Ao se deparar com uma carta cujo título é “manutenção”, o leitor é levado a pensar em reparos, consertos, e sua predição se confirma à medida que ele lê o texto.

O segundo movimento retórico (M2) traz em seu bojo três estratégias organizadas para compor o núcleo do texto. Primeiramente, (E1) funciona como espécie de gancho conector entre a *carta de esclarecimento* e outra carta aprioristicamente publicada neste mesmo veículo de comunicação. Em quase todos os exemplares analisados, esse estágio textual se inicia com a expressão “em resposta à...” ou “em atenção à...”, deixando claro se tratar de uma carta-resposta.

Ainda nessa estratégia, encontramos sempre um diálogo materializado entre as duas cartas, seja pelo nome do autor que havia enviado a carta, pelo título da carta enviada, pelos dois elementos concomitantemente, entre outros. No exemplar em análise, vemos se aplicar o segundo caso, visto que a instituição responde fazendo referência à carta, cujo título é “Lâmpadas”.

Logo após a exposição dos dados que situam o leitor em relação à carta já enviada, como uma espécie de *link*, encontramos na maioria das *cartas de esclarecimento*, em (E2), uma referência explícita à instituição que responde à carta. A bem dizer, trata-se de uma autorreferência marcada por certo tom de impessoalidade, já que se trata de voz institucional.

Na terceira estratégia retórica (E3), verificamos a resposta efetivamente dada pela instituição ao leitor reclamante. Ela se preocupa em “informar” as atividades que a Secretaria de Obras vem realizando como forma de mostrar o papel dela, enquanto órgão público, de atender bem aos cidadãos, prestando os seus serviços com qualidade. Chega mesmo a fornecer um número de telefone gratuito para reclamações, como forma de transparecer que está aberta para outros questionamentos.

Sem desmerecer as demais unidades que compõem o texto, neste movimento, e mais especificamente em (E3), podemos localizar o verbo que indica o ato de fala da voz institucional — “informar” —, evidenciando explicitamente o propósito comunicativo da carta. Assim, julgamos essa estratégia como condição fundamental para caracterizar a *carta de esclarecimento*.

O terceiro movimento (M3), recorrente em todos os exemplares analisados, fornece os dados de autoria, porém com alguma particularidade nesta variedade de carta. Diferentemente dos demais tipos, em

que aparece a assinatura pessoal, seguida de e-mail para contato, aqui temos apenas a expressão “Assessoria de Imprensa de...”, seguida do nome do órgão que emitiu a carta. Neste caso, trata-se de uma pessoa jurídica, ou melhor, uma instituição pública: a Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Olinda.

Vejamos outro exemplo:

Quadro 04 – Carta de esclarecimento em que aparecem movimentos retóricos e suas respectivas estratégias

MOVIMENTOS	TEXTO	ESTRATÉGIAS
<i>M1 – Identifica o texto</i>	Galhos	<i>E1 – Cita o tópico do texto</i>
<i>M2 – Esclarece uma questão</i>	Em atenção ao leitor Carlos Bayma que, em carta publicada dia 22, reclamou de interrupções de energia em Rosarinho,	<i>E1 – Refere autor, data e motivo de carta publicada anteriormente</i>
	a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe)	<i>E2 – Refere a instituição respondente</i>
	informa que as duas ocorrências citadas pelo leitor foram provocadas por galhos de árvores que tocaram fios de alta tensão e resultaram na interrupção temporária. Os reparos exigiram cautela dos técnicos para a normalização do fornecimento com segurança para a população. Uma ação de poda na área está sendo agendada.	<i>E3 – Responde a(s) crítica(s) feita(s) pelo leitor</i>
<i>M3 – Fornece dados de identificação</i>	Assessoria de Imprensa da Celpe	<i>E1 – Identifica instituição(ões) autora(s) da carta</i>

Fonte: Acervo da pesquisa.

O quadro em análise traz outro exemplar de *carta de esclarecimento*. No que concerne ao (M1), podemos verificar a mesma funcionalidade já comentada nos exemplos anteriores. Dito de outra maneira, o título do texto leva o leitor a construir hipóteses sobre o seu desenvolvimento.

Tal como o exemplar anterior, em (M2), partindo da primeira estratégia (E1), temos as informações que articulam a *carta de esclarecimento* com a carta anteriormente publicada. Agora, não vemos o título desta, mas sim outras informações relevantes para a contextualização da leitura, como o nome do autor — “Carlos Bayma” — e a data em que a carta de Bayma foi publicada — “dia 22”. Além disso, há pistas referentes à carta em diálogo: era de reclamação e versava sobre as “interrupções de energia em Rosarinho”.

Quanto à (E2), quase não há novidades em relação à análise anterior. Notamos uma menção à própria instituição que responde à carta, marcada sintaticamente por um sujeito seguido de verbo na 3ª pessoa do singular, recurso típico das construções impessoais.

O passo seguinte (E3) vai, de fato, responder à crítica feita pelo leitor, justificando o porquê das interrupções, dado que “foram provocadas por galhos de árvores que tocaram fios de alta tensão e resultaram na interrupção temporária”. Neste bloco do texto, novamente localizamos o verbo que indica o ato de fala do autor, neste caso, da instituição — “informar” —, explicitando a intencionalidade deste exemplar de gênero textual.

A respeito de (M3), sua função assemelha-se à da carta anterior, salvo a natureza da instituição que, nesse caso, é uma empresa privada: a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe).

Se tivéssemos que estabelecer uma comparação entre a *carta de esclarecimento* e a *carta de elogio* no que toca às recorrências, diríamos que esta se mostrou bem mais versátil, pois variou constantemente nas estratégias adotadas para a sua composição. Ao contrário, a *carta de esclarecimento* mostrou-se um tanto mais padronizada. Dos 20 exemplares analisados, identificamos 8 esquemas de organização retórica diferentes. Logo, atribuímos essa similitude dos exemplares analisados à situação retórica, à audiência, aos conteúdos e aos propósitos comunicativos que motivaram a produção deste gênero textual, sem descartar o papel fundante do editor do jornal, que edita e dispõe as cartas, a partir de um padrão gráfico-visual, na página do jornal.

Considerando que M1 e M3 mostraram-se bem padronizados, observamos o quadro a seguir, que traz uma síntese das recorrências em M2.

Tab. 05 – Flexibilidade de algumas estratégias retóricas no M2 da carta de esclarecimento, considerando-se o universo de 20 exemplares

ESTRATÉGIAS RETÓRICAS	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
Responde a(s) crítica(s) feita(s) pelo leitor	20	100
Refere a instituição respondente	18	90
Refere o autor da carta publicada anteriormente	8	40
Refere o título da carta publicada anteriormente	4	20
Refere autor, data e motivo da carta publicada anteriormente	3	15
Refere autor e motivo da carta publicada anteriormente	3	15

Fonte: Acervo da pesquisa.

Com base nos dados analisados, podemos concluir que a *carta de esclarecimento*, em seu movimento principal (M2), apresenta certa regularidade. Se tomarmos as quatro últimas estratégias da tabela acima como semântica, retórica e pragmaticamente equivalentes, reforçaremos ainda mais a posição de que essa variedade da carta do leitor mostra-se razoavelmente padronizada, malgrado não estejamos prevendo um modelo prescritivo para o gênero, já que não convém examiná-lo atomisticamente.

4.1.3 Carta de sugestão

É bem verdade que o leitor de jornal escreve à redação acerca dos mais diversos assuntos que o inquietam, afligem, deslumbram etc. Ele parece encontrar, no espaço destinado à voz do leitor, o lugar apropriado para tornar pública a sua maneira de pensar o mundo, a nação e a realidade local, exercendo o seu papel de cidadão participativo.

Por essa razão, o leitor intervém nos problemas circundantes e, sem medo de fazer ecoar a sua voz para todos quantos ao jornal tiverem acesso, tecla à redação ou até mesmo deixa a tinta deslizar so-

bre o papel, lacrando o envelope e encaminhando à imprensa as suas “mal traçadas linhas”.

Isso posto, verificamos com a pesquisa que o ato de sugerir também faz parte da rotina daqueles que enviam cartas ao jornal. Pelo visto, em alguns momentos, não basta apenas denunciar os problemas, mas também é preciso propor soluções para eles. É principalmente sobre isso que versam as *cartas de sugestão*. Vamos a um exemplo:

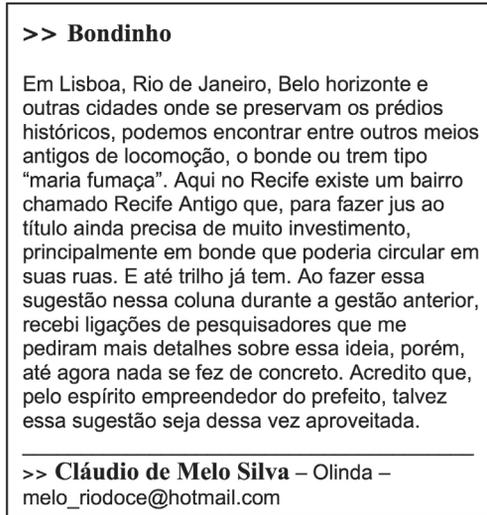
No decorrer da investigação, constatamos que essa variedade da carta do leitor

é a quarta mais recorrente, totalizando 13 exemplares, os quais correspondem a 5,49% do *corpus* analisado. Nesse sentido, observamos que a *carta de sugestão* subdivide-se em três movimentos retóricos, a saber: o primeiro movimento (M1) é similar ao M1 da *carta de elogio* e da *carta de esclarecimento*, discutidas em seções anteriores deste capítulo. Em outros termos, equivale à palavra-chave que intitula o texto, consoante aparece o vocábulo “Bondinho” no exemplo dado.

A novidade da *carta de sugestão*, em relação às demais, está no segundo movimento retórico (M2) — **faz uma sugestão** — que, neste caso, cumpre a função de dar um palpite sobre o fenômeno tratado na carta. Para isso, o escrevente lança mão de diferentes estratégias, tais como: delinear um cenário, apresentar um problema, propor uma solução para o problema, entre outros. Na figura em pauta, temos uma proposta de intervenção do leitor: a implantação de um bonde no Recife Antigo.

O terceiro movimento retórico (M3) aparenta-se com este mesmo movimento na *carta de elogio*, discutida anteriormente. Ou seja, apre-

Fig. 24 – Exemplar da carta de sugestão



Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 24/03/10.

senta as mesmas três estratégias (nome, local, contato). Analisemos este exemplar:

Quadro 05 – Carta de sugestão em que aparecem movimentos retóricos e suas respectivas estratégias

MOVIMENTOS	TEXTO	ESTRATÉGIAS
<i>M1 – Identifica o texto</i>	Metralhas	<i>E1 – Cita o tópico do texto</i>
<i>M2 – Faz uma sugestão</i>	Existe um terreno murado na Rua Odorico Mendes, esquina com a Professor Francisco Trindade em Campo Grande, que os mal educados jogam lixo nas calçadas. A prefeitura limpa e no dia seguinte recomeça o despejo. E ainda jogam muita metralha vinda em carroças movidas por animais, e tudo fica espalhado na rua atrapalhando o trânsito e ainda facilitando um acidente, já que esse terreno é de esquina.	<i>E1 – Apresenta o problema</i>
	Sugiro que o Dircon ou quem quer que seja, multe o proprietário.	<i>E2 – Propõe a solução</i>
<i>M3 – Fornece dados de identificação</i>	Gilson Mendes	<i>E1 – Identifica o(a) autor(a) da carta</i>
	Campo Grande	<i>E2 – Identifica o local (bairro e/ou cidade) onde o(a) autor(a) reside</i>
	gilson147mendes@gmail.com	<i>E3 – Apresenta o e-mail para contato</i>

Fonte: Acervo da pesquisa.

Inicialmente, reafirmarmos que M1 figura como um chamariz para a leitura do texto. Além do mais, é, de fato, uma identificação.

Para construir o movimento principal do texto (M2), o autor se vale de, pelo menos, duas estratégias diferentes, porém imbricadas. Naturalmente, antes mesmo de fazer a intervenção, ele procura situar o problema e argumentar favoravelmente em relação a ele. Assim, em (E1), identificamos o obstáculo — “lixo nas calçadas” e “metralhas” — e os dois argumentos que o sustentam: atrapalha o trânsito e facilita acidentes, já que se trata de um terreno de esquina.

Feito isso, o autor da epístola vai apontar uma possível solução (E2) para mitigar o problema citado. Curiosamente, ele não responsabiliza o órgão responsável pela limpeza, visto que “a prefeitura limpa e no dia seguinte recomeça o despejo”. A sugestão agora é penalizar o proprietário do imóvel. Nessa passagem do texto, encontramos o verbo indicativo do ato de fala do sujeito escrevente — “sugiro” —, ratificando o propósito comunicativo desse bloco do texto.

Por fim, o terceiro movimento (M3) fornece os dados de identificação do autor da carta, pois consta da assinatura do senhor “Gilson Mendes”, morador de “Campo Grande” (bairro predominantemente residencial do Recife), que enviou carta à imprensa, via correio eletrônico.

Observemos este outro exemplo:

Quadro 06 – Carta de sugestão em que aparecem movimentos retóricos e suas respectivas estratégias

MOVIMENTOS	TEXTO	ESTRATÉGIAS
<i>M1 – Identifica o texto</i>	Bancos	<i>E1 – Cita o tópico do texto</i>
<i>M2 – Faz uma sugestão</i>	Seria oportuno que o GRCT colocasse bancos nos terminais de passageiros, principalmente no Cabo de Santo Agostinho, recentemente inaugurado.	<i>E1 – Propõe a solução</i>
	Na maioria dos terminais não existe lugar para idosos ou pessoas com deficiência sentar. Às vezes, os ônibus demoram e uma atitude como essas seria ideal.	<i>E2 – Apresenta o problema</i>
<i>M3 – Fornece dados de identificação</i>	José Carlos F. Silva	<i>E1 – Identifica o(a) autor(a) da carta</i>
	Recife	<i>E2 – Identifica o local (bairro e/ou cidade) onde o(a) autor(a) reside</i>
	rocotui@bol.com.br	<i>E3 – Apresenta o e-mail para contato</i>

Fonte: Acervo da pesquisa.

Neste exemplar, tanto o primeiro movimento retórico (M1) quanto o último (M3) são similares ao que discutimos no exemplo anterior, por isso julgamos coerente não tecer comentários sobre eles.

Com efeito, uma das novidades do texto consiste na inversão das estratégias usadas pelo autor da carta, no segundo movimento (M2), em relação à carta anterior. Enquanto lá apareceu a ordem “apresenta o problema — propõe solução”, aqui constatamos “propõe solução — apresenta o problema”.

Como podemos conferir, o autor inicia a primeira estratégia (E1) dando uma sugestão para aplacar um problema existente. É válido enfatizar que a atitude do escrevente diante do seu dizer foi modalizada por meio do verbo “ser” no futuro do pretérito do indicativo, o que, de certa forma, eufemiza o impacto da sua intervenção. Por conseguinte, a construção textual ganha um tom de possibilidade, e não de imposição.

Isso posto, o autor da missiva introduz o problema (E2) — “não existe lugar para sentar” — e, mais que isso, cita no argumento grupos prioritários, como idosos e deficientes, além de ressaltar a demora dos ônibus para passarem nos terminais.

Assim sendo, vemos que ambos os exemplares analisados mantêm certa relação no que concerne às recorrências. Contudo, nem todos se enquadram nesse mesmo esquema composicional. Com a investigação das 13 *cartas de sugestão*, chegamos a 8 esquemas diferentes de organização retórica, justificando a sua natureza maleável, embora tenhamos encontrado um razoável nível de estratégias recorrentes, conforme mostra a tabela seguinte:

Tab. 06 – Flexibilidade de algumas estratégias retóricas no M2 da carta de sugestão, considerando-se o universo de 13 exemplares

ESTRATÉGIAS RETÓRICAS	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
Propõe solução	13	100,00
Apresenta o problema	11	84,61
Delineia o cenário	3	23,07

Fonte: Acervo da pesquisa.

Em virtude disso, inferimos que a *carta de sugestão*, mesmo apresentando outras estratégias bastante rarefeitas, mostrou-se ra-

zoavelmente padronizada. Parece um tanto lógico, inclusive, que a proposta de solução seja a estratégia prevalecente, já que o propósito comunicativo principal desta variedade da carta do leitor é certamente fazer uma intervenção; em seguida, a apresentação do problema é fundamental, pois geralmente é a partir dele que surge a ideia de intervir.

4.1.4 Carta de consulta

Ratificando o que já dissemos ao longo deste livro, os leitores de jornal não medem esforços para exteriorizar seus anseios, suas curiosidades, suas dúvidas, mesmo sabendo da precibilidade deste suporte que, cotidianamente, é descartado como embrulho ou simplesmente como lixo. A palavra, no entanto, não é precível nem descartável.

Com base nisso, identificamos, durante a pesquisa, que a carta do leitor no *Jornal do Commercio* de Pernambuco também se tipifica numa espécie de carta-pergunta. Melhor dizendo, o autor da carta, por diversas razões (possivelmente falta de proximidade física com o seu interlocutor, comodidade, desejo de tornar público o seu questionamento, entre outras), faz da redação do jornal uma espécie de canal entre si e o seu destinatário.

Naturalmente, essas cartas-pergunta deveriam ser respondidas pelo órgão ou responsável arguidos, porém, verificamos que isso nem sempre acontece. Curiosamente, das 9 cartas de consulta publicadas pelo jornal, apenas duas delas foram respondidas via *Jornal do Commercio* no período observado: uma pela própria redação do jornal e a outra pelo órgão inquirido. A fim de conhecermos melhor algumas particularidades desse tipo de carta do leitor, procedamos à leitura do exemplar a seguir.

Depreendemos da leitura do texto a seguir que se trata, de fato, de uma carta de consulta, ou melhor, o remetente tem como propósito principal buscar uma explicação, uma resposta convincente que justifique o aumento, em “mais de 100%”, do IPTU, na comunidade onde reside, em Jaboatão dos Guararapes – PE.

Fig. 25 – Exemplar da carta de consulta

>> Cálculo

Gostaria de saber do prefeito Elias Gomes, de Jaboatão dos Guararapes, qual a base de cálculo usada para os valores obtidos no IPTU 2010 na comunidade UR – 11. Ano passado paguei algo em torno de R\$ 120 e este ano, vou pagar R\$ 227. Não moro na parte nobre, mas ainda bem que vou ter condições de pagar o IPTU 2010. Fico pensando nas pessoas que tiveram esse mesmo reajuste (mais de 100%) e seus salários continuam os mesmos. A maioria recebe um salário e suas casas continuam de mesmo jeito, sem reformas. Talvez — gostaria de acreditar nisso — esse aumento gigantesco tenha acontecido para se melhorar a estrutura do bairro, calçar ruas de UR – 06, que há mais de 25 anos não tem uma viela calçada, ou até quem sabe, concluir a Operação Tapa Buracos, iniciada e nunca concluída. Estamos cansados de paliativos, senhor prefeito. Acredito em sua administração, mas custa acreditar nessa base de cálculo do IPTU 2010.

>> **Manoel de Almeida** – Jaboatão dos Guararapes –
manoelalmeidamax@yahoo.com.br

Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, 12/04/10.

Nesse prisma, identificamos com a pesquisa que, do *corpus* do trabalho, 9 cartas eram dessa natureza, constituindo um número relativamente pequeno quando comparado à totalidade das cartas coletadas em um mês de observação. No entanto, mesmo assim, esse ainda é o quinto tipo de carta mais frequente, alcançando um percentual de 3,80% dos dados coletados.

De forma geral, as *cartas de consulta* organizam-se em três movimentos retóricos, conforme verificaremos nas análises mais adiante.

Em síntese, o primeiro movimento (M1) corresponde à identificação da missiva, tal como apareceu nas demais espécies de cartas analisadas. A novidade aparece, pois, no segundo movimento (M2) — formula uma questão — cujas estratégias variam para a sua realização: perguntas (in)diretas, exposição de argumentos favoráveis ao levantamento do questionamento, entre outros.

O terceiro movimento retórico (M3) assemelha-se ao que já foi verificado nas *cartas de elogio e sugestão*, visto que também são enviadas por pessoas físicas. Consequentemente, temos as mesmas três estratégias já comentadas: E1 refere-se à “assinatura”; E2 traz o local e E3 mostra o e-mail para contato.

Observemos este exemplar:

Quadro 07 – Carta de consulta em que aparecem movimentos retóricos e suas respectivas estratégias

MOVIMENTOS	TEXTO	ESTRATÉGIAS
<i>M1 – Identifica o texto</i>	Abuso	<i>E1 – Cita o tópico do texto</i>
<i>M2 – Formula uma questão</i>	Gostaria de saber se é correto a Prefeitura de Goiana cobrar mais que 300% do IPTU/2010, em comparação a 2009.	<i>E1 – Faz a pergunta indireta</i>
	Acho um abuso em todos os sentidos, sobretudo contra os trabalhadores que tiveram aumento de pouco mais de 10%. A prefeitura, achando pouco, cobra ainda taxas de iluminação, coleta urbana e de tapa-buracos, e ainda retira o transporte gratuito dos estudantes. Estou indignado.	<i>E2 – Apresenta argumentos favoráveis ao questionamento</i>
	A quem devemos recorrer? À imprensa, ao Procon, à justiça ou ao Tribunal de Contas?	<i>E3 – Faz pergunta(s) direta(s)</i>
<i>M3 – Fornece dados de identificação</i>	Henrique Fenelon	<i>E1 – Identifica o(a) autor(a) da carta</i>
	Goiana	<i>E2 – Identifica o local (bairro e/ou cidade) onde o(a) autor(a) reside</i>
	sernaldo@bol.com.br	<i>E3 – Apresenta o e-mail para contato</i>

Fonte: Acervo da pesquisa.

Quanto ao primeiro (M1) e ao terceiro (M3) movimentos retóricos, cremos que já foram feitas considerações suficientes sobre eles em análises anteriores neste capítulo. Assim sendo, o texto está identifi-

cado como “abuso”, um substantivo abstrato, cuja significação se completa quando o leitor tem conhecimento do texto; ao mesmo tempo, está explícito o envio da carta por “Henrique Fenelon”, residente em Goiana (litoral norte de Pernambuco), via correio eletrônico.

Em relação ao segundo movimento retórico (M2), verificamos que o autor se vale de três estratégias para materializar o seu dizer. Na primeira delas (E1), é notável a polidez com que ele inicia a carta: “gostaria de saber...”. Esse é um traço linguístico comum nas *cartas de consulta*; tal recurso contribui para efetivar o propósito comunicativo do autor nessa passagem do texto: fazer uma pergunta indireta, elucidando a razão que o levou a escrever a missiva (cobrança em “mais que 300% do IPTU/2010, em comparação a 2009”).

Em seguida (E2), o missivista procura apresentar argumentos favoráveis ao seu questionamento. Para ele, muitos trabalhadores tiveram pouco mais de 10% de aumento; a cobrança de taxa de iluminação, coleta urbana e tapa-buracos é abusiva; a retirada do transporte gratuito dos estudantes encarece os gastos do contribuinte. Essa justificativa dada pelo missivista sustenta a defesa do seu ponto de vista que, aliás, está linguística e subjetivamente marcada com a introdução do verbo “acho”.

Na terceira estratégia retórica (E1), o missivista novamente faz uso de construções sintáticas interrogativas, porém de forma direta. Nesse estágio, o autor da carta não se dirige a um interlocutor em particular; ele requer saber, com precisão, a qual órgão deve recorrer para reclamar do aumento abusivo do IPTU. Apreciemos mais uma análise no quadro 08.

Para a análise deste exemplar, mais uma vez esclarecemos que o primeiro (M1) e o terceiro (M3) movimento retórico não trazem novidades em relação à análise anterior, visto que tratam do tópico do texto e dos dados de identificação da missivista, respectivamente.

Por outro lado, convém destacar que o segundo movimento (M2) apresenta as mesmas estratégias da carta analisada anteriormente, porém em outra ordem. A autora da carta a inicia preparando o terreno (E1) para, posteriormente, fazer o questionamento. Trata-se de uma leitora exigente que, minuciosamente, comparou dados estatísticos

Quadro 08 – Carta de consulta em que aparecem movimentos retóricos e suas respectivas estratégias

MOVIMENTOS	TEXTO	ESTRATÉGIAS
<i>M1 – Identifica o texto</i>	Percentual	<i>E1 – Cita o tópico do texto</i>
<i>M2 – Formula uma questão</i>	Observamos que na matéria sobre o PAC, publicada no JC , do dia 4, Caderno Economia, no quadro “Em marcha lenta”, Pernambuco detém 871 projetos e, no campo, “concluídos”, apresenta um percentual de 9,50% em relação ao total de empreendimentos. Consultamos a fonte “Contas Abertas”, indicada no artigo e constatamos que o total das obras concluídas neste Estado foram 56, o que equivale a 6,42% de 871 projetos.	<i>E1 – Apresenta argumentos favoráveis ao questionamento</i>
	Gostaríamos de perguntar se existe alguma outra fonte que justifique o percentual apontado pelos senhores, porque erros dessa natureza denigrem a imagem do JC .	<i>E2 – Faz pergunta indireta</i>
	Será que podemos confiar em todos os dados apresentados?	<i>E3 – Faz pergunta direta</i>
<i>M3 – Fornece dados de identificação</i>	Cecília Gomes	<i>E1 – Identifica o(a) autor(a) da carta</i>
	Recife	<i>E2 – Identifica o local (bairro e/ou cidade) onde o(a) autor(a) reside</i>
	eaogomes@hotmail.com	<i>E3 – Apresenta o e-mail para contato</i>

Fonte: Acervo da pesquisa.

mostrados em reportagem do jornal. Para justificar a sua pergunta, a missivista parte de um provável equívoco cometido pelo jornal, pois os dados comparados por ela não eram equivalentes, situação que a motivou a escrever essa *carta de consulta*.

Dessa forma, a segunda estratégia retórica (E2) corresponde ao ato de perguntar indiretamente, fazendo uso de um discurso civilizado, iniciando com a expressão “gostaríamos de perguntar...” e

legitimando o propósito comunicativo da carta por meio do verbo indicativo do ato de fala (“perguntar”). É sensato ressaltar que a missivista constrói todo o seu dizer em torno da primeira pessoa do plural (“nós”), o que confere ao texto um tom de discurso coletivo; ou melhor, funciona como estratégia de preservação da própria face, já que a responsabilidade pelo dito não recai somente sobre si.

Na terceira estratégia (E3), ela faz uma pergunta direta de caráter aberto, muito próxima de uma pergunta retórica, que tem por função levar o leitor da carta à reflexão; funciona, também, como uma estratégia de envolvimento entre leitor e texto.

Cumpramos observarmos quais as estratégias recorrentes na maioria dos exemplares analisados, considerando que para os 9 exemplares constantes do *corpus*, identificamos 7 esquemas retóricos diferentes, evidenciando a sua diversidade.

Partindo do princípio de que os movimentos (M1) e (M3) são previsíveis e, portanto, bastante padronizados nos exemplares de *cartas do leitor* analisados, é conveniente descrevermos as similitudes presentes no segundo movimento retórico (M2), o mais versátil em todos os exemplares de *carta de consulta* investigados. Portanto, na tabela seguinte encontramos uma síntese dessas recorrências:

Tab. 07 – Flexibilidade de algumas estratégias retóricas no M2 das cartas de consulta, considerando os 09 exemplares

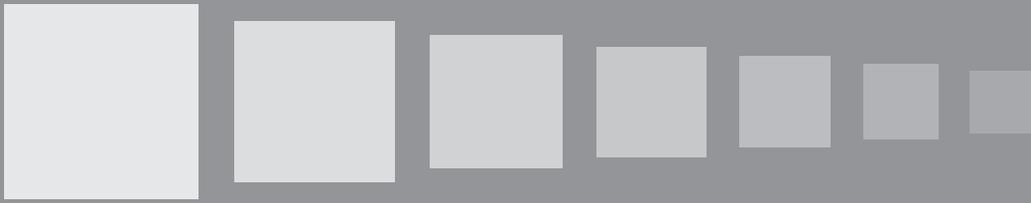
ESTRATÉGIAS RETÓRICAS	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
Apresenta argumentos favoráveis ao questionamento	9	100,00
Faz pergunta indireta	7	77,77
Faz pergunta(s) direta(s)	7	77,77

Fonte: Acervo da pesquisa.

A tabela analisada evidencia que, embora tenha havido deslocamento entre as estratégias para realizar o segundo movimento (M2), já que elas variaram em termos de sequência, podemos asseverar que esse tipo de carta do leitor mostrou um relativo número de recorrências, predominando a estratégia de apresentar argumentos favoráveis

ao questionamento, seguida do empate do ato de perguntar propriamente dito (seja direta, seja indiretamente).

Neste capítulo, procuramos analisar a *carta do leitor* do ponto de vista da sua organização retórica. Para tanto, centramo-nos em quatro espécies desse gênero textual: as *cartas de elogio, esclarecimento, sugestão e consulta*. Apesar dessa variedade, buscamos identificar em cada uma delas as estratégias recorrentes nos diversos exemplares analisados, que contribuem para manter a identidade do gênero, de modo que ele possa ser reconhecido pelos membros da comunidade que o usam.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro relata os resultados de uma pesquisa científica que procurou compreender os usos sociais da linguagem humana, em sua modalidade escrita, a partir da descrição e análise de um gênero textual situado na instância do chamado jornalismo opinativo: a carta do leitor. Nesse sentido, o estudo teve como premissa verificar de que maneira esse construto genérico funciona na comunidade usuária, neste caso, a dos leitores do *Jornal do Commercio* de Pernambuco. Para tanto, um dos propósitos da nossa investigação foi analisar o gênero quanto ao seu projeto enunciativo, isto é, tomá-lo enquanto processo, considerando aspectos relativos às suas condições de produção, circulação e recepção no suporte onde é publicado. Outro objetivo da nossa pesquisa foi analisar o gênero do ponto de vista da sua organização retórica, ou melhor, observar como as informações são distribuídas no *corpus* de cartas do leitor analisado, segmentando os estágios textuais, em busca das recorrências que asseguram a prototipicidade do gênero.

Para fundamentar teoricamente o nosso estudo, aportamos nos estudos de gêneros textuais/discursivos, em sua concepção sociorretórica, buscando pôr em cena autores que, nos últimos tempos, têm se debruçado sobre a análise de gêneros, a exemplo de Swales (1990; 2009a; 2009b), Bhatia (1993; 1997; 2009), Miller (1984; 2009) e Bazerman (2006; 2007; 2009). Os dois primeiros foram importantes por fornecer-nos aparatos metodológicos, que podem ser testados na análise

de gêneros nas mais diversas esferas comunicativas. Os dois últimos ajudaram-nos a compreender os gêneros como ação social, motivados por situações retóricas, dentro da paisagem comunicativa cotidiana, cujas recorrências contribuem para garantir os processos de tipificação social.

A contribuição do Círculo de Bakhtin — que a nosso ver não se opõe, do ponto de vista filosófico, à teoria sociorretórica — mostrou-se relevante por corroborar a ideia de os gêneros terem um equilíbrio instável; ou seja, a regularidade existe, enquanto força de coesão, mas a inovação coexiste, enquanto força de dispersão, validando a tese de que os gêneros são flexíveis e relativamente estáveis. Assim, modelos de análise devem ser tomados numa perspectiva descritiva, mas não prescritiva.

Os estudos da área de Comunicação possibilitaram-nos uma interface com a área da Linguística. Tais trabalhos mostraram-se relevantes por nos oportunizar conhecer um pouco mais da engrenagem do trabalho jornalístico, já que a carta do leitor é um gênero típico dessa arena discursiva. Quase todos os autores consultados nessa área exerceram a profissão de jornalista em jornais impressos de grande circulação, seja no Brasil, seja no exterior. Inclusive, alguns deles trabalharam como editores de seção de cartas. Concluímos que este diálogo foi produtivo, pois nos possibilitou adentrar um pouco os bastidores da produção jornalística, especificamente no que tange ao gênero em estudo.

Em se tratando dos procedimentos metodológicos da nossa pesquisa, utilizamos a análise de *corpus*: coletamos 237 exemplares autênticos do gênero *carta do leitor*, num período cronológico de trinta dias, no periódico pernambucano *Jornal do Commercio*, entre março e abril de 2010. A bem da verdade, o *corpus* é um tanto extenso, entretanto avaliamos este procedimento como fundamental para termos uma visão real do funcionamento desse gênero no periódico investigado. Afinal, precisávamos delinear o máximo possível de propósitos comunicativos que aparecem nesse gênero, pois, no andamento da pesquisa, já percebíamos que ele era bastante heterogêneo. Além do mais, cartas de leitor são textos relativamente curtos e isso facilita o

seu manuseio. Vale esclarecer que para a análise da organização retórica das cartas, o grande *corpus* foi reduzido a um número bem menor, totalizando 66 exemplares, devidamente classificados conforme seus propósitos comunicativos.

Ao longo deste livro, podemos notar vários quadros e tabelas que foram necessários para sistematizar as recorrências. Entretanto, convém ressaltar que a nossa pesquisa foi de natureza predominantemente qualitativa. O foco esteve na interpretação dos dados para a questão tratada e grande parte das análises foi feita com base em excertos de cartas ou em sua reprodução na íntegra. Isso porque o fenômeno da linguagem, na perspectiva que defendemos, dificilmente poderá restringir-se apenas a dados quantitativos.

Nessa direção, julgamos importante tratar um pouco dos limites vivenciados por nós ao longo da pesquisa. Em princípio, é importante destacar haver pouca literatura sobre o tema pesquisado, sob o enfoque sociorretórico. Geralmente, os trabalhos encontrados enfatizam a carta do leitor sob um ponto de vista mais pedagógico. Poucos deles tomam o gênero em seus usos sociais autênticos, em busca de uma maior compreensão do seu funcionamento no suporte em que circula. Ademais, até onde pesquisamos, nenhum dos trabalhos encontrados focavam esse construto genérico à luz da abordagem sociorretórica de gêneros textuais. Sem presunção, é nesse ponto que acreditamos trazer uma contribuição original.

Uma lacuna a ser observada diz respeito à história do gênero carta do leitor. Apesar dos nossos esforços em busca da literatura escrita sobre o tema, não foi possível encontrar informações precisas que nos subsidiassem quanto aos aspectos históricos do gênero em tela. Dito de outra maneira, não localizamos com precisão: uma data que possivelmente marcou o surgimento da carta do leitor na mídia impressa; o país onde ela “nasceu”; o primeiro veículo de comunicação onde ela circulou; seus propósitos comunicativos iniciais, entre outros. A despeito disso, colhemos informações que apontam para uma possível relação entre esse gênero e a luta pelos ideais democráticos em países como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos da América, nações cuja tradição jornalística influenciou várias outras, inclusive a brasi-

leira. Aliás, curiosamente, a carta do leitor também era um gênero presente nas sociedades ditas socialistas, em séculos passados, que primavam pela voz do leitor (o trabalhador, o cidadão comum) nas páginas dos seus jornais. Portanto, esse ponto requer estudos mais aprofundados.

Outro desafio que se apresentou a nós foi tentar aplicar um modelo de análise inicialmente voltado aos gêneros do universo acadêmico ou profissional (as introduções de artigo de pesquisa, os resumos de trabalhos científicos, as resenhas acadêmicas, a correspondência na burocracia estatal e empresarial etc.), que, conforme as inúmeras pesquisas têm comprovado, são relativamente mais padronizados. No nosso caso, lidamos com um gênero jornalístico; especificamente, com uma espécie de carta. Cartas são gêneros escritos que, assim como a conversação, podem ser engendradas de diferentes maneiras. Mesmo assim, em nossa descrição, encontramos padrões retóricos, a despeito da heterogeneidade e da flexibilidade características desse gênero. Aqui, nosso diálogo com o Círculo de Bakhtin mostrou-se eficaz.

Nesse caminhar, alguns pontos foram priorizados em detrimento de outros. Em virtude da heterogeneidade evidente da carta do leitor, tivemos que escolher alguns de seus tipos para submeter a uma análise sociorretórica. Conforme vimos no corpo deste livro, os múltiplos propósitos comunicativos da carta à redação permitiram-nos agrupá-las sob diferentes nomenclaturas e a *carta de crítica/reclamação* foi a que predominou no *corpus*. Entretanto, como já é comum a associação da carta do leitor à reclamação, escolhemos não submetê-la a uma análise sociorretórica, ao menos neste momento, com o intuito de dar relevo aos outros propósitos comunicativos menos conhecidos nesse gênero (elogiar, esclarecer, sugerir e consultar). Logo, entendemos que ela merece ser reconsiderada em estudos posteriores.

Quanto às descobertas, asseveramos que um dos principais achados deste trabalho reside na constatação de que a carta do leitor, no suporte investigado, configura-se como um gênero bastante heterogêneo, servindo como materialização de intenções discursivas muito diversas. Os leitores/escreventes dirigem-se à redação do jornal para tratar de assuntos variados, desde uma polêmica de cunho nacional

(Projeto Ficha-Limpa, por exemplo) até questões mais regionais (espetáculo da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém – Brejo da Madre de Deus/PE), perpassando problemas de cunho mais particular (falta de energia na rua, aumento do IPTU, entre outros).

Verificamos com a pesquisa que o propósito comunicativo e a situação retórica são importantes para a descrição do gênero, mas, no caso da carta do leitor, existem outros fatores que precisam ser considerados, tais como as condições de produção, edição e publicação do gênero em estudo. Além disso, não podemos nos esquecer de que o suporte tem um papel relevante para a identificação desse gênero pela comunidade usuária. O jornal destina uma seção específica para publicar esse gênero. Trata-se de um *locus* devidamente identificado como sendo o espaço em que se pode ouvir a voz do leitor. Portanto, os textos ali publicados são cartas de leitores.

Além disso, o papel do editor é fundamental para dispor os textos no *layout* do jornal, dar-lhes um título e reorganizar os dados de identificação na parte final da carta, a fim de tentar padronizá-las, ao menos formalmente. O auditório universal, ou seja, o caráter aberto e público da carta do leitor é uma particularidade típica desse tipo de carta; por essa razão também, ela difere da carta pessoal, da carta oficial (ofícios, memorandos), da carta comercial, do e-mail, entre outras.

Outro aspecto digno de nota diz respeito aos remetentes. Com efeito, não são os famosos e as celebridades; são os leitores do jornal, em geral os cidadãos comuns. Assim sendo, é uma carta que em princípio parte do leitor para a mídia, e não o contrário — diferença substancial entre a *carta do leitor* e a *carta ao leitor* (uma espécie de editorial).

Com base nisso, podemos concluir que a constituição e a identificação do gênero carta do leitor, no veículo de comunicação por nós investigado, dependem de uma série de fatores: do suporte, do papel do sujeito escrevente, do editor, do auditório, dos propósitos comunicativos e da situação retórica. Esses dois últimos parecem ser determinantes para a tipificação da carta do leitor em suas várias espécies (*carta de crítica/reclamação, carta de elogio, carta de esclarecimento, carta de sugestão, carta de consulta, carta de solicitação, carta de agradecimento* etc.), embora todas estejam agrupadas sob um mesmo rótulo.

Na análise contextual e enunciativa da carta do leitor, os resultados da pesquisa evidenciaram que a maior parte dos leitores que enviam cartas ao *JC* são, de fato, os prejudicados, que recorrem ao jornal em busca de justiça, reclamando, criticando, denunciando, enfim, exteriorizando suas queixas. Ademais, os dados revelaram que a identificação da instituição à qual o sujeito escrevente pertence está relacionada ao *status* social de que ele goza na sociedade; esses mesmos dados mostraram também o lugar social a partir do qual esses sujeitos falam, ou seja, ora são pessoas físicas, ora são pessoas jurídicas (em geral, instituições que respondem, por meio de suas assessorias de imprensa, às cartas que lhes são enviadas). Os resultados ainda clarificaram que, embora a mídia em tela se autopromova como líder de audiência no Norte e Nordeste do país, a voz que ecoa nas cartas à redação é principalmente a do habitante da Região Metropolitana do Recife.

O nosso estudo comprovou que a maior parte das cartas publicadas resulta da transformação de e-mails; corroborou também que a carta editada nas páginas do jornal nem sempre corresponde àquela enviada pelo leitor na íntegra, ou melhor, essas cartas são reescritas pelo editor; portanto, entendemos que o gênero é, de alguma forma, retextualizado. Mais que isso: as cartas são selecionadas e, conseqüentemente, editadas, publicadas ou descartadas, ou seja, passam por uma triagem. Aqui estão as relações de forças, de restrição, de conveniências e o jogo de interesses que a publicação desse gênero implica.

As análises também mostraram que o gênero versa sobre os mais diversos conteúdos temáticos e que, embora se dirija ao público em geral, pode, simultaneamente, dirigir-se a um interlocutor em particular.

Na análise sociorretórica da carta do leitor, quando segmentamos o texto em movimentos e estratégias retóricas, verificamos, a depender do tipo da carta, variações entre as regularidades e a tendência para a inovação. Dessa forma, constatamos que, dos quatro tipos analisados sociorretoricamente, a *carta de elogio* foi a mais versátil; em contrapartida, a *carta de esclarecimento* foi a mais padronizada, seguida pela *carta de sugestão* e pela *carta de consulta*.

Em suma, as discussões aqui levantadas chamam a atenção para o conceito de gênero como ação social e forma de vida, ou seja, arte-

fatos culturais que organizam a vida em sociedade em suas inúmeras situações retóricas. Além disso, evidencia-se que os gêneros não são enrijecidos nem estanques, ao passo que tendem à inovação, à maleabilidade e à possibilidade de muitos deles não se encaixarem em padrões retóricos. Melhor dizendo, assim como a linguagem é escorregadia e opaca, os gêneros não poderiam fugir a esse princípio.

Isso posto, acreditamos que um estudo como este enseja algum tipo de retorno social. Em outras palavras, ele pode contribuir para uma maior compreensão dos usos sociais da linguagem humana, explicando como essa linguagem organiza as práticas discursivas, principalmente na sua modalidade escrita. Assim sendo, entendemos que esta pesquisa pode ampliar os horizontes daqueles que lidam rotineiramente com a escrita midiática da imprensa (redatores, jornalistas, editores), bem como daqueles que estão se iniciando nessa prática (estudantes da área de Comunicação em geral). Em termos mais específicos, o estudo chama a atenção para um gênero textual que materializa o discurso do cidadão comum: suas inquietações, seus anseios, sua maneira de intervir no debate público, numa constante luta entre querer dizer e fazer-se ouvir.

Outra contribuição que este estudo poderá trazer reside na conexão possível entre o conhecimento produzido na academia e o que se ensina e se pratica em nossas escolas. Num país que tem uma dívida secular com a educação, isso não pode ser ignorado. Assim, entendemos que o presente trabalho pode somar-se ao que já se discute sobre gêneros textuais e ensino. Possivelmente trará subsídios para incrementar a formação dos profissionais de línguas, tanto os que estão em efetivo exercício na escola, quanto aqueles em formação (estudantes de Letras, de Pedagogia etc.). Favorecerá, de alguma forma, o ensino e a prática escolar da escrita, quando da sua efetiva transposição didática, possibilitando, na medida do possível, a formação de um sujeito crítico e com maior respaldo para exercer a sua cidadania, como forma de fortalecimento da nossa democracia. Ademais, possibilitará ao aprendiz transitar em outras instâncias discursivas além da literária (por muito tempo a única privilegiada na escola, principalmente nos anos finais da Educação Básica).

Por fim, concluímos este livro cientes de que a questão debatida não está esgotada. Ao invés disso, continua fértil e aberta para pesquisas posteriores. Sugerimos verificar como esse gênero textual se comporta em outros suportes, nos hebdomadários e em outros veículos da grande imprensa. Igualmente importante é investigar quais as alterações sofridas pela carta do leitor em periódicos dirigidos ao público infantil ou infantojuvenil, bem como naqueles mais científicos. Ou ainda, analisá-la em periódicos com diferentes ideologias, tais como os esquerdistas, os religiosos etc. Um estudo comparado entre a carta do leitor na contemporaneidade e em séculos passados poderá render bons frutos. Numa perspectiva mais abrangente, seria interessante verificar também como esse gênero funciona em países mais conservadores, tais como aqueles do mundo árabe. Enfim, um cotejo entre esse gênero na imprensa ocidental e oriental pode ser produtivo.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ASKEHAVE, I.; SWALES, J. M. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (org.). *Gêneros e sequências textuais*. Recife: EDUPE, 2009. pp. 221-243.
- BAKHTIN, M. M. *Para uma filosofia do ato*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. Austin: University of Texas Press, 1993.
- _____. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a, pp. 279-326.
- _____. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b.
- _____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: UNESP/UCITEC, 1998.
- _____. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Tradução feita do russo por Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. pp. 261-306.
- _____; VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 13ª ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BAZERMAN, C. *Gênero, agência e escrita*. Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. *Escrita, gênero e interação social*. Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel et al. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel e Angela Paiva Dionísio. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BEZERRA, M. A. Por que cartas do leitor na sala de aula. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. pp. 225-234.
- BIASI-RODRIGUES, B.; HEMAIS, B.; ARAÚJO, J. C. Análise de gêneros na abordagem de Swales: princípios teóricos e metodológicos. In: BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUSA, S. C. T. (org.). *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. pp. 17-32.

- BHATIA, V. K. *Analysing genre: language use in professional settings*. New York: Longman, 1993.
- _____. Genre analysis today. In: *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, v. 75, n. 3, pp. 629-652, 1997.
- _____. A análise de gêneros hoje. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (org.). *Gêneros e sequências textuais*. Recife: EDUPE, 2009. pp. 159-195.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio – linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.
- BUNZEN, C. O ensino de “gêneros” em três tradições: implicações para o ensino aprendizagem de língua materna. In: COVRE, A. L. et al. (org.). *Quimera e a peculiar atividade de formalizar a mistura do nosso café com o revigorante chá de Bakhtin*. São Carlos: Grupos de Estudos dos Gêneros do Discurso, 2004. pp. 221-257.
- CARVALHO, G. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. pp. 130-149.
- COSTA, S. G. Cartas de leitores: gênero discursivo porta-voz de queixa, crítica e denúncia no jornal O Dia. *Solettras*, São Gonçalo, v. 5, n. 10, jul./dez., 2005.
- CUNHA, D. A. C. O caráter histórico dos gêneros e da representação da enunciação. *Revista do GELNE* (Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste), João Pessoa, v. 8, n. 1/2, pp. 07-20, 2007.
- FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.
- FONTANINI, I. Cartas ao editor: a linguagem como forma de identificação social e ideológica. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (org.) *Gêneros textuais e práticas discursivas*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. pp. 225-238.
- FRAZÃO, T. J. *Sistema de cotas e discurso da imprensa: o que é publicado e a reação da opinião pública*. Recife: FCAP Books, 2007.
- HEMAIS, B.; BIASI-RODRIGUES, B. A proposta sociorretórica de John M. Swales para o estudo dos gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. pp. 108-129.
- LEMOS, A. Cartas de leitores: cartas (ainda) fechadas. In: NEOTTI, C. (org.) *Comunicação e consciência crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1979. pp. 191-213.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2010a.
- _____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010b. pp. 19-38.
- MATIAS, T. T. *A orientação para o outro: relações dialógicas na constituição do discurso escrito de cartas de leitor do século XIX*. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

- MELO, C. T. V. “*Cartas à redação*”: uma abordagem discursiva. 1999. 281 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1999.
- MELO, J. M. *Jornalismo opinativo: gêneros jornalísticos no jornalismo brasileiro*. 3ª ed. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003a.
- _____. *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2003b.
- MESQUITA, M. *O jornalismo em análise: a coluna do provedor dos leitores*. Coimbra: Minerva, 1998.
- MILLER, C. Genre as social action. In: *Quartely Journal of Speech*. 1984. pp. 151-167.
- _____. *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia*. Recife: EDUFPE, 2009.
- NUNES, V. S. O memorando enquanto gênero da correspondência oficial: análise de aspectos contextuais e textuais da sua construção. In: ALVES FILHO, F.; ALVES, L. F.; TORRES, M. R. L.; NUNES, V. S. (org.). *Gêneros textuais no mundo do trabalho*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019a. pp. 51-74.
- _____. O que define a morte de um gênero? In: MORAIS, E. P.; JUNIOR, J. N. B. M.; SANTOS, M. F. O (org.). *Nas ondas do texto e do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019b. pp. 229-248.
- _____. *Análise de gênero no mundo do trabalho: os usos do memorando nas práticas profissionais do Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife nos séculos XX e XXI*. 2017. 304 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.
- _____. Traços da oralidade no gênero carta do leitor. In: MELO, D. W.; SANTOS, M. F. O. (org.). *Retórica e Análise da Conversação: um encontro possível*. Maceió: EDUFAL, 2011, pp. 197-211.
- PALTRIDGE, B. Análise de gêneros e a identificação de fronteiras textuais. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (org.). *Gêneros e sequências textuais*. Recife: EDUPE, 2009, pp. 61-78.
- PAREDES SILVA, V. L. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. 1988. 165 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- _____. Variações tipológicas no gênero textual carta. In: KOCH, I. V.; BARROS, K. S. M. (org.). *Tópicos em Linguística de Texto e Análise da Conversação*. Natal: EDUFRN, 1997. pp. 118-124.
- PASSOS, C. M. T. V. As cartas do leitor nas revistas Nova escola e Educação. In: DIONISIO, A. P.; BESERRA, N. S. (org.) *Tecendo textos, construindo experiências*. Rio de Janeiro: Luerca, 2003. pp. 81-107.
- ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, pp. 184-207.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SILVEIRA, M. I. M. O burocratês: análise à luz de uma gramática retórica. In: ALVES FILHO, F.; ALVES, L. F.; TORRES, M. R. L.; NUNES, V. S. (org.). *Gêneros textuais no mundo do trabalho*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019. pp. 13-49.
- _____. *Análise de gênero textual: concepção socioretórica*. Maceió: EDUFAL, 2005.
- SILVEIRA, J. Carta do leitor: uma resposta crítica. In: NEOTTI, C. (org.) *Comunicação e consciência crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1979, pp. 185-189.

- SODRÉ, N. W. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SWALES, J. M. *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Cambridge University Press, 1990.
- _____. Repensando gêneros: nova abordagem ao conceito de comunidade discursiva. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (org.). *Gêneros e sequências textuais*. Recife: EDUPE, 2009a, pp. 197-220.
- _____. Sobre modelos de análise do discurso. In: BIASI-RORIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUSA, S. C. T. (org.). *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009b. pp. 33-46.
- VOLOSHINOV, V. N.; BAKHTIN, M. M. *Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza [para fins didáticos]. Versão da língua inglesa de I. R. Titunik, a partir do original russo, 1976.

Esta obra foi composta em Palatino LT Std 10,5/14
e impressa em papel Pólen Soft 80g
para **PÁ DE PALAVRA** em maio de 2020.

Impressão e acabamento:

Forma certa soluções gráficas